

SILMARA ELIZA DE PAULA SILVA

**A CONSTRUÇÃO VERBAL V1_{DAR} + PREPOSIÇÃO + V2_{INFINITIVO}: UM ESTUDO
NA INTERFACE SOCIOLINGUÍSTICA E GRAMATICALIZAÇÃO**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2018

SILMARA ELIZA DE PAULA SILVA

**A CONSTRUÇÃO VERBAL V₁_{DAR} + PREPOSIÇÃO + V₂_{INFINITIVO}: UM ESTUDO
NA INTERFACE SOCIOLINGUÍSTICA E GRAMATICALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Variação e Mudança Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sueli Maria Coelho.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S586c

Silva, Silmara Eliza de Paula.

A construção verbal v1_{dar}+preposição + v2_{infinitivo} [manuscrito]: um estudo na interface Sociolinguística e Gramaticalização / Silmara Eliza de Paula Silva. – 2018.

97 f., enc: il., tabs., grafs., p&b., color.

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 93-98.

1. Língua portuguesa – Gramaticalização – Teses. 2. Língua portuguesa – Verbos – Teses. 3. Língua portuguesa – Variação – Teses. 4. Linguística de corpus - Teses. I. Costa, Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.5



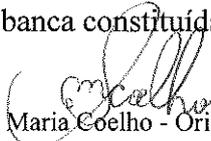
FOLHA DE APROVAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO VERBAL V1DAR + PREPOSIÇÃO +
V2INFINITIVO: UM ESTUDO NA INTERFACE SOCIOLINGÜÍSTICA
E GRAMATICALIZAÇÃO**

SILMARA ELIZA DE PAULA SILVA

Monografia submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de , como requisito para obtenção do grau de em , área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 28 de março de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora
UFMG


Prof(a). Adriana Maria Tenuta de Azevedo
UFMG


Prof(a). Arabie Bezri Hermont
PUC/MG

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

À minha família

Não há pesquisas nem palavras no mundo que
possam traduzir a minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Sueli Coelho pela criteriosa orientação e pela seriedade com que me guiou, desde 2010, durante toda a minha graduação, até agora. Obrigada não só por confiar em meu trabalho, mas também por fazer-me confiar em mim mesma.

À Professora Doutora Heloísa Maria Moraes Moreira Penna, pelas valiosas contribuições na elaboração das glosas do latim.

À minha amiga, e futura doutora, Fernanda Carla de Oliveira, pelas contribuições com as glosas do latim e por tornar a caminhada do mestrado mais leve, compartilhando angústias e alegrias com muito bom humor.

Aos professores integrantes da banca examinadora, por terem aceitado, gentilmente, participar dessa etapa do processo e pela contribuição já iniciada, indiretamente, no desenvolvimento desta pesquisa durante a leitura do texto.

Ao grupo Ânima, em especial à Gislene Nora e à Carol Alcântara, pelo apoio e pelo incentivo durante esses dois anos de mestrado, concedendo-me flexibilidade de horários para dar continuidade ao meu desenvolvimento profissional.

Aos meus amigos Julio e Pat por toda a ajuda com a normalização e com o *abstract*.

Às queridas amigas e irmãs que dividiram comigo as ansiedades e as angústias durante todo o processo de aulas, de pesquisa e de escrita.

Às minhas amigas do "Frut", pelas divertidas noites de sexta, que tornaram meus dias mais divertidos e me impulsionaram a seguir com mais energia.

Aos meus pais, por compartilharem comigo meus sonhos e por me incentivarem a conquistá-los todos os dias. Agradeço a paciência, a compreensão e o respeito por meu trabalho e peço desculpas por todos os momentos em que tive de me ausentar de suas vidas. Conviver com vocês faz de mim uma pessoa melhor.

Mais uma vez, muito obrigada a todos!

*Si ergo vos, cum sitis mali, nostis dona
bona dare filiis vestris, quanto magis Pater de
caelo **dabit** Spiritum Sanctum petentibus!* (BIBLE
VULGATA, 1598)

RESUMO

Esta pesquisa analisou 1.141 ocorrências do verbo DAR, na língua portuguesa, coletadas no sítio *Corpus do Português*, do século XVIII ao século XIX, tendo como sintaxe de busca a seguinte estrutura: V_{DAR} + PREPOSIÇÃO + V_{INFINITIVO}. Os resultados obtidos com a coleta de dados nos levaram a três tipos de ocorrências com o verbo objeto de nosso estudo: (i) como predicador, em contexto de finalidade; (ii) como verbo auxiliar, em construções aspectuais e (iii) e como auxiliar em construções modais. Visando a aprofundar estudos já empreendidos sobre o referido verbo por Coelho e Silva (2014) e por Coelho (2017) sobre o legado da língua latina no processo de gramaticalização de construções no português, dedicamo-nos a investigar se as construções aspectuais analisadas ainda se encontram em processo de gramaticalização e as motivações para a incorporação dos valores aspectuais inceptivo-incoativo e iterativo nas construções analisadas. Também procuramos respostas que justificassem a existência de uma variação entre as preposições “de” e “para” em construções aspectuais, o motivo para tal variação não ocorrer com as construções modais e, por fim, nos dedicamos a averiguar a origem das preposições presentes em tais construções. Para responder a tais questões, apoiamo-nos teoricamente no modelo da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995) e adotamos uma metodologia de interface entre a gramaticalização de construções e a sociolinguística laboviana (NEVALAINEN e PALANDER, 2012; POPLACK 2012). Assim, partindo da hipótese de que parece ocorrer um processo de especialização de usos, o que permite que uma dada função, não identificada no passado, surja, devido à necessidade comunicativa do falante, num estágio posterior, para cumprir determinados fins, verificamos quedada a especialização semântica das formas, as construções modais e aspectuais passaram a exigir determinadas preposições e a ocorrer em contextos mais específicos, o que converge com um dos princípios de gramaticalização, segundo o qual quanto mais um item se gramaticaliza, mais se reduz a sua variabilidade sintagmática e mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos.

PALAVRAS-CHAVE: aspecto; construções incoativo-iterativas; gramaticalização; variação linguística; verbo “dar”.

ABSTRACT

This research analyzed 1,141 occurrences of the verb “DAR”, in the Portuguese language from the 18th to the 19th century, collected in the “*Corpus do Português*” site, with the following search syntax: $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSITION} + V_{\text{INFINITIVE}}$. The results obtained led us to three types of occurrences of the verb that is the object of our study: (i) as a predicator, in the context of purpose; (ii) as auxiliary verb, in aspectual constructions and (iii) in modal constructions. Aiming to deepen studies already developed with the same verb by Coelho and Silva (2014) and Coelho (2017) on the legacy of the Latin language in the process of grammaticalization of constructions in Portuguese, we devoted ourselves to investigate whether the analyzed aspectual constructions in the process of grammaticalization and the motivations for the incorporation of the aspectual values in this construction. We also look for answers that justify the existence of a variation between the prepositions “de” and “para” in aspectual constructions inchoative and iterative and the reason for such a variation not to occur with modal ones. Finally, we dedicated to investigating the origin of the prepositions present in such constructions. To answer such questions, we sought a theoretical support in the model from “Construction Grammar” (GOLDBERG, 1995), and we adopted an interface methodology between grammaticalization of constructions and Labovian sociolinguistics (NEVALAINEN and PALANDER, 2012; POPLACK, 2012). Thus, starting from the hypothesis that a process of specialization of uses seems to occur, which allows a given function to arise to fulfill certain purposes, we found that from a semantic specialization of forms, modal and aspectual constructions started to demand certain prepositions and to occur in a more specific context, which converges with one of the principles of grammaticalization, according to which when the more an item is grammaticalized, the more it reduces its syntagmatic variability and the more its use becomes mandatory in certain contexts.

KEYWORDS: aspect; constructions inchoative-inchoative and iterative; grammaticalization, linguistic variation; verb “dar”

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estrutura simbólica de uma construção	56
FIGURA 2 – Etapa de busca no <i>Corpus do Português</i>	63
FIGURA 3 – Entrada do verbo DAR no dicionário de Silva (1789).....	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Tendência de usos do verbo DAR no curso do tempo	70
GRÁFICO 2 – Tendência de usos da estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$ no curso do tempo	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Principais valores e significados aspectuais segundo Castilho (1968).....	31
QUADRO 2 – Tipos aspectuais do Português segundo Travaglia (2016 [1981]).....	34
QUADRO 3 – Verbo em contexto de finalidade.....	76
QUADRO 4 – Ocorrência com o verbo auxiliar DAR em construções aspectuais	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Análise da frequência diacrônica da estrutura V _{DAR} + PREPOSIÇÃO + V _{INFINITIVO}	73
TABELA 2 – Análise da frequência diacrônica dos <i>types</i> da categoria predicator na estrutura _{DAR} + PREPOSIÇÃO + V _{INFINITIVO}	75
TABELA 3 – Análise da frequência diacrônica por <i>type</i> aspectual.....	82
TABELA 4 – Análise da frequência diacrônica dos tempos verbais das construções aspectuais com o verbo DAR.....	84
TABELA 5 – Análise da frequência diacrônica das preposições em construções Aspectuais.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ex – Exemplo

FIG – Figura

GC – Gramática de Construções

LC –Linguística de *Corpus*

LC₁ – Linguística Cognitiva

Prep– Preposição

SN – Sintagma nominal

TAB– Tabela

V1 – Verbo auxiliar

V2 – Verbo principal

V – Verbo

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1 CATEGORIAS GRAMATICAIS	21
1.1 UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE MODO, DE TEMPO E DE ASPECTO	24
1.2 A CATEGORIA ASPECTO	27
1.2.1 Os principais valores aspectuais na língua portuguesa	30
1.2.2 O aspecto inceptivo e o valor incoativo	35
1.2.3 O aspecto iterativo	39
1.2.4 Recursos de marcação de aspecto no português	43
1.2.4.1 Recursos de marcação não gramatical	44
1.2.4.2 Recursos de marcação gramatical	47
2 GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES	53
2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES	53
3 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA	60
3.1 A LINGÜÍSTICA DE <i>CORPUS</i>	61
3.2 O <i>CORPUS</i> DO PORTUGUÊS	61
3.3 COLETA DE DADOS: O <i>CORPUS</i> , CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS	62
4 OS VALORES ASPECTUAIS INCEPTIVO-INCOATIVO E ITERATIVO NO PORTUGUÊS	67
4.1 A MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO DAR	67
4.2 O VERBO DAR: DE PREDICADOR A MODAL	74
4.3 A CATEGORIA ASPECTUAL E SEUS <i>TYPES</i>	78
4.3.1 A variação entre as preposições “de” e “para”	85
4.3.2 As construções com o verbo DAR e a memória latina	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O verbo DAR, objeto de estudo deste trabalho, na condição de um verbo muito produtivo no Português, passou por um processo de abstração semântica que lhe possibilitou um considerável aumento de usos, tanto lexicais, quanto gramaticais. Com o decorrer das pesquisas sobre o referido verbo, principiadas ainda na iniciação científica, verificamos que ele possuía algumas peculiaridades ainda não suficientemente exploradas, o que nos motivou a prosseguir na investigação sobre o tema, delimitando nossa pesquisa de mestrado, a princípio, às construções gramaticais encabeçadas por ele. As pesquisas anteriores nos permitiram verificar que o verbo DAR sofreu um processo de mudança, passando da categoria lexical de predicador à categoria gramatical de auxiliar modal e, posteriormente, à de auxiliar aspectual, sem que uma ou outra forma deixasse de existir na língua. Àquela época, a hipótese aventada era a de que a multifuncionalidade das perífrases encabeçadas pelo verbo DAR decorria de um processo cognitivo de abstração semântica, o que fez com que ele perdesse algumas propriedades gramaticais, como a capacidade de selecionar argumentos, e passasse a incorporar outras, como a expressão cumulativa de valor aspectual inceptivo-incoativo (início, seguido de mudança de estado) e iterativo (repetição de uma ação) (COELHO e SILVA, 2014). Identificamos que, em seu percurso de mudança, o verbo DAR ocorreu em categorias distintas, entre as quais destacamos seu uso *lexical*, como verbo predicador (cf. 1); e seu uso *gramatical*, como verbo auxiliar em construções modais epistêmicas (cf. 2) e como verbo auxiliar em construções aspectuais (cf. 3), conforme exemplificamos a seguir¹:

- (1) “[...] ao ouvir falar do monstruoso crime, tivera um mau sorriso e nenhuma providência **dera para castigar** os criminosos,” (*Corpus do Português*; grifos nossos)
- (2) “Não se podia dizer que fosse de mau modo, mas **dava pra ver** que era má vontade [...]” (COELHO e SILVA, 2014, p.24)

¹Coelho e Silva (2014) integraram à categoria lexical, além das ocorrências de predicador, as de verbo leve (deu um chute), de expressão idiomática (deu com os burros n’água), e de mesoconstruções (deu a entender). De acordo com as autoras (*op. cit.*), os verbos leves foram considerados formas lexicais, tendo em vista dois argumentos defendidos por Gonçalves *et al.* (2010): “(i) preservam parte do significado e a estrutura argumental da forma plena; (ii) são responsáveis pela seleção semântica do argumento externo” (p.27). A categoria mesoconstrução, está, segundo as autoras, “num estágio intermediário, já que, estruturalmente, aproxima-se das construções e, funcionalmente, dos verbos leves, já que podem ser, assim como estes, parafraseadas por uma forma verbal simples, podendo, ‘dar a entender’, por exemplo, ser parafraseada por ‘sugerir’” (p. 27). Por meio de algumas pesquisas na internet, encontramos um uso que não havia sido analisado por não ter sido identificado no *Corpus do Português*, o qual nomeamos, a princípio, como causativas (A piscina dá fome). Como forma gramatical as autoras consideraram apenas as construções modais e aspectuais (cf. 2 e 3)

(3) “O sujeito já **deu pra beber**, está jogando, e, tolo, bem tolo, vendeu-se à Supi.”
(COELHO e SILVA, 2014, p.24)

No exemplo (1), apesar de não ser um exemplo prototípico no qual ocorre um argumento externo (o sujeito) e dois argumentos internos (os objetos), temos o verbo DAR em seu sentido de transferência de posse em um contexto de finalidade. Embora se assemelhe estruturalmente às construções modais e aspectuais – sobretudo porque seu argumento interno (nenhuma providência) aparece anteposto, o que o justapõe a uma oração adverbial de finalidade –, não apresenta, como tais construções, a propriedade de denotar modalidade ou aspecto. Já em (2) e em (3), as construções formadas pela mesma estrutura de (1), a saber, $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$, comportam-se, todavia, como uma categoria gramatical, denotando, respectivamente, modalidade epistêmica e os valores aspectuais inceptivo-incoativo e iterativo. O valor aspectual inceptivo-incoativo se refere ao início da ação, seguido de uma mudança de estado, o início da ação é, ainda, reforçado pelo advérbio “já”. O aspecto iterativo, por sua vez, se refere, de forma geral, à repetição da ação. Chamamos a atenção ainda para o fato de as construções presentes em (1), em (2) e em (3) apresentarem uma linha tênue no que se refere ao seu valor funcional, gerando, em muitos casos, até então observados, uma ambiguidade que só pode ser desfeita se observado o contexto em que ocorrem. Dessa forma, se ignorado o contexto de sua ocorrência, a expressão “deu pra beber”, por exemplo, poderia ser entendida tanto como “foi possível beber”, sendo, neste caso, modal; quanto “alguém começou a beber e reincidiu nessa ação”, sendo, nesse caso, aspectual. Observamos, ainda, que, nas construções com valor aspectual, há variação no uso da preposição, como em “deu de reclamar” e “deu p(a)ra reclamar”, o que não se verifica nas construções modais, como em “dava para ler” e “*dava a/de ler”.

Assim, em face das lacunas ora evidenciadas, dedicamo-nos, neste estudo, a investigar as construções gramaticais formadas pela estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITO}}$ no Português. Sendo os exemplos (2) e (3) estruturas construcionais, apoiamo-nos teoricamente no modelo da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995) e adotamos uma metodologia de interface entre a gramaticalização de construções e a sociolinguística laboviana (NEVALAINEN e PALANDER, 2012; POPLACK, 2012), para tentar dar conta da variação identificada no caso do liame preposicional das construções aspectuais. Dessa forma, tendo em vista os avanços obtidos com os estudos já empreendidos, a curiosidade que tal assunto nos desperta e os questionamentos a que ainda buscávamos responder sobre o tema, neste trabalho nos dedicamos à investigação das seguintes questões-problema: (i) as construções

aspectuais analisadas ainda se encontram em processo de gramaticalização?; (ii) quais as motivações para a incorporação dos valores aspectuais inceptivo-incoativo e iterativo nas construções analisadas?; (iii) por que existe variação entre as preposições “de” e “p(a)ra” em construções aspectuais e por que tal variação não ocorre com a construção modal?; (iv) qual a origem das preposições presentes em tais construções? Assim, partimos da hipótese de que parece ocorrer na língua um processo de especialização de usos, o que permite que uma dada função, não identificada no passado, surja devido à necessidade comunicativa do falante, num estágio posterior para cumprir determinados fins. Acreditamos que isso justifique o fato de encontrarmos construções que marcam apenas início da ação, como “Pedro *começou* a fazer atividade física ontem”², e outras que marcam duplo valor aspectual, como as apresentadas em (3). Acreditamos, ainda, com base em Coelho e Paula (2017) e em Coelho (no prelo), que o processo de variação das preposições em função do tipo de construção é um resquício do latim. Coelho e Paula (2017), ao tratarem da opcionalidade da preposição na construção aspectual contemporânea com o verbo *danar*, como em “João *danou* (a) *falar* de religião”, afirmam que tal opcionalidade se dá devido ao fato de o emprego da preposição com esse verbo não ser, na língua latina, uma exigência sintática, mas um preciosismo semântico, uma reminiscência do caso acusativo. Coelho (2017), por seu turno, observa que essa opcionalidade não ocorre com as construções com o verbo DAR e que, no caso das construções encabeçadas por este verbo, a preposição é sintática e não semântica. Propusemo-nos, pois, a testar as hipóteses aventadas em um conjunto de dados diacrônicos coletados no banco de dados do *Corpus do Português*.

Em decorrência da envergadura da pesquisa desenvolvida desde a iniciação científica e da experiência adquirida sobre o tema no decorrer dos estudos, avaliamos que ainda havia a necessidade de uma descrição mais sistematizada e amadurecida das construções gramaticais formadas com o verbo DAR na língua portuguesa, o que justifica, portanto, a proposta deste trabalho, pautado no quadro Teórico da Língua Cognitiva, mais especificamente relacionado à Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995), e na interface entre Gramaticalização e Variação Linguística.

No quadro teórico da Gramática de Construções, Goldberg (1995, p. 4, tradução nossa) nos ensina que construções são “unidades básicas da língua Padrões frasais são considerados construções se alguma coisa sobre a sua forma ou significado não é estritamente

² Os dados presentes neste trabalho que não forem referenciados devem ser considerados como dados de intuição.

previsível a partir das propriedades de suas partes componentes ou de outras construções”³. Ainda segundo essa autora, um conjunto de construções não é considerado como um conjunto não estruturado de entidades independentes, mas sim como uma organização altamente estruturada de informações inter-relacionadas. Dessa forma, construções são unidades estruturais dotadas de características semânticas as quais não são previsíveis a partir de suas partes componentes, mas apenas se consideradas as relações sintagmáticas estabelecidas entre todos os elementos da estrutura. Acreditamos que as construções formadas por $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$ possuem essa integração de forma e significado e não podem ser desmembradas sem que isso implique, por exemplo, a perda de seu duplo valor aspectual, motivo pelo qual estamos concebendo-as como construções. Essa conexidade, ou coesão, presente nas construções, decorre de seu grau de gramaticalização (LEHMANN, 2002.), o que pode ser observado em contextos como os que passamos a descrever. Note-se que se dissermos “Maria dará de beber”, teremos o verbo DAR empregado em seu sentido lexical, de transferência de posse de algo a alguém, como em “Maria *dará de beber* à criança”; no entanto, em contextos como “*Maria deu pra beber* cachaça”, temos a conotação de um valor aspectual que só se efetiva no todo da construção formada por $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$. No trabalho de Coelho e Silva (2014), notamos que, paralelamente ao processo de gramaticalização do verbo DAR de predicador a auxiliar aspectual, ocorre uma restrição de contextos, manifesta tanto nas relações entre os elementos da construção, como também no tempo da forma do verbo auxiliar, que não pode ocorrer no futuro. Há também uma restrição de sua estrutura argumental no interior da construção, já que, apesar de ser um predicador de três lugares (bitransitivo, na nomenclatura tradicional), na construção aspectual, o verbo DAR não requer todos os complementos. Tais restrições contextuais também se verificam nas construções modais, já que dificilmente é possível intercalar algum material interveniente entre as partes componentes da construção, fato que evidencia um alto grau de conexidade e, conseqüentemente, de gramaticalização. Essas evidências reforçam a ideia de que as construções encabeçadas pelo verbo de que nos ocupamos constituem uma unidade de forma e sentido resultante do processo de gramaticalização do predicador em auxiliar. Justificada a opção pelo quadro teórico da Gramática de Construções, resta-nos explicitar a escolha por uma abordagem de interface entre gramaticalização e teoria da variação.

³ Do original “[...] constructions are taken to be the basic units of language. Phrasal patterns are considered constructions if something about their form or meaning is not strictly predictable from the properties of their component parts or from other constructions”(p.4)

Poplack (2012), ao analisar as semelhanças e diferenças entre a teoria da gramaticalização e a teoria da variação, enumera as contribuições da teoria variacionista para a gramaticalização, argumentando que essa abordagem é, particularmente, adequada para vias de rastreamento de processos de gramaticalização, dada a sua capacidade de elucidar o período de transição entre pontos da mudança. Considerando que o que acontece na estrutura da gramática durante a competição entre as formas evidencia a mudança linguística (POPLACK, 2012), optamos por esse quadro teórico, uma vez que nosso objeto de estudo perpassa ambas as teorias, além do fato de que uma de nossas hipóteses (variação de preposições) requerer um olhar que congregue os dois temas. Ademais, segundo Nevalainen e Palander (2012), essa combinação, apesar de produtiva, é bastante rara, o que, certamente, trará contribuições para a área dos estudos linguísticos, sobretudo em termos de eficácia de metodologia.

Assim, procurando investigar, numa perspectiva diacrônica, as construções gramaticais formadas pela estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$ no Português, verificar se as construções aspectuais analisadas ainda se encontram em processo de gramaticalização na língua, analisar a frequência de variação entre as preposições “de” e “para” em construções aspectuais, explicar por que tal variação não ocorre em construções modais, investigar a origem de tais preposições e testar a hipótese de tais preposições serem uma reminiscência dos casos latinos, já que não podem ser suprimidas, como ocorre com outras construções aspectuais cuja preposição advém do caso acusativo, empreendemos essa pesquisa. Acreditamos que este trabalho seja relevante para a descrição da categoria aspectual na língua portuguesa por meio da interação entre a Teoria da Variação e Mudança Linguística, da Gramaticalização e da Gramática de Construções, e por abrir precedentes para investigações capazes de auxiliar no entendimento do processo de abstração semântica que acaba por desencadear outros processos de mudança na língua.

Os resultados da pesquisa empreendida estão apresentados da seguinte maneira: no primeiro capítulo, delineamos as categorias gramaticais e a sua importância para a compreensão da língua e a organização do conhecimento ao trazer uma gama de significações de maneira econômica (CÂMARA JÚNIOR, 1969, p. 119). Descrevemos, ainda, uma categoria importante para este estudo: a categoria aspectual, que, nas palavras de Costa (1990), é “muito pouco cortejada pelos estudiosos do português, fora do âmbito acadêmico” (p. 8). No segundo capítulo, trazemos as principais contribuições da Gramática de Construções, vertente da Linguística Cognitiva que nos ajudou a compreender as construções perifrásticas aqui analisadas, ao defender a ideia de continuidade entre o léxico e a sintaxe,

apoiada no pareamento entre forma e significado. No terceiro capítulo, fazemos uma descrição da metodologia adotada pra este estudo, trazendo as contribuições da Linguística de *Corpus* para a seleção e para a compilação do *corpus* deste estudo. No quarto e último capítulo, apresentamos os resultados alcançados com a coleta de dados e as generalizações extraídas a partir da análise das ocorrências com o verbo DAR.

Por fim, apresentaremos as considerações finais, retomando os principais resultados obtidos com essa pesquisa. Assim, convidamos você, leitor, a percorrer conosco esse caminho, o qual, esperamos que lhe seja proveitoso para fomentar reflexões acerca das construções linguísticas e das categorias de aspecto e de modalidade na língua portuguesa.

CAPÍTULO 1

CATEGORIAS GRAMATICAI

Câmara Júnior (1969), ao tratar das significações linguísticas, versa que há, em toda língua, a distribuição de cada semantema em categorias, que traduzem “uma gama de significações de maneira econômica e eficiente” (CÂMARA JÚNIOR, 1969, p. 119) e que, caso assim não fosse, precisaríamos de um número infinito de grupos fonéticos distintos. De acordo com o autor, os primeiros gramáticos, helênicos e alexandrinos, consideravam a relação entre a organização categórica de uma língua e as categorias lógicas como essenciais para o raciocínio humano, pois “viam a linguagem como uma manifestação da lógica formal, ou seja, o conjunto de normas para uma expressão linguística adequada, que satisfaça à nossa razão” (p. 120)⁴. A partir desse sentido mais amplo de categoria e em busca de uma maior sistematização do pensamento e da língua, os vocábulos foram estabelecidos como unidades mórficas secundárias, em face da unidade primária, chamada de “forma mínima”, o semantema ou morfema (CÂMARA JUNIOR, 1969, p. 149). Coube aos linguistas classificá-los, o que os levou a repensar o seu sentido e a estabelecer relações entre a divisão dos vocábulos e sua correspondência com a divisão categórica do universo linguístico.

A rigor, trata-se de ordená-los em categorias, e por isso, às vezes, encontramos a fórmula CATEGORIAS GRAMATICAI usada exclusivamente para designar o conjunto das diversas classes de onde se obtêm. É uma limitação abusiva de emprego, porque o termo CATEGORIA tem sentido mais amplo e compreensivo [...] não há dúvida, porém, que a divisão dos vocábulos corresponde a uma divisão categórica do universo linguístico, ou seja, do universo representado na linguagem (CÂMARA JUNIOR, 1969, p. 149).

Estabeleceu-se, portanto, um quadro, legado pela gramática greco-alexandrina, que apareceu, pela primeira vez, sob a forma didática no manual de Dionísio de Trácia, 120 anos antes de Cristo, para elucidar tais vocábulos em categorias, o que é utilizado, até hoje, pela gramática tradicional.

Ao abordar o termo *categoria gramatical* e suas implicações tradicionais, Lyons (1979) avalia que o termo *categoria* seja pouco consistente ou uniforme, sendo frequentemente empregado como “classe” ou “conjunto” a fim de se referir a um grupo de elementos na

⁴ Em Lyons (1979), encontramos a informação de que o termo *categoria* “deve sua origem ao fato de que a teoria gramatical ocidental se desenvolveu com base em um sistema filosófico particular” que, nas palavras do autor (*op. cit.*), “pode ser designado como “aristotélico” (LYONS, 1979, p. 289).

descrição linguística. Ao tratar da etimologia do termo, o autor informa que o vocábulo *categoria* é derivado de uma palavra grega, traduzida como predicação, tendo como sentido lógico ou filosófico a ideia de “atribuir propriedades às coisas” (p. 289). Do ponto de vista de Aristóteles, a estrutura da língua refletia, assim, a estrutura do mundo, ou seja, o significado das palavras estava relacionado com seu modo de “ser”. Nessa perspectiva, em Câmara Junior (1969), encontramos a informação de que “os homens passam a compreender o espaço vital de certa maneira, e, partindo da compreensão comum, concretizada na língua, podem-no fazer assunto de comunicação entre si” (p. 17).

Era essa relação entre os modos de *ser* e de *significar* que tornava possível o conhecimento do mundo e que, somados à *compreensão*, correspondência entre essas três séries de categorias, justificava a associação entre Filosofia, Gramática e Lógica. Sendo a língua, ao mesmo tempo, objeto de análise e instrumento com o qual se realizava a análise filosófica, a teoria das *categorias* de Aristóteles causou um grande efeito na gramática tradicional. Os elementos das línguas eram analisados tanto em termos de *matéria* e de *forma* quanto em termos de *substância*, agrupados segundo propriedades *acidentais*⁵, em termos de *classes*, partes do discurso, conforme seu *modo de significar* as coisas, suas propriedades e relações (LYONS, 1979).

A unidade básica da análise gramatical, na teoria tradicional, era a palavra, e cada palavra, como “signo”, era composta de uma combinação de sons e de sentido. Assim, a análise gramatical se dava pela análise do funcionamento das palavras como “signos”, instrumentos de descrição e de compreensão da “realidade”, pela classificação como “partes do discurso” e pelo estabelecimento de padrões, “paradigmas”, de “declinação e de “conjugação” (LYONS, 1979). Sendo descritas de acordo com a lista de *categorias* aristotélicas, as palavras, ou vocábulos, eram classificadas segundo um sentimento íntimo dos falantes, aceito na comunidade linguística, correspondendo a um fato da LÍNGUA, nos termos saussurianos, obedecendo a uma distinção do conteúdo nocional dos vocábulos. Câmara Junior (1969) fez referência à distinção entre os vocábulos que contêm um SEMANTEMA, tendo então uma SIGNIFICAÇÃO EXTERNA, e outros que possuem uma SIGNIFICAÇÃO INTERNA, ou GRAMATICAL, sendo, portanto, vocábulos-morfema, também chamados por ele de morfemas categóricos ou de morfemas de relação, como as preposições e as

⁵ De acordo com o autor, “como fundamento da classificação dos moldes de predicação e de ‘ser’ estava o ponto de vista segundo o qual o mundo físico consiste de coisas (‘substâncias’) que têm certas propriedades (‘acidentes’), que iniciam ou sustentam certos processos, que se relacionam umas às outras, ou têm certa extensão ou posição no espaço ou no tempo [...] a ‘substância’ era a coisa individual abstraída das suas propriedades ‘acidentais’” (LYONS, 1979, p. 286).

conjunções. Estes se “caracterizam em qualquer língua pela tendência a serem PARTÍCULAS, isto é, vocábulos de pequeno volume fonético e clíticos, ou, de maneira lata, FORMAS DEPENDENTES”⁶ (p. 150). Já os de significação externa, as palavras, são, de forma geral, FORMAS LIVRES.

Em Lyons (1979), encontramos, ainda, a informação de que a *substância* distinguia-se de seus “acidentes”, ou seja, das diferentes formas que as palavras assumiam de acordo com a função sintática que desempenhavam e com o seu próprio modo de significar. Os substantivos, por exemplo, flexionavam-se em caso (nominativo, acusativo, etc.) e em número (singular, plural), e pertenciam a um gênero (masculino, feminino ou neutro). Os verbos, por sua vez, flexionavam-se em modo (indicativo, subjuntivo, imperativo), em tempo (presente, passado, futuro), em pessoa (primeira, segunda e terceira), em número (singular e plural), em voz (ativa, passiva e reflexiva) e em aspecto, que configuram seus “acidentes” ou categorias. No âmbito dos verbos, a categoria aspectual traduz, além da categoria de tempo interno, a duração do processo, apresentado como pontual ou instantâneo. Segundo Lyons (1979), aspecto é um acidente, uma categoria gramatical secundária, por não ser uma obrigatoriedade em todas as línguas. No caso do português, enquanto as categorias de número, de gênero, de modo, de tempo e de pessoa são marcadas morfologicamente, as categorias de voz e de aspecto não o são. Para assinalá-las, o falante recorre, normalmente, a recursos sintáticos, embora, no caso específico de algumas nuances de aspecto, seja possível recorrer aos morfemas flexionais de tempo-modo dos verbos portugueses. Trataremos com mais detalhes da categoria de aspecto, objeto de nosso estudo, na subseção 1.2 deste trabalho. Por ora, visamos tão somente a contextualizá-la no rol das categorias verbais e a assinalar a ausência de morfemas específicos para demarcá-la.

Portanto, o que tradicionalmente é chamado de *categorias gramaticais* são as categorias “acidentais” da teoria gramatical, o que justifica o termo acidente para o que hoje chamamos de “variação flexional”. A oposição aristotélica de “matéria” e de “forma” serviu para que muitos gramáticos estabelecessem a distinção entre partes do discurso *maiores* (nomes, verbos, adjetivos e advérbios) e *menores* (*preposições, conjunções, etc.*). As partes do discurso *maiores*, tal como descrito por Câmara Junior (1969), eram dotadas de semantema e portadora de significação; já as partes *menores* não significavam nada em si, contribuindo apenas para a significação total da frase, pela imposição de certa “forma” ou organização (LYONS, 1979), tal como as “palavras gramaticais”, nos termos de Câmara Junior (1969).

⁶ “[...] os pronomes é que apresentam, não raro, formas dependentes e até formas presas” (CÂMARA JUNIOR, 1969, p. 150, em nota de rodapé);

Como no verbo as categorias tendem a ser cumulativas, trataremos a seguir, detalhadamente, das categorias de modo, tempo e aspecto, que se imbricaram nos dados que serão analisados neste trabalho.

1.1 UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE MODO, DE TEMPO E DE ASPECTO

A *categoria de modo*, assim como a de tempo, é demarcada por um procedimento morfológico e pode-se realizar pela flexão do verbo ou por meio da modificação de auxiliares. Nos termos de Castilho (1968, p. 16), “o modo indica a atitude do sujeito em relação ao processo verbal, que pode ser encarado como algo real (indicativo), eventual (subjuntivo) ou necessário (imperativo)”⁷. Embora na tradição gramatical, isso não seja explicitado, tal categoria auxilia, em conjunto com outros procedimentos gramaticais e/ou lexicais, o processo de modalidade, que trata da avaliação/atitude subjetiva do falante sobre determinado fato. Cada língua possui “um conjunto de processos gramaticais para ‘marcar’ as frases de acordo com atitude do falante em relação ao *status* factual do que está dizendo, isto é, sua certeza e ênfase, sua incerteza ou dúvida etc..” (LYONS, 1979, p. 322). Quando nos referimos a uma frase como “marcada”, estamos dizendo que ela possui “certo modo” ou modalidade. Já as frases que expressam uma simples afirmação de fatos, neutras com respeito à atitude do falante, tais como simples frases declarativas (ou modo indicativo), são consideradas como frases “não-marcadas”, ou seja, não há a realização da modalidade.

Lyons (1979) estabelece três escalas⁸ de modalidade. A primeira é a do “desejo” ou da “intenção”, em que temos o “subjuntivo” em oposição ao “indicativo”, ilustrados, respectivamente, pelo epitáfio conforme (4a e 4b). A segunda escala é a da “necessidade” ou da “obrigação”, como (5). E, por último, a terceira escala é a da “certeza” ou da “possibilidade”, como em (6a), ou como ocorre com o verbo objeto de estudo, em (6b):

(4a) “Requiescat in peace/Descanse em paz” (LYONS, 1979, p. 324)

(4b) “Requiesciti/Ele descansa”. (LYONS, 1979, p. 324)

(5) “I must go to London next week/ Eu tenho de ir a Londres na próxima semana”.

(LYONS, 1979, p. 324)

⁷Essa definição é fundamentada na conceituação de Meillet, formulada em 1920.

⁸ Lyons (1979) utiliza o termo “escala”, uma vez que cada uma delas pode ser subdividida em número maior ou menor de classes, o que pode ser verificado em diversos autores. Há também o fato de que outras línguas podem fundir duas ou mais dessas modalidades ou não reconhecer nenhuma delas. O autor também destaca uma afinidade entre as frases imperativas e as modalidades de “desejo” e de “necessidade” e, por outro, entre as interrogativas e a modalidade da “possibilidade”.

(6a) “He maybe here/Ele pode estar aqui; He must be here/Ele deve estar aqui”.
(LYONS, 1979, p. 324)

(6b) **Hojedeu pra ir** à praia.

No âmbito das palavras que exprimem elementos do mundo objetivo, os verbos expressam ainda a *categoria de tempo*, que marca o *momento*, ou a época da ocorrência do processo verbal, tendo como âncora o momento em que se fala. Essa categoria é, portanto, subjetiva, já que, como comentado por Cohen (1924 B, p.13, *apud* CÂMARA JÚNIOR, 1969, p. 140), “só tem sentido para o sujeito falante, que concebe o tempo de maneira abstrata, como uma linha ideal, e aí traça divisões em relação a si mesmo”, estabelecendo, então, o passado e o futuro a partir do momento em que se fala. Ressalva o autor estarmos diante da categoria de tempo de funcionamento mais puro e amplo em que não há uma tonalidade modal (CÂMARA JÚNIOR, 1969).

Ao se debruçar sobre as categorias de tempo, de modo e de aspecto, Lyons (1979) nos ensina que o termo gramatical *tempo* deriva do Latim *tempus*, tradução do termo Grego *Khrónos*. A categoria de tempo estabelece, portanto, relações temporais expressas por contrastes gramaticais sistemáticos. Assim, ao analisar a língua grega e latina, os gramáticos tradicionais estabeleceram os seguintes contrastes para lidar com tal categoria: “passado”, “presente” e “futuro”. De acordo com o autor (*op. cit.*), o “tempo” se encontra em todas as línguas e sua característica essencial é relacionar o tempo da ação, do acontecimento ou do estado referidos na frase ao momento do enunciado, o “agora” (p. 320).

Muitos gramáticos chegaram a subdividir a categoria de tempo em sete termos, a saber: antes do passado, passado, depois do passado, presente (o agora), antes do futuro, futuro e depois do futuro. Entretanto, o tempo gramatical admite várias maneiras de categorização. O “agora”, por exemplo, poderia ser reagrupado com o “passado” ou com o “futuro”, resultando na dicotomia “passado” e “não-passado”, ou “agora” e “não-agora” ou, ainda, na tríade “próximo” x “não-próximo” x “remoto”. Essas distinções, na visão do autor, “se combinariam de várias maneiras” (LYONS, 1979, p. 321) e não apenas como estabelecido por autores tradicionais. Sendo assim, dada a polissemia que envolve o termo *tempo*, Travaglia (2016 [1981]) referiu-se a ele segundo três sentidos básicos, os quais serão adotados, neste trabalho, como um recurso de precisão terminológica:

Tempo 1: categoria verbal (correspondente às épocas: passado, presente, futuro). Falaremos então em **tempo**;

Tempo 2: flexão temporal. Estaremos nos referindo então aos agrupamentos de flexões da conjugação verbal: presente do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, futuro do presente, futuro do subjuntivo, etc. Falaremos então em **tempos flexionais**;

Tempo 3: a ideia geral e abstrata de tempo sem consideração de sua indicação pelo verbo ou qualquer outro elemento da frase. Falaremos então de **TEMPO** (com letra maiúscula) (TRAVAGLIA 2016 [1981], p. 41, grifos nosso)

A *categoria de tempo* muito se aproxima da *categoria de aspecto*, por ser esta uma categoria verbal ligada ao TEMPO, já que “indica o espaço temporal ocupado pela situação em seu desenvolvimento, marcando a sua duração, isto é, o tempo gasto pela situação em sua realização” (TRAVAGLIA, 2016 [1981], p. 42), o que leva à confusão muitas vezes estabelecida entre ambas as categorias. Tal fato induziu muitos autores a propor uma distinção entre elas (COMRIE, 2001 [1976], TRAVAGLIA, 2016 [1981], COSTA 1990). As reflexões empreendidas demonstraram que, apesar de *tempo* e de *aspecto* serem categorias de TEMPO, ambas não se confundem, já que

- a categoria de **tempo** situa o momento de ocorrência da situação a que nos referimos em relação ao momento da fala como **anterior** (passado), **simultâneo** (presente) ou **posterior** (futuro) a esse mesmo momento. É uma categoria dêitica, uma vez que indica o momento da situação relativamente à situação da enunciação. Aqui temos uma datação;
- a categoria de **aspecto** não é uma categoria dêitica, pois se refere à situação em si. Como diz Comrie (2001 [1976]), o aspecto são as diferentes maneiras de ver a **constituição temporal interna da situação**, sua duração. Assim, para efeito de distinção, podemos dizer que o **tempo** é “um TEMPO externo à situação” e o **aspecto** é “um TEMPO interno à situação”. (TRAVAGLIA, 2016 [1981], p. 42)

Travaglia (2016 [1981]) retoma Comrie (2001 [1976]) ao definir a categoria de *tempo* como dêitica, tomando como ponto de referência o falante, e o *aspecto* como uma categoria não-dêitica, visto que seu significado não remete ao momento da enunciação, mas ao tempo interno da situação. A título de ilustração, analisemos os exemplos a seguir, extraídos de Costa (1990):

(7) “Caminhei muito” (p.19)

(8) “Estive caminhando por muito tempo” (p.20)

Ambas as sentenças expressam, nos termos de Travaglia (2016 [1981]), o TEMPO em que a ação de caminhar ocorreu em relação ao momento da enunciação (passado), traduzindo,

portanto, uma categoria de *tempo*. No entanto, apenas em (8) é possível identificar frações de tempo da realização da ação, o que demonstra o seu aspecto imperfectivo.

Conforme defende Costa (1990), a melhor forma de analisar se há ou não a categoria de *aspecto* em enunciados do português é submetendo o material sob análise à seguinte pergunta: “o fato expresso está referido no enunciado de modo global, como um bloco inteiro, ou, ao contrário, o fato está referido levando-se em conta que ele tem uma constituição temporal interna, que está no caso sendo marcada?” (p.37). Submetendo o material a esse “teste”, ele evidenciará um aspecto conclusivo, ou melhor, permansivo e outro inconclusivo” (p.143). Tal expediente, contudo, permite-nos identificar a categoria de *aspecto*, mas não descrevê-la de forma completa, por se mostrar incapaz de abranger todas as diferentes noções de duração, que vão além de acabado ou de não acabado ou, ainda, de início meio e fim, como o fazem muitos autores. Trataremos desse assunto com maiores detalhes na próxima subseção, dada a importância do tema para este trabalho.

1.2 A CATEGORIA ASPECTO

Entre os latinos, Varrão parece ter sido o primeiro a levar em conta o aspecto, ao falar em *têmpora infecta* e em *têmpora perfecta* (CASTILHO, 1968). Na filosofia, Platão (427 -347 a.C.) e Aristóteles já tratavam do aspecto em seus pressupostos sobre a categoria linguística de tempo, assim como os gramáticos latinos, entre os quais Varrão. O termo *aspecto*, tradução do russo *vid*, foi usado, primeiramente, para se referir à distinção entre o perfectivo e o imperfectivo na flexão dos verbos em russo e nas línguas eslavas; “foram de fato as línguas eslavas, dentre as do indo-europeu, as que conservaram, de forma mais vivaz, a categoria de aspecto” (CASTILHO, 1968, p.21). Apesar de, desde a Antiguidade Clássica, o aspecto já ser mencionado quando se tratava da categoria linguística de tempo, foi a partir do século XIX, mais precisamente no séc. XX, após o processo de descrição das línguas eslavas, que se deu maior importância ao estudo dessa categoria (MATEUS *et. al.*, 2006).

Comrie (2001 [1976]), assim como vários autores que o sucederem no estudo do tema (TRAVAGLIA, 2016 [1981], COSTA, 1990, BARROSO, 1994), chamou a atenção para o fato de os estudos mais aprofundados sobre o aspecto serem muito recentes e menos familiares para os estudantes de linguística do que aqueles relativos a outras categorias linguísticas, tais como a categoria de *modo* ou a de *tempo*, por exemplo. Apesar dessa lacuna, muitos estudiosos se debruçaram sobre o tema e se propuseram a descrever tal categoria de forma sistemática como, por exemplo, Vendler (1967), Comrie (2001 [1976]),

Smith (1991), na língua inglesa, e Castilho (1968), Travaglia (2016 [1981]), Costa (1990), Barroso (1994) e Cunha (2004), na língua portuguesa, dentre outros. Como se percebe não só pela observação de autores como Comrie (2001 [1976]) e Travaglia 2016 [1981], mas também pela datação dos teóricos referenciados, a descrição da categoria aspectual é relativamente recente e, desse modo, apesar de haver algum consenso, nota-se também alguma variação entre as definições apresentadas por eles, o que dificulta um pouco a tarefa de conceituar o termo.

Aspecto é, de forma geral, uma categoria verbal ligada ao TEMPO, mas apenas essa característica não se mostra suficiente para descrever sua complexidade. Ao definir aspecto, Castilho (1968) o apresenta como “a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento” (p.14), sendo, pois, a representação espacial de um processo. Essa definição espelha a etimologia da palavra “aspecto”, a qual inclui a raiz *spek*, que significa “ver”, e converge com a perspectiva objetividade característica da noção aspectual, em contraposição à subjetividade, própria da noção temporal (CASTILHO, 1968).

Comrie (2001 [1976]) formula uma definição geral sobre aspecto bastante próxima da de Castilho (1968), ao afirmar que “aspectos são diferentes modos de ver a constituição temporal interna de uma situação.”⁹ (p. 3, tradução nossa). Nessa perspectiva, a categoria de aspecto tem como característica particular a indicação dos graus de desenvolvimento e de realização de uma situação, ou seja, “apresenta o processo verbal do ponto de vista de sua *duração*” (CÂMARA JUNIOR, 1969, p. 141). Câmara Junior. (1969) salienta que a utilização do aspecto é uma escolha do falante¹⁰, já que este pode se referir a uma mesma situação de maneira perfectiva – sob um ponto de vista global, sem discriminação de suas fases – ou imperfectiva, evidenciando as fases de uma situação, sem, contudo, entrar em contradição¹¹. Vejamos os exemplos a seguir:

(9) João **começou a falar** mentira.

⁹ Essa definição, de acordo com Comrie (2001) [1976]), é baseada na definição dada por Holt (1943, p. 6): “lês manières diverses de concevoir l’écoulemente du procèsmême”, i.e. ‘different ways of conceiving the flow of the process it self’. This definition has been generalised somewhat so that it does not refer solely to processes, but also, for instance, to states” (p. 3, em nota de rodapé)

¹⁰ Segundo Câmara Junior (1969), o aspecto é uma categoria subjetiva, de segunda ordem, porque o falante pode ou não escolher empregá-la. Nesta acepção, nota-se uma aparente contradição com os ensinamentos de Castilho(1968), que o apresenta como “a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento” (p.14).

¹¹ Para Comrie (2001,[1976]), ainda é possível utilizar tanto o perfectivo como o imperfectivo para fazer referência a uma extensão temporal. Uma situação perfectiva, por exemplo, pode ser vista em fases, pode apresentar estrutura interna, desde que isso não afete a visão da situação como um todo único.

(10a) João **deu pra falar** mentira.

(10b) João **deu pra falar mentira durante a conversa**.

(11a) João **leu** um livro ontem.

(11b) Enquanto ele **estava lendo**, sua mãe chegou.

Observemos que, no exemplo (9), temos a indicação apenas do início de um evento, que parece perdurar no tempo, apresentando, assim, uma duração. Já em (10a) o evento se repete no tempo, havendo um espaço entre o término do evento “falar” e da sua repetição. Se acrescentarmos às sentenças a expressão adverbial “durante a conversa”, como ocorre em (10b), ainda assim teremos a marcação do início em (9) e da repetição em (10a), ou seja, em (10a), em diversos momentos da conversa, João falou alguma mentira, o que não é evidenciado em (9). Em (11a), o evento traduzido pelo verbo é apresentado como completo, acabado, sem referência a fases de realização. Já em (11b), durante o intervalo de tempo em que o sujeito da frase estava lendo e, antes que esse evento tivesse sido concluído, ou seja, ainda durante o processo de leitura, ocorre um novo evento, a chegada da mãe; assim esse processo poderia ser dividido, por exemplo, em dois momentos: antes e depois da chegada da mãe. Percebemos, a partir disso, que, em todas as três frases, temos diferentes graus de realização da ação para comunicar diferentes ideias a partir de escolhas feitas pelo falante para marcar nuances aspectuais distintos.

Foi em Travaglia (2016 [1981]) que encontramos uma proposta de definição mais detalhada para a categoria de aspecto, a qual parece sumarizar as questões até então apontadas:

1. Aspecto seria “a maneira de ser da ação”.
2. Aspecto é a indicação da duração do processo, de sua estrutura temporal interna.
3. Aspecto é a indicação dos graus de desenvolvimento, de realização do processo, o modo de conceber o desenvolvimento do processo em si.
4. Aspecto envolve tempo.
5. Aspecto é definido como marcador de oposições entre certas noções ou de noções simples: término/não término, início, resultado, etc. (TRAVAGLIA, 2016 [1981], p. 40-41);

De acordo com o linguista ora referenciado, o primeiro ponto é pouco útil na definição do aspecto, dado o fato de ser passível de levar a confusões com elementos não aspectuais ligados tanto ao modo verbal e à modalidade (nos termos vistos na seção anterior),

quanto ao que muitos linguistas chamam de modo de ação, ou *aktionsart*¹² (noções como progressão, aparência, conação, diminuição etc.). O quinto ponto é comum às conceituações de aspecto, mas só nos auxilia na medida em que nos ajuda a perceber a generalização envolvida nas noções e nas oposições que o precedem. São, portanto, as definições 2, 3 e 4 que nos dão subsídios para uma conceituação mais precisa de aspecto. Podemos notar que muitas noções aspectuais indicam fases da situação. Tais fases podem ser tomadas sob três diferentes pontos de vista, o que implica três subconjuntos de fases: (a) o do desenvolvimento da ação, que engloba o início, o meio e o fim; (b) o do completamento da situação, que se subdivide em dois: situação incompleta e situação completa; (c) e o da realização da ação, em que temos três subdivisões: situação por começar, situação começada ou não acabada e situação acabada (TRAVAGLIA, 2016 [1981]).

A partir do exposto, o autor (*op. cit.*) chega a uma definição mais robusta de aspecto, conceituando-o como uma “categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação” (TRAVAGLIA, 2016 [1981], p. 43).

Na subseção a seguir, dedicamo-nos à descrição dos principais valores aspectuais presentes na Língua Portuguesa.

1.2.1 Os principais valores aspectuais na Língua Portuguesa

Ao tratar, do ponto de vista semântico, do desenrolar de uma ação, do ponto de vista interno, surgem diferentes informações que marcam a situação no que diz respeito à sua duração, à repetição e às suas diferentes fases. Para este trabalho, ater-nos-emos aos estudos em língua portuguesa, recorrendo, contudo, aos trabalhos em outras línguas sempre que necessário, a fim de realizar comparações e extrair pressupostos importantes para a nossa descrição.

Castilho (1968), com o objetivo de descrever o aspecto no português, esquematiza-o com suas subdivisões e nos alerta para o fato de não ser seu objetivo conceber o verbo português como dotado de um mecanismo absoluto, dado “o equilíbrio instável em que a

¹²De acordo com Travaglia (2016 [1981]), vários trabalhos buscam distinguir aspecto e modo de ação, tais como o de Castilho (1968). Para um grande número de linguistas, os dois termos são sinônimos, enquanto para outros “aktionsart” seria o aspecto expresso lexicalmente.

tradição e a evolução se digladiam” (p.50). O quadro a seguir, extraído de sua obra, sistematiza os principais valores e significados aspectuais presentes no português:

QUADRO 1- Principais valores e significados aspectuais segundo Castilho (1968)

Valores	Aspectos
1. Duração	<i>Imperfectivo</i> Inceptivo Cursivo Terminativo
2. Completamento	<i>Perfectivo</i> Pontual Resultativo Cessativo
3. Repetição	<i>Iterativo</i> Iterativo Imperfectivo Iterativo Perfectivo
4. Negação da duração e do completamento	<i>Indeterminado</i>

Fonte: CASTILHO, 1968, p. 51.

No QUADRO 1 verificamos que os aspectos mais importantes e que perpassam todos os valores aspectuais são o *imperfectivo* e o *perfectivo*. O primeiro, com valor de duração pura e simples, abrange valores aspectuais que tratam a situação em seu ponto de início (*inceptivo*) e de fim (*terminativo*) ou ignora ambos os pontos (*cursivo*). Já o último, com valor de completamento, “indica ação completamente decursa, podendo assinalar o começo e o fim simultâneos da ação (*perfectivo pontual*), o resultado, que decorre de seu término (*perfectivo resultativo*), ou uma negação, que se reporta ao presente (*perfectivo cessativo*) (CASTILHO, 1968). Nas palavras de Travaglia (2016 [1981], p.85), “é como se a situação fosse vista de dentro” e não enfocando o seu todo. Analisemos os exemplos a seguir com o verbo DAR:

(12) Sua mãe lhe **deu** o presente no seu aniversário (perfectivo).

(13) Ele ficou **dando** risadas enquanto o professor falava (imperfectivo)¹³.

¹³ A expressão “dar risada” corresponde a “rir”, o que configura o verbo “dar” como um verbo leve, nessa construção. Além de Gonçalves *et al.* (2010), Grimshaw e Mester (1988) e Butt (2010) também deram importantes contribuições os estudos formais dessa estruturas, destacando duas importantes características dos

No exemplo (12), temos a situação como completa, a ação em sua totalidade, sem a tentativa de dividir a situação de “dar o presente” em fases de desenvolvimento. Ela é vista em sua globalidade. Já em (13) temos a situação apresentada como incompleta, ou seja, como se ela fosse vista de dentro, pois não temos o todo, o completamento, já que o evento perdurou e se repetiu por um intervalo de tempo. Entendemos, então, que o aspecto *perfectivo* e o aspecto *imperfectivo* funcionam como fios condutores para a compreensão dos valores aspectuais apresentados, o que é reforçado pelos fatos apresentados na seção anterior sobre o caráter primitivo de ambos. Castilho (1968, p. 52) ainda reforça que “o quadro ganharia em simplicidade se se reunisse os casos de duração num só grupo, apartando a pontualidade para um segundo grupo”, ou seja, fazendo a distinção entre aspecto *perfectivo* e *imperfectivo*. Importa-nos, ainda, destacar aqui que, conforme ensina o autor, o *iterativo* é equiparado ao *frequentativo*, registrando-se algumas tentativas de diferenciá-los. O próprio autor (*op. cit.*) afirma que a tipologia do aspecto é bastante controversa, possuindo variados métodos e interpretações. Além disso, o mesmo termo apresenta variações conceituais ao longo de um mesmo trabalho. Nesse sentido, Travaglia (2016 [1981]) esclarece que muitas terminologias utilizadas para o estabelecimento das noções aspectuais, por vezes, encontram-se comprometidas em outros trabalhos que podem indicar aspectos cuja caracterização seja, frequentemente, bem diversa da do aspecto descrito em seu trabalho com o mesmo nome.

Em Câmara Junior (1969), encontramos a informação de que Bugmann (1905) e Meillet (1921) procuraram depreender o sistema verbal indo-europeu primitivo na base de uma distinção de aspecto, o que levou Bugmann (1905) a esquematizar os diversos tipos de aspectos possíveis numa conjugação verbal, resultando nos seis tipos de aspectos a seguir:

1) aspecto PONTUAL, ou momentâneo – assinala um processo realizado de maneira súbita ou instantânea; 2) DURATIVO – frisa a duração do processo, o qual pode intensificar-se cada vez mais (PROGRESSIVO), ou desenrolar-se simplesmente (CURSIVO), ou repetir-se por uma série de processos pontuais. (FREQUENTATIVO ou ITERATIVO); 3) PERMANSIVO – processo é apresentado como persistente em seus efeitos; à maneira de uma coisa adquirida; 4) INCEPTIVO – apenas marca o princípio de um processo; 5) CESSATIVO, ou CONCLUSO, que marca ao contrário, o fim; 6) RESULTATIVO - registra os resultados de um processo realizado. (CÂMARA JUNIOR. 1969, p. 140)

Comparando o QUADRO 1 de valores aspectuais, trazido de Castilho (1968), com os tipos de aspectos levantados por Câmara Junior (1969), percebemos diferentes formas de

verbos leves: (a) Não têm semântica plena; (b) Precisam estar em um complexo Verbo-Nome (ou Verbo-Adjetivo.) e agem como um verbalizador.

exposição entre eles. Castilho (1968) coloca o aspecto inceptivo como sendo uma subdivisão do valor de *duração* e o aspecto iterativo como pertencente ao valor de *repetição*. Já Câmara Junior (1969) classifica a duração como um tipo aspectual, sendo o iterativo uma subdivisão da duração, que pode ser progressiva, cursiva ou iterativa, não fazendo distinção entre os tipos frequentativo e iterativo. O aspecto inceptivo em Câmara Junior (1969), ao contrário do que considera Castilho (1968), é um tipo em si, e não uma subdivisão do valor durativo¹⁴.

Ao fazer um inventário sobre os estudos existentes sobre o aspecto no Português, Travaglia (2016 [1981]) afirma que encontrou pouco material neste sentido, destacando o estudo de Castilho (1968) como um trabalho de porte para essa língua. Por isso, ao propor um quadro aspectual do Português, ele se vale, principalmente, do proposto por Castilho (1968), apresentado acima, já que, segundo avalia, ele “estabeleceu um quadro que busca dar conta de todos os casos possíveis em uma análise aspectual do Português” (p. 74).

Travaglia (2016 [1981]) apresenta uma descrição mais detalhada que aquela proposta por Castilho (1968), conservando algumas noções previstas por este autor, mas também acrescentando outras subcategorias, como pode ser constatado no quadro a seguir, extraído de sua obra:

¹⁴ Há outras diferenças entre as propostas de Castilho (1968) e de Câmara Junior (1969), mas atemo-nos apenas àquelas que serão objeto de discussão deste trabalho.

QUADRO 2- Tipos aspectuais do Português segundo Travaglia (2016 [1981])

Noções aspectuais			Aspecto
I. Duração	1. Duração	A. Contínua	a. Limitada Durativo
			b. Ilimitada Indeterminado
	B. Descontínua	a. Limitada Iterativo	
		b. Ilimitada Habitual	
2. Não duração ou Pontualidade			Pontual
II Fases	1. Fases de realização	A. Por começar A'. Preste a começar (ao lado do aspecto há uma opção temporal)	Não começado
		A. Começado ou não começado	Começado ou não acabado
		C'. Acabado há pouco (ao lado do aspecto há uma opção temporal) B. Acabado	Acabado
	2. Fases de Desenvolvimento	A. Início (no ponto de início ou nos primeiros momentos)	Inceptivo
		B. Meio	Cursivo
		C. Fim (no ponto de término ou nos últimos momentos)	Terminativo
	3. Fases de completamento	A. Completo	Perfectivo
		B. Incompleto	Imperfectivo
Ausência de noções aspectuais			Aspecto não atualizado

Fonte: TRAVAGLIA, 2016 [1981], p. 84.

A partir da análise da proposta de Travaglia (2016 [1981]), apresentada no QUADRO 2, percebemos que o perfectivo apresenta uma situação completa, um todo único, no qual não há a tentativa de dividir a situação em suas fases de desenvolvimento. Essa noção ecoa com a levantada por Castilho (1968), apesar da diferente forma de apresentação de tal valor, e também com a de Comrie (2001 [1976]), que, além de apresentar o perfectivo como completo, também acrescenta outras noções aspectuais.

Em Castilho (1968), verificamos que o indeterminado (cf. QUADRO 1) representa a ausência de noções aspectuais. Travaglia (2016 [1981]), por seu turno, afirma que nada foi encontrado sobre o indeterminado, motivo pelo qual o registra como aspecto não-atualizado, uma categoria “não marcada” (cf. QUADRO 2). Assim, acreditamos que, para uma melhor

precisão descritiva, o mais adequado seria eliminar o *indeterminado* do quadro aspectual proposto por Travaglia (2016 [1981]), já que por não representar um valor aspectual, não deveria, pois, integrar uma síntese cujo propósito é apresentar os principais valores e significados aspectuais.

Como o que nos interessa mais diretamente neste trabalho são as noções aspectuais de incoação e de iteração faremos, a seguir, em função da delimitação de nosso objeto de estudo, uma descrição mais detalhada de cada uma dessas noções, abstendo-nos de tratar das demais aqui apenas mencionadas e contextualizadas no quadro geral da descrição da categoria aspectual.

1.2.2 O aspecto inceptivo e o valor incoativo

Ao analisar os casos de aspecto verbal identificados na língua portuguesa, Castilho (1968) observou que, no interior de cada modalidade de aspecto, encontravam-se noções que não podiam ser desprezadas. Segundo ele, algumas dessas noções não são propriamente aspectuais, mas representam “modos da ação”, já que fogem à oposição duração/completamento, mas que servem para caracterizá-los, tais como “as idéias de mudança de estado, progressão, resultado e cessamento” (p.49). No que se refere à duração, destacamos aquela em que se conhecem claramente os seus primeiros momentos, o valor inceptivo¹⁵. Travaglia (2016 [1981]) informa que o inceptivo “se caracteriza por apresentar a situação em seu ponto de início ou em seus primeiros momentos” (p. 98), reforçando ser o segundo caso mais facilmente perceptível. Vejamos alguns exemplos trazidos pelo autor em que temos o início da ação em seu ponto de início, conforme exemplo (14), e em seus primeiros momentos, conforme exemplo (15):

(14) “José **começou a falar** na segunda aula”. (p. 98)

(15) “Os marceneiros **estão começando a armar** o telhado”. (p. 98)

Em (14), o ponto de início é delimitado pelo adjunto adverbial “segunda aula”, que assinala o momento exato em que a ação começou. Já, em (15), não é possível delimitar o momento exato em que a ação de “armar o telhado” começou.

¹⁵ Segundo Castilho (1968), alguns tratadistas valorizam na noção inceptiva apenas o ponto por que começa a duração e, por isso, a consideram pontual.

No tocante a noções que se relacionam com a fase inicial de um processo, encontramos em Travaglia (2016 [1981]) que a incoação é “a indicação de mudança de estado” e, ao indicar o começo de um novo estado, está ligada à inceptividade e, por isso, se diz aspecto incoativo ou inceptivo, como o faz Câmara Junior (1969). No entanto, Castilho (1968) estabelece uma importante distinção a esse respeito:

o conjunto dos casos de inceptividade evidenciou, por sua vez, a existência de duas noções secundárias encontradas ao lado daquela noção geral: começo da ação puro e simples (inceptivo propriamente dito), começo da ação e conseqüente mudança de estado (inceptivo incoativo). (p. 49)

Castilho (1968) adverte para o fato de que tanto *incipio* quanto *inchoo* querem dizer "começo" e que, por isso, a denominação “inceptivo-incoativo” não lhe agrada, já que não se empregam da mesma forma. Porém, ocorre que o termo "incoativo" é, segundo ele, bastante generalizado e o desejo de esquematizar com clareza tais diferenças exigiu essa concessão. Analisemos os exemplos a seguir, extraídos de Castilho (1968, p. 64 a 65):

(16) "Não se hão de magoar eles, pois, de que eu **me dê a buscar**, na linguagem, meios de corresponder à intenção carinhosa do brinde e à comoção da alma com que o recebi". (Rui Barbosa — AN 124, grifo nossos)

(17) "Entretanto, a Maria Dorotéia **deu-se a consertar**, ou melhor, a adaptar às janelas (as cortinas da Cruz Quebrada [...])." (A- Ribeiro — ES 76, grifo nosso)

(18) “Beber, beber até chegar perto da morte, como o major Evangelista fizera. **Dera êle para beber**, ficar de olhos empapuçados, ora lúcido, ora desconhecendo até os mais íntimos". (Lins do Rêgo — PB 112, grifo nossos.)

(19) "Às vezes Maximina ficava mais alegre, os olhos ficavam vermelhos e ela **dava para beber**". (Ibidem 55- grifo nosso)

(20) "Você já pensou nisto, Salviano? Não numa conversão quieta – e que fizesse o homem **dar para ir à missa** todos os dias, mas uma conversão que o transformasse [...] num cabra feito o Padre Cícero lá do Ceará ou mesmo como Antônio Conselheiro?" (A. Callado — AS 29, grifo nossos)

(21) "Êle, hoje, é que **deu em chamar-me prima**". (F. Namora — RVM 160, grifo nossos)

Castilho (1968) afirma serem esses exemplos de perífrases que indicam a inceptividade, que é um valor ligado à duração, ao aspecto imperfectivo. Ao nos debruçarmos sobre eles, interpretamos como valores propriamente inceptivos, nos termos descritos por Castilho (1968), apenas as noções manifestas nos exemplo (16) e (17), em que temos o começo puro e simples da ação, podendo ser substituídas pelo verbo “começar” sem que sofram alteração de sentido, ou mudança de valor aspectual. Além disso, curiosamente, os verbos das duas sentenças estão acompanhados por pronome, “me” e “se”. Recorrendo ao Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP) (2017), encontramos várias definições para o verbo DAR, entre as quais destacamos seu uso com verbo transitivo e verbo pronominal:

Verbo transitivo: 42. **Começar a fazer algo** (ex.: *agora é que me deu para arrumar o quarto*).

Verbo pronominal: 49. Ter relações sociais ou afetivas (ex.: *ele não se dá com ninguém; os vizinhos dão-se bem*). = CONVIVER; 50. Viver em harmonia (ex.: *não se dá com a irmã; eram amigos, mas agora não se dão*).; 51. Fazer algo com dedicação ou muita atenção ou concentração (ex.: *acho que nos demos completamente a este projeto; nunca se deu aos estudos*). = **APLICAR-SE, DEDICAR-SE, EMPENHAR-SE**; 52. Ter determinado resultado (ex.: *ele vai se dar mal agindo assim*); 53. Adaptar-se ou ambientar-se (ex.: *esta planta não se dá dentro de casa*); 54. Sentir-se (ex.: *acho que nos daríamos bem aqui*); 55. Render-se, apresentar-se, entregar-se; 56. Ter lugar (ex.: *os fogos deram-se durante a noite*). [Verbo unipessoal] =ACONTECER, OCORRER, SOBREVIR, SUCEDER; 57. .Efetuar-se, realizar-se (ex.: *o encontro se deu ao final da tarde*). [Verbo unipessoal]; 58. Apresentar-se como ou fazer-se passar por (ex.: *dava-se por médico, mas nunca tirou o curso*). = INCULCAR-SE; 59. Agir de determinada forma ou ter determinado comportamento ou iniciativa (ex.: *o jornalista não se deu ao trabalho de confirmar a informação; dar-se à maçada; dar-se ao desfrute*). ("dar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/dar> [consultado em 01-07-2017], grifos nosso)

Ao analisarmos tais acepções no dicionário Priberam, encontramos o verbo DAR no sentido de “começar a fazer algo” antecedido pelo pronome “me”. Nos exemplos (16) e (17), parece haver, ainda, o sentido de “dedicar-se”, “aplicar-se” a algo, um começo movido por uma intenção e não o início puro e simples da ação. Tais acepções não foram encontradas no dicionário Caldas Aulete Digital (2017), o que parece evidenciar uma expressão de uso mais europeu ou, então, mais antigo na língua, considerando-se sua ocorrência em abonação de Rui Barbosa. No entanto, no Caldas Aulete Digital (2017), encontramos a estrutura “dar de/para” com a seguinte acepção: “habituar-se a, cismar de: Ultimamente ele deu de roer as unhas”.

Nos exemplos (18) a (21), verificamos, além da noção de início da ação, a sua repetição, ou iteração. Tais construções não podem ser simplesmente substituídas pelo verbo “começar”, pois elas marcam não o início puro e simples da ação, como aponta Castilho

(1968),mas, também, uma mudança de estado, sendo, portanto, classificadas, segundo a terminologia do autor, como inceptivo-incoativas. Nos exemplos (18) e (19), tal mudança é evidenciada pelos efeitos que a bebida causa no indivíduo após dar início à ação de beber, ficando com os “olhos vermelhos” e “empapuçados”. No exemplo (20), a mudança de estado parece ser evidenciada pelo contexto discursivo, que é reforçado, mais especificamente, pelo valor lexical dos termos “conversão” e “transformasse”, que evidenciam a mudança de estado que leva o indivíduo a praticar a ação de ir à missa todos os dias. Em (21), a mudança é mais sutil, mas reforçada pelo uso do advérbio “hoje”, indicando o ponto de partida de uma ação. Já a iteração, ao invés de uma simples duração, pode ser conferida pela semântica pontual do verbo principal – “chamar” –, que destaca uma mudança de comportamento do sujeito que passa, então, a chamá-la de prima.

Utilizamos o termo *inceptivo* para nos referirmos ao início da ação puro e simples e o termo *incoativo* para nos referirmos ao início da ação e sua conseqüente mudança de estado, ou começo de um novo estado, conforme nos é ensinado pela maioria dos autores que se debruçaram sobre esses assuntos (CASTILHO 1968; COSTA 1990).

Ao tratar deste assunto, Travaglia 2016 [1981] afirma que “muitos autores vinculam os verbos incoativos ao aspecto inceptivo, pois, se eles indicam mudança de estado, implicam no início de um novo estado” (p. 101, em nota de rodapé). A fim de fazer a diferenciação entre tais valores, o autor nos ensina que

a incoação é “a indicação de mudança de estado. Como indica o começo de um novo estado é, por muitos, ligada à inceptividade e daí se dizer, às vezes, aspecto incoativo ou inceptivo (...) ou de em outras vezes se dividir a inceptividade em inceptivo propriamente dito e inceptivo incoativo como faz Castilho.(TRAVAGLIA 2016 [1981], p. 55-56)

Entendemos que o início de qualquer ação já representa, por si só, uma mudança de estado. Mesmo se dissermos uma frase como “Começou a chover”, estamos mudando de um estado de “ausência” para um de “presença” de chuva, ou de “inexistência” para “existência” etc. No entanto, para este trabalho, considerarmos como mudança de estado apenas aquelas mudanças que causam no sujeito alterações, sejam elas físicas ou psicológicas, como observado nos exemplos (18) a (21) acima. É importante observar ainda que o verbo DAR, objeto de nosso estudo, não carrega em seu semantema a noção de mudança de estado, mas o todo formado pela construção $V_{\text{AUXILIAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$, atualiza a noção de incoação e, conseqüentemente, seu valor inceptivo.

Para finalizarmos a descrição do valor incoativo, concordamos com a tese de Travaglia (2016 [1981]) de que talvez a incoação seja a noção menos dependente de aspecto, tendo em vista todas as possibilidades de expressar tal valor, seja pelo semantema do verbo, com o auxílio de adjuntos adverbiais, seja pelo contexto discursivo, seja pelo uso de perífrases, como as formadas pelo verbo DAR, dentre outras questões. Entretanto, no caso das construções que estamos analisando, vamos adotar a nomenclatura de Castilho (1968) considerando as perífrases como incoativo-inceptivas, quando marcam o ponto inicial do evento, seguido de uma mudança de estado. Isso posto, passaremos, a seguir, para a descrição do valor aspectual *iterativo*, que também apresenta algumas questões terminológicas a serem discutidas.

1.2.3 O aspecto iterativo

A noção de ação repetida leva-nos, então, ao aspecto *iterativo*, que, nas palavras de Castilho (1968), “é um verdadeiro coletivo de ações quer durativas (aspecto iterativo imperfectivo. |—| |—| |—|), quer pontuais (aspecto iterativo perfectivo:.....)” (p.50). Segundo entendimento do autor, “a conceituação de *iterativo* como um coletivo de ações, exclui a repetição simples expressas pelo prefixo *re-* ou pelo adjunto adverbial *de novo*” (p.92), como ocorre no exemplo a seguir:

(22) “**pensei de novo** no que me disse anteontem. (C. dos Anjos - A 199)”
(CASTILHO 1968, p. 92).

De acordo com o autor (*op. cit.*), o que temos, neste caso, é uma reiteração, ou seja, uma simples repetição da ação, mas que não configura a iteração propriamente dita. Castilho (1968) divide a repetição em consciente, em intencional, ou automática, e em rotineira; neste caso, “quando a repetição se faz inconsciente, temos o hábito” (p. 50). Avaliar a consciência sobre a realização de uma ação por parte de um sujeito é bastante arbitrário, porque é algo subjetivo. No entanto, o referido autor não discrimina os casos de repetição intencional dos de repetição rotineira por parecer que tal diferenciação deriva de uma consideração de natureza modal.

Na obra do autor (*op. cit.*), encontramos que o *iterativo* é um processo regular e que ele, muitas vezes, é equiparado ao *frequentativo*, registrando-se algumas tentativas de diferenciá-los, conforme verificamos na seguinte citação:

Citamos as posições demasiado sutis de P. Naert (o iterativo designa a repetição de ações simples, separadas por um lapso de tempo mais ou menos longo e o frequentativo se reserva para as ações de "segunda ordem" como saltitar) (99) e L. Roussel (o iterativo indica um fato cumprido uma segunda vez, sendo frequentativo o ato repetido várias vezes) (99a). (CASTILHO 1968, p. 54)

Analisemos os exemplos apresentados por Castilho (1969, p.19) em relação aos valores aspectuais inceptivo e iterativo:

(23) "**Pôs-se** a cuspir". (G. Ramos — VS 98)

(24) "O pobre moço **desatou** espirrar" (V. Ferreira — A 194)

(25) "Como vivia sempre sisuda e não achava graça em cousa alguma **chamavam-na** Cara de Pau". (Do conto "Cara de Pau", transcrito por H. Meier em seu artigo "Sintaxe Gramatical, Sintaxe Funcional, Estilística", 136 (19))

O que podemos observar com esses exemplos em relação ao valor aspectual *iterativo* é que em (23) e em (24) temos uma repetição separada por um lapso de tempo curto, que é, contudo, delimitado pelo $V_{\text{INFINITIVO}}$ e pelo contexto. O contrário ocorre em (25), em que temos a repetição separada por um lapso de tempo longo, o que é reforçado pelo modo verbal pretérito imperfeito da primeira oração, "vivia", e pelo advérbio "sempre". Em (23) e em (24), poderíamos dizer que a repetição se dá na mesma cena¹⁶ e, em (25), ocorrem cenas, ou momentos diferentes em que a ação de chamá-la de "Cara de Pau" se repete.

Avaliamos que Castilho (1968) traz importantes contribuições de vários autores, compondo um trabalho sério e bem documentado ao descrever as perífrases de infinitivo formadas com os auxiliares. Julgamos, contudo, que a definição trazida por esses autores de que "o iterativo indica um fato cumprido uma segunda vez, sendo frequentativo o ato repetido várias vezes" não é suficientemente clara, para determinar uma categorização, já que não foi explicitado se uma segunda vez seria o mesmo que duas vezes e se o ato repetido várias vezes seria em uma mesma cena ou em cenas distintas.¹⁷

Trata-se, sem dúvida, de questão controversa. Costa (1990) defende que

¹⁶ Aqui estamos utilizando o termo "cena" para indicar momentos discursivos distintos em que se dá a repetição de uma determinada ação.

¹⁷ Consultar Castilho (1968, p. 54).

um fato verbal pode tornar-se habitual por iteração ou por continuidade. Se a habitualidade é consequência da continuidade, estamos diante de um fato no Número¹⁸ singular tratado como durativo e aí, portanto, a natureza aspectual do tratamento parece inequívoca. Se, contudo, um fato verbal torna-se habitual por iteração, estamos diante de fato verbal Número plural, ou seja, fatos verbais idênticos que se distribuem no tempo, e aí, já escapamos da constituição temporal interna. É claro que em estudo da categoria não restrita à sua expressão na frase, mas que a observe nos discursos poderá deparar-se com conjuntos de fatos distribuídos na linha de tempo, externos uns aos outros quanto à constituição temporal interna, mas que para o falante possam representar, juntos, um só processo. Cada fato verbal então funcionaria como uma fase do processo como um todo e poderiam ser encarados como momentos constitutivos da temporalidade interna do processo. (p.27)

Vejamos, a seguir, os exemplos apresentados por Costa (1990, p. 27) em prol de sua tese:

(26) “Ele sai de casa às oito horas há três anos.” (habitual por iteração)

(27) “Ele cria gatos há três anos.” (habitual por continuidade)

De acordo com Costa (1990), em (26), a ação só expressa “processo ou fase de processo se inserida num discurso que permita tratar os atos singulares, que configuram a *iteração*, como fases de um processo” (p.27). Dessa forma, no período de três anos a ação de sair de casa às 8h se repetiu, configurando um hábito. Já, em (27), temos presente no lexema do verbo “criar” o traço [+durativo], “a expressão de um processo, e que é ratificado pelo circunstancial temporal” (p. 27). Costa (1990) defende que a habitualidade consiste em um tipo de processo e não considera o hábito um tipo aspectual, e sim uma noção semântica que, do ponto de vista aspectual, pertence ao *imperfectivo*, “o elemento marcado da oposição aspectual” (p.27). Já a *habitualidade por iteração* só poderá ser encarada como um processo e, portanto expressão da categoria de aspecto, se analisada como expressão da categoria nos discursos” (p.28).

Em relação aos circunstanciais de frequência, Costa (1990) nos ensina que marcam

a periodicidade e a regularidade das ocorrências expressas pelo fato verbal e só podem ser bem avaliadas se considerarmos o conceito de *iteração*. A repetição em si, assim como a habitualidade, não deve ser considerada como uma possibilidade aspectual, em essência, porque a avaliação aspectual *stricto sensu* só pode ser estabelecida sobre um fato verbal singular. A rigor, a aspectualização só pode ocorrer sobre cada um dos fatos verbais de per si, como ocorre com qualquer das outras categorias verbais. Contudo, é inegável que o arbítrio do falante pode considerar uma repetição de ações como um processo tomado na sua totalidade, funcionando cada ocorrência do fato verbal como uma fase do processo. (COSTA 1990, p. 82, grifos nossos)

¹⁸ Como ferramenta metodológica a autora utiliza inicial maiúscula para os nomes das categorias linguísticas, tais como Aspecto, Tempo Pessoa, etc., a fim de que o leitor possa distinguir quando estiver falando de Tempo (categoria linguística) ou de tempo (o que o Aurélio define como “a sucessão dos anos, dos dias, das horas etc.”).

A autora assim ilustra seu ponto de vista:

(28) “Depois tentei **de novo**”. (p. 83)

(29) “Tenho. Ah! Eu tenho feito também **semanalmente** agora e tenho sentido a diferença”. (p. 83).

O circunstancial temporal “de novo”, e outros de mesmo valor adverbial, como “novamente”, parecem expressar mera repetição; já “semanalmente, e outros de mesmo valor adverbial, como “periodicamente” e a “cada dia”, inserem-se mais caracteristicamente na *iteração*. Assim, em (28), temos uma mera repetição, que não constitui *iteração* se encarada como um processo. Já em (29) temos a *iteração*, que, na visão da autora (*op. cit.*), não é, em si, um valor aspectual, assim como não o é o habitual. Não encontramos em Costa (1990) uma diferenciação entre *iterativo* e *frequentativo*, nem em Câmara Júnior (1969), que define ambos como um processo durativo que se repete por uma série de processos pontuais. Analisemos exemplos, a seguir, retirados do nosso *corpus*, a partir dos quais propomos uma distinção entre os termos:

(30) “Naquela noite (e já não era das primeiras vezes que eu ia lá a casa) tinha-**lhe dado para fazer** o elogio do meu pai. Dos antigos correligionários, o Dr. Figueirinha elogiava, sobretudo os que já tinham morrido: com estes sentia-se ele tranqüilo, pois tinha a certeza de que o não poderiam censurar. Mas tu bem sabes como eu sou quando me falam do meu pai. E, nessa noite, o Dr. Figueirinha não me pareceu apenas eloqüente: pareceu-me mesmo bastante sincero. E havia, ainda por cima, um vinho do Pôrto de mil oitocentos e não sei quantos.” (*Corpus do Português*, séc. XX)

(31) “Às vezes Maximina ficava mais alegre, os olhos ficavam vermelhos e ela **dava para falar**, ela que de costume era quieta e desconfiada.” (*Corpus do Português*, séc. XX)

Tendo em conta as definições apresentadas pelos autores, neste trabalho, optamos por considerar iterativo o evento que se repete ao longo da duração expressa pelo verbo, seja a repetição separada por um lapso de tempo curto, como em (30), seja longo, como em (31),

que neste exemplo é reforçado pelo adjunto adverbial “às vezes”. Consideramos frequentativo a repetição de uma mesma ação, subsequente à ação anterior, devendo ser executada mais de uma vez, como em “Ele saltitou de alegria”, já que em uma única repetição teríamos a reiteração, e não a frequência propriamente dita, como em “Pensei novamente no que me disse ontem”. Quando a ação se repete por um período de tempo longo, tratamos como um hábito e não como uma iteração, conforme exemplo (27) proposto por Costa (1990).

1.2.4 Recursos de marcação de aspecto no português

Para a marcação da categoria aspectual, a língua portuguesa possui diversos recursos de natureza gramatical e lexical, mas não dispõe de morfemas específicos, como ocorre com as categorias de tempo, de modo, de número e de pessoa. Sobre esse assunto, Castilho (1968, p.55) nos ensina que “o aspecto na língua portuguesa é, maiormente, representado pelo sentido próprio do verbo, pela flexão temporal, pelos adjuntos adverbiais e pelos tipos oracionais”. A partir dos recursos levantados por Castilho (1968), outros autores se debruçaram sobre a possibilidade de marcação de aspecto, tais como Câmara Junior (1969), Almeida (1980), Travaglia (2016 [1981]), Costa (1990) e Barroso (1994). Mateus *et al.* (2003) salientam que a diferença entre aspecto gramatical e não gramatical foi estabelecida no século XIX pelos neogramáticos, a fim de diferenciar o tipo de situação e certos efeitos produzidos por afixos, em particular, prefixos, nas línguas Eslavas.

Barroso (1994) afirma ser a perífrase a forma de marcação de aspecto mais produtiva no português¹⁹, fato que levou o referido autor a dedicar grande parte de sua obra ao estudo e à discussão desse recurso, que também nos interessa de modo especial, por constituir nosso objeto de estudo. Em relação aos níveis de marcação de aspecto, Barroso (1994) acrescenta que, além do lexical e do flexional, já tratados por Castilho (1968), temos também o contextual e, mais especificamente, o perifrástico, completando ser no português a “expressão perifrástica” a que “representa o mais alto grau de sistematicidade e de rentabilidade funcional” (p.78). De acordo com o autor, “este tipo de conjugação (a chamada ‘conjugação perifrástica’) veio suprir, de forma inequívoca, a deficiência das formas verbais simples no

¹⁹ É importante salientar que o trabalho de Barroso é dedicado ao estudo do português europeu e que as línguas românicas não dispõem de um sistema aspectual marcado morfologicamente, conforme defendem alguns autores (CÂMARA JUNIOR 1969; ALMEIDA, 1980).

tocante à expressão de certas modalidades (diatéticas²⁰, temporais, modais e, sobretudo, aspectuais) do verbo português” (BARROSO, 1994, p. 55).

Assim, a manifestação aspectual pode se dar por meio de uma realização *não gramatical*, compreendendo as expressões “lexical” e “contextual”, ou por meio de uma realização *gramatical*, recorrendo a instrumentos gramaticais próprios, tais como “adjuntos adverbiais” e “expressões perifrásticas”. Isso reforça a posição de Castilho (1968) sobre o aspecto ser uma categoria léxico-sintática. Passamos, a seguir, a descrever esses recursos:

1.2.4.1 Recursos de marcação não gramatical

(I) O semantema

Alguns valores aspectuais podem ser expressos, como já assinalado anteriormente, pelo semantema de alguns verbos, como ocorre com o valor inceptivo em *começar, encetar, principiar*. O valor iterativo, considerando que ele representa um conjunto de ações durativas ou pontuais, situando-se a meio termo do imperfectivo e do perfectivo, não apresenta, em decorrência disso, semantemas propriamente iterativos, salvo alguns poucos casos, tais como *costumar, soer, habituar-se*, como aponta Castilho (1968).

Assim, procedendo do semantema, “não importa o tempo ou forma nominal em que venha conjugado o verbo” (CASTILHO, 1968, p. 62). O semantema também é o responsável pela expressão do aspecto nos casos em que se dizia coincidirem o aspecto e o modo da ação. De acordo com Castilho (1968), foi essa percepção sobre a importância do semantema dos verbos que deu origem à sua classificação.

Sobre os semantemas, faz-se necessário apresentar uma importante distinção trazida por Castilho (1968) em relação à natureza dos verbos:

Notamos dois tipos de semantemas, uns a exprimirem ação tendente a um fim, sem o qual essa ação não se dá, outros figurando o processo em sua duração da qual não se exige completamento para admitir-lhe a existência. Aos primeiros chamamos “têlicos” (*matar, morrer, cair, engolir, atirar, descobrir, iluminar, mergulhar,*

²⁰ De acordo com Barroso (1994) as “perífrases diatéticas” opõem-se às construções modais e às aspectuais, porque exprimem “valores passivos”. “Assim, contrariamente ao que acontecia nas línguas antigas, nossas familiares (em latim e em grego antigo), onde a expressão da ‘passiva de acção’ se fazia através de morfemas próprios (...), este mesmo valor é expresso em português unicamente pela perífrase **ser + part.**: ‘sou amado’, ‘serei amado’, etc. e ‘sou educado’, ‘serei educado’, etc. (tradução portuguesa dos exemplos latinos e gregos). Para além desta construção e valor, existe em português, ainda dentro do carácter diatético, uma outra para outro valor: **estar + part.** -‘passiva de estado’. Esta última construção, contudo, exprime secundariamente ‘conclusão’ ou ‘acabamento’ de uma acção verbal: um ‘sentido’ ou ‘efeito secundário’ de natureza aspectual, portanto. (p. 75)

rejeitar etc.) e aos segundos, mais numerosos, “atélicos” (*mastigar, viver, escrever, acompanhar, dormir, andar, aturar, aumentar, chover, contemplar, escutar, pensar, rir*, etc. (p. 55 – 56)²¹

Os semantemas exprimem, assim, uma *ação-ponto*, chamada de *télica*, ou uma *ação-linha*, chamada de *atélica*.²² O semantema pode explicar, também, a presença de diferentes noções aspectuais em casos formalmente idênticos. Para explicar esse fato, o autor (*op. cit.*) nos fornece os seguintes exemplos

(32) “Só a ti eu **tenho amado**” (CASTILHO, 1968, p. 57).

(33) “**Tenho jurado** não ter outros amores (CASTILHO, 1969, p. 57).

Percebemos que, apesar de o verbo “ter” apresentar a mesma forma para os dois exemplos, temos, nos dois casos, valores aspectuais distintos: uma duração e uma repetição, respectivamente. Para Castilho (1968), essa diferenciação só ocorre devido à natureza do semantema do verbo: “se o verbo é télico e o tempo é perfeito, temos o iterativo: ‘tem caído’, ‘tenho engolido’, ‘temos rejeitado’. Se o verbo é atélico, temos, em geral, um durativo ou cursivo: ‘tem vivido’, ‘tenho dormido’, ‘tem pensado’ etc. (p. 57).

(II) Contextual

Muitos autores, ao trabalharem com os aspectos e com suas nuances aspectuais, reforçaram a importância do contexto para a compreensão dos dados (CASTILHO 1968, TRAVAGLIA 2016 [1981]; COSTA, 1990, BARROSO, 1994). Castilho (*op. cit.*) afirma que o “contexto exerce grande influência sobre tudo, e também sobre o aspecto, o que acarreta sérias dificuldades na transcrição dos exemplos, como é óbvio”. (p. 61). Costa (1990) ainda afirma que “o falante opta por marcar aspectualmente ou não o seu enunciado, a depender da importância que ele atribui à chamada da atenção do ouvinte para temporalidade interna do fato que expressa” (COSTA, 1990, p. 29)²³. Assim, o falante marca ou não um enunciado

²¹ De acordo com Castilho (1969, p. 56), “há quem distinga duração limitada de duração ilimitada [...] analogamente, há quem subdivida o verbo atélico em “determinado” (=duração limitada, como em *ler, ver*) e “indeterminado” (= duração ilimitada, como em *viver, pensar*).

²² Apesar de ser uma tendência geral, os verbos podem, por vezes, mudarem de classe, em virtude dos adjuntos adverbiais e dos complementos, fato que leva Travaglia (2016 [1981]) a considerar a situação como télica ou atélica e não o verbo propriamente dito.

²³ Tal explicação apresentada por Costa (1990, p. 29) sobre a marcação do aspecto converge com a proposta de Câmara Jr. (1969), apresentada no início do capítulo, a qual trata do aspecto como uma categoria subjetiva.

tendo em vista o estilo de narração, ou da ligação pessoal com o fato. Quanto à escolha subjetiva do falante, a escolha do aspecto é não-obrigatória (“estilística”) e “essa capacidade de tornar o fato expresso mais objetivamente observável, mais concreto, é largamente utilizada pelos falantes” (COSTA, 1990, p.29).

A compreensão do aspecto muitas vezes se deve à sua relação com o contexto não só linguístico, como, por exemplo, quando do uso da flexão ou dos adjuntos adverbiais, como também pelo seu uso extralinguístico. Assim, uma mesma frase pode apresentar diferentes valores aspectuais, ou mesmo, presença ou ausência de tais valores, tendo em vista o contexto pragmático em que está inserida. Como afirma Barroso (1994), uma frase como “‘Chove muito aqui’ pode ter aspectos imperfectivo, cursivo, não acabado, durativo ou imperfectivo, não acabado, habitual conforme esteja ou não sendo usada em uma descrição simultânea” (p. 17). Travaglia (2016 [1981]) também partilha desse entendimento, conforme se depreende desses exemplos:

(34) Júlio **tem sido** muito gentil comigo. (imperfectivo e não acabado) (cursivo e durativo ou iterativo?) (p. 185)

(35) Jorge **tem ficado** calado. (imperfectivo e não acabado) (cursivo e durativo ou iterativo?) (p. 185)

(36) Jorge **tem ficado** calado nas reuniões. (imperfectivo, iterativo, não acabado) (p. 186)

De acordo com o autor, a opção entre cursivo e durativo, por um lado, e iterativo, por outro, depende do contexto em que se situa a frase. Em (34), se o falante estiver considerando diversos atos de gentileza, teremos o iterativo. Em (35), não é possível afirmar se se trata de uma duração ou da repetição de uma ação. Já em (36) o iterativo é claramente definido em função do adjunto adverbial “nas reuniões”, um recurso gramatical para marcação de aspecto que será abordado na próxima subseção.

Como já destacamos, há uma aparente contradição com os ensinamentos de Castilho (1968), que o apresenta como “a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento” (p.14). Entretanto, ao tratar da influência dos elementos extralinguísticos, o autor reforça que o contexto exerce grande influência sobre a marcação do aspecto e de seus valores, além do fato de que a noção de objetividade do autor não se opõe dicotomicamente à noção de subjetividade enquanto escolha do falante, mas enquanto noção não-dêitica, que não se constrói a partir do EU-AQUI-AGORA da enunciação.

1.2.4.2 Recursos de marcação gramatical

(I) A flexão modo-temporal

Da mesma forma que o semantema, a flexão modo-temporal também pode ser decisiva na indicação do aspecto, podendo contornar a tendência aspectual do semantema, imprimindo-lhe outro valor. Observemos os exemplos a seguir, apresentados por Castilho (1968):

(37) “Atualmente, no Brasil, já se pode assinalar os que **deram um passo** para frente e os que **dão um passo** para trás” (p. 57, grifos do autor).

(38) “Os preços **caem lentamente**” (p. 59, grifos do autor).

Em (37), na expressão “deram um passo”, temos uma coincidência entre aspecto e modo, dado que o pretérito perfeito, assim como a natureza télica do verbo, marcam uma ação concluída, que tende a um fim; já em “dão um passo” pode-se dizer que é o presente que parece indicar o valor aspectual cursivo, a ação apresentada como em “câmara lenta” (p. 57).

A expressão aspectual por meio de flexão não é, em português, tão funcional como a expressão perifrástica porque, segundo Barroso (1994), “os morfemas que caracterizam a flexão verbal portuguesa expressam, primariamente, os valores sistemáticos das categorias tempo, modo, pessoa e número” (p. 81) e, secundariamente, certos valores aspectuais.

Fato é que as nuances de perfectividade, de imperfectividade e de duração, expressas, respectivamente, pelas formas de perfeito, de imperfeito e de gerúndio não dão conta de todos os contornos aspectuais, o que exige o apelo a recursos de ordem sintática, como as construções perifrásticas que veremos a seguir.

(II) As construções perifrásticas

As construções perifrásticas são formadas, de modo geral, pela junção de um verbo auxiliar, V1, com um verbo principal, V2, os quais Barroso (1994) denomina, respectivamente, de auxiliar e de auxiliado. O V1 é o responsável por indicar categorias gramaticais (pessoa, tempo, número e aspecto) ou categorias semânticas (modalidade). Já, na posição de V2, temos um verbo pleno em sua forma nominal (infinitivo gerúndio ou participio). Tal estrutura pode ser, ou não, conectada por um elemento gramatical, como uma

preposição. Construções em que o verbo auxiliar incide diretamente sobre o auxiliado, modificando-o, são chamadas por Pottier (1976 *apud* Barroso 1994) de *incidência direta*. Já aquelas em que o verbo auxiliar modifica o auxiliado por meio de uma preposição, é linguística chama de *incidência indireta*, conforme ilustramos a seguir:

(39) “O Zizinho já se levantou? **Deu de varrer** desesperadamente”. (*Corpus do Português, séc. XX, grifos nossos*)

(40) “Quando o marido **dava para implicar** com uma criatura ficava uma coisa impossível. Fora assim com o Capitão” (*Corpus do Português, séc. XX, grifos nossos*)

(41) “Finda a exibição, João **danou (a) falar** de religião” (MEU..., 2007 *apud* COELHO e PAULA, 2016, grifos das autoras);

Observamos com esses exemplos que as perífrases formadas com o verbo DAR demandam, necessariamente, uma preposição, seja ela “de” ou “para” conforme exemplos (39) e (40) respectivamente, sendo, portanto, casos de *incidência indireta*. Já as perífrases formadas com o verbo DANAR, conforme exemplo (41), apresentam uma opcionalidade em relação à presença ou à ausência da preposição. Coelho e Paula (2016) defendem que a opcionalidade da preposição para as perífrases formadas com o verbo DANAR é um legado da língua latina, sendo a preposição uma reminiscência do acusativo de movimento e do acusativo de extensão. Para as autoras (*op. cit.*), como a preposição já podia ser elidida na língua latina, por ser um preciosismo semântico e não uma exigência sintática, também nas construções contemporâneas elas conservam essa opcionalidade.

Uma perífrase é constituída, então, do “relacionamento que se estabelece entre os dois principais verbos [...], cujo significado funcional (gramatical) não deriva da soma dos significados de cada um, tomados individualmente, mas da conjunção dos dois, globalmente considerados (BARROSO 1994, p. 58)”. Assim, os auxiliares não se combinam aleatoriamente com sua respectiva preposição e forma nominal do auxiliado, mas há, nas palavras de Pottier (1976 *apud* Barroso 1994, p. 59), “uma espécie de reação aspectual dos primeiros para com os segundos”.

De acordo com Barroso (1994), dentre os tipos de marcação de aspecto, a perífrase apresenta o mais alto grau de sistematicidade, propriedade proveniente da função instrumental do verbo auxiliar que, cumulando simultaneamente as funções de tempo, modo, voz, pessoa e

número, funciona como um morfema do paradigma verbal que modifica a ação expressa pelo V2.

A forma perifrástica veio, assim, suprir a deficiência das formas verbais simples na expressão de certas modalidades do verbo românico em geral, demonstrando a tendência analítica, das línguas românicas. Em relação a esse tipo de marcação aspectual, Castilho (1968) observou que o valor inceptivo decorre, além do semantema de alguns verbos auxiliares, do todo formado pelo verbo auxiliar + verbo principal, conforme o exemplo a seguir:

(42) "Na sua voz irradiante **começou logo a contar** uma complicada história familiar, atravessada de traições, de direitos e de deveres". (V. Ferreira — DP 59, *apud* CASTILHO 1968, p. 94)

(43) "Ele, que não bebia, **deu para beber**, ficou nervoso, parecendo mau." (*Corpus do Português, séc. XX, grifos nossos*)

Em (42) temos o valor inceptivo sendo demarcado pelo semantema do verbo "começar", como também ocorre com o auxiliar *principiar* + *a* + V2, em que a ideia de inceptividade está contida no auxiliar (ALMEIDA, 1980). Nas perífrases com o verbo DAR, como ocorre em (43) tanto o valor de inceptividade²⁴ quanto o de iteratividade parte do conjunto de V_{AUXILIAR} + (PREPOSIÇÃO) + V_{PLENO}, o que nos leva a tratar as perífrases como construções, nos termos de Goldberg (1995), conforme abordaremos no capítulo segundo. O mesmo pode ser observado com outras perífrases não canônicas, tais como *por/danar/desatar* + *a* + V2, em que nenhum de seus componentes carrega em si, por exemplo, o traço de inceptividade.

De acordo com Barroso (1994), a construção perifrástica inceptiva é não só a mais produtiva, como também a que possui maior número de construções perifrásticas: "começar/principiar/recomeçar/pôr-se/passar/romper/desatar/largar/entrar/meter-se + a + infinitivo" (p. 115). À lista de Barroso (1994), acrescentamos as perífrases não-canônicas (*a*)*garra/destampar/danar* + *a* + *infinitivo* que, além de indicarem o início da ação, também

²⁴ No caso desse exemplo, o verbo DAR marca o aspecto inceptivo, porque a oração adjetiva nos autoriza a entender que a ação de beber está sem seus primeiros momentos. Como já argumentado, trata-se, também, de uma mudança de estado, o que configura também a incoação e, portanto, o valor inceptivo-incoativo. Exemplos como esses reforçam a importância do contexto na marcação do aspecto, já que há ocorrências do *corpus* em que só é possível asseverar acerca da incoação, mas não da inceptividade.

indicam o prolongamento intensificado do fato, característica do aspecto durativo (CASTILHO, 1968; VITRAL; COELHO, 2011; COELHO; PAULA, 2015).

Chamando a atenção para as perífrases em que sistematicamente confluem os dois valores aspectuais aqui estudados, Castilho (1968, p.19) trata da complexidade do sistema verbal e nos ensina que ele permite “que mais de uma modalidade da mesma categoria possa ocorrer em determinada forma; por outras palavras, dão-se casos em que, predominando, por exemplo, a categoria de aspecto, pelo menos dois valores aspectuais paralelos podem ser encontrados”. Além disso, esse paralelismo de valores aspectuais ocorre entre as perífrases “já em virtude do verbo principal, já em virtude do sentido próprio da perífrase considerada” (p. 66). No primeiro caso, o autor (*op. cit.*) nos indica que um verbo télico tende a indicar também a repetição, (cf.43) o que não acontece quando o verbo é atélico (cf. 42).

As perífrases objeto de estudo deste trabalho, formadas por *dar + de/p(a)ra + infinitivo* trazem, também, diferentes nuances aspectuais, tais como os valores aspectuais *inceptivo* e *iterativo*, chamada por Vitral e Coelho (2011) de cumulação de aspecto.

(III) Adjuntos adverbiais

Os adjuntos adverbiais, assim como as construções perifrásticas, podem apresentar conteúdo aspectual. Costa (1990) trata tais recursos sob o rótulo de “circunstanciais temporais”, elementos que são tradicionalmente categorizados como advérbios, locuções adverbiais, conjunções e formulações oracionais, possibilidades de expressão do tempo físico. A autora (*op. cit.*) apresenta uma proposta de classificação para os circunstanciais temporais, combinando as categorizações sugeridas por Vlach (1981), e por Nef (1981) às quais ela acrescenta outras divisões, resultando nos seguintes tipos: (i) temporais propriamente ditos, que marcam o momento cronológico da ocorrência do fato, ou da fase do processo ou do estado, quer em relação direta com o ponto de referência dêitica, quer em relação com outros momentos cronológicos já considerados no discurso, tais como *hoje em dia, futuramente, há uma semana*; (ii) pontuais, que expressam uma ocorrência momentânea, tais como *de repente* e *logo*; (iii) de frequência, que marcam a periodicidade e a regularidade das ocorrências expressas pelo fato verbal, tais como *periodicamente, a cada dia, e semanalmente*; (iv) durativos, concebidos como os únicos capazes de indicar imperfectividade por si só, ora acompanhando uma forma verbal imperfectiva, ora reforçando o aspecto referido, ora imperfectizando uma forma referida perfectivamente, tais como *até hoje, o dia todo, durante o ano todo, há meia hora*, dentre outros.

Sobre a natureza dos adjuntos adverbiais que exprimem aspecto, destacamos aqueles que indicam os aspectos inceptivo e iterativo, a saber:

agora, de repente, tempos depois, com o aspecto inceptivo (...) sempre, amiúde, em certos momentos, de tempos em tempos, de instante em instante, diariamente, à hora [quentinha do sol], em abril e meio (e até mesmo algumas datas!), todos os dias, tantas vezes, freqüentes vezes, às vezes, muitas vezes, várias vezes, muita vez, quanta vez, vez por outra, aos domingos, constantemente, seguidinha, com o iterativo. (CASTILHO, 1986, p. 114, grifos nosso, itálicos do autor)

Analisemos a atuação desses circunstanciais em alguns exemplos extraídos de Castilho (1968) e de Costa (1990):

(44) “Agora, ao lado de Bianca, **notava** que a italianinha () viera para o encontro com a alma diferente”. (CASTILHO, 1968, p. 67), grifos nosso)

(45) “*De repente*, na tarde ensolarada, **corre** inquieto de um lado para outro, um pedaço de língua de fora. (CASTILHO, 1968, p. 67, grifos nosso)

(46) “*Tempos depois* nosso orçamento **permitia-nos** distribuir um almoço às crianças.” (CASTILHO, 1968, p. 67, grifos nosso)

(47) “Depois tentei **de novo**”. (COSTA, 1990, p. 83, grifos da autora)

(48) “Tenho. Ah! Eu tenho feito também **semanalmente** agora e tenho sentido a diferença”. (COSTA, 1990, p. 83, grifo nosso).

Observa Castilho (1968), com esses exemplos, que *notava*, *corre* e *permitia-nos*, (39), (45) e (46), respectivamente, equivalem a *começava a notar*, *põe-se a correr* e *começava a permitir* não sendo, portanto, verbos que apresentam, em sua raiz, o valor inceptivo, como é o caso do verbo *começar*. Em relação aos circunstanciais temporais do tipo “de novo” (cf. 47), Costa (1990) nos alerta que eles expressam mera repetição. Já os do tipo “semanalmente” (cf. 48), inserem-se mais caracteristicamente na *iteração*. Verificamos o uso de alguns desses adjuntos adverbiais em muitos dados coletados para essa pesquisa, conforme ilustram estes dados extraídos de nosso *corpus*:

(49) “**Agora**, porém, Bentinho **dera para cismar**, e Domício começou a preocupar-se com o irmão (...)” (*Corpus do Português*, século XX, grifos nossos)

A construção “*dera para cismar*”, apresentada em (49), por si só já indica o início de uma ação, seguida de mudança de estado, e sua conseqüente repetição, sem, necessariamente,

exigir o adjunto adverbial de tempo “agora”. Este demarca o ponto inicial da mudança, mas não a instaura, já que a mudança é marcada por um conjunto de fatores, e não pelo advérbio em si. Isso demonstra que nem sempre a marcação aspectual decorre da presença desses circunstanciais, mas da construção como um todo.

Na seção a seguir, propomos uma discussão da teoria sobre as Construções Gramaticais nos termos de Goldberg (1995; 2006) e a sua aplicação às construções aspectuais tratadas neste trabalho, sobretudo porque, conforme assinalamos, as perífrases de que nos ocupamos comportam-se como construções.

CAPÍTULO 2

GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

Nesta seção, apresentamos, de forma geral, os aspectos históricos e os pressupostos teóricos básicos da Gramática de Construções (GC), que surgiu no bojo da Linguística Cognitiva (LC₁), e, assim como ela, possui diversas abordagens sobre as construções linguísticas. Segundo Goldberg (2006), dentro dessas abordagens, temos, como destaque, a Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987), a Gramática Cognitiva de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006), a Gramática de Construções Radical (CROFT, 2001), a Gramática das Construções de Unificação (FILLMORE; KAY, 1999), dentre outras. Apesar de algumas especificidades, todas elas compartilham, em certa medida, os princípios básicos das *construções linguísticas*, foco de estudo deste trabalho. Como nosso objetivo é a GC nos termos de Goldberg (1996, 2006), não nos deteremos na apresentação completa de cada uma das abordagens, mas nos apoiaremos nelas, quando necessário, para a construção deste capítulo.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

A LC₁ tem como uma de suas premissas o fato de que léxico e sintaxe não constituem módulos rigidamente separados. A esse respeito, Ferrari (2014) explica que ambos “formam um *continuum* de construções, partindo de elementos muito específicos, como o item lexical *cadeira* ou a expressão idiomática *dar no pé*, até padrões mais abstratos, tais como a categoria “verbo”, construção transitiva [SN1 V SN2]” (p. 149) ou, ainda, as construções mais complexas, como as construções aspectuais, formadas por + SUJ + V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}, como mostraremos mais adiante.

Sobre a origem da teoria de uma gramática de construções, Salomão (2002) nos ensina que ela “emerge em Berkeley, no final da década de oitenta, tributária de três grandes movimentos analíticos, que convergem quanto às premissas, mas que se diferenciam nas ênfases teóricas e na formulação de modelos” (p. 67). De acordo com a autora, o primeiro deles se originou sob a liderança de George Lakoff, que propõe o reconhecimento de redes construcionais, motivadas por projeções conceituais, principalmente de natureza figurativa, tendo como instância núcleo da irradiação uma construção gramatical. O segundo, sob a liderança de Charles Fillmore e Paul Kay, interessava-se pelas formas situacionais que são

também idiomas sintáticos, como em “Idiota é Você” (em que temos a inversão predicado-sujeito, vinculada a uma circunstância comunicativa de réplica). O terceiro e, de acordo ainda com Salomão (2002), o mais articulado internamente, é conduzido por uma ex-aluna de Lakoff, Adele Goldberg (1995), que tinha como tema o pareamento entre forma e sentido, produzindo um esquema com significado próprio, independente das palavras que o compõem, servindo como um modelo para um conjunto de elementos da mesma natureza. A organização dos elementos desse esquema ou *frame*, suas diversas possibilidades sintático-semânticas de realização, é o que se chama de variação das valências (cf. GOLDBERG, 1995). Analisemos tal conceito, a partir dos exemplos a seguir:

(50) **Deu pra sair** à noite depois do trabalho.

(51) Ultimamente ele **deu pra sair** à noite, vagando por aí sem rumo.

Nos exemplos (50) e (51), temos duas construções estruturalmente muito similares, mas que se distinguem pela presença/ausência do sujeito, tendo, portanto, duas formas e duas funções. Podem, assim, serem postuladas como duas construções independentes, uma com o padrão sintático semo argumento sujeito (modal = - SUJ + V_{DAR} + p(a)ra + V_{INFINITIVO}) e a outra com esse argumento sujeito (aspectual = + SUJ + V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}). Na sentença (45), o *frame* mais prototípico e, portanto, primeiramente evocado parece ser o de *possibilidade*, ao passo que em (51) o *frame* evocado é o de *início de uma atividade* que se repete no tempo, sobretudo em face do advérbio *ultimamente*, que, como discutido no capítulo anterior, é um recurso de marcação aspectual no português. Apesar de a sentença (50) suportar também uma leitura aspectual, avaliamos que a realização fonética do sujeito “ele” em (51), acrescido do adjunto adverbial, não permite a evocação do *frame* de possibilidade. Temos, portanto, duas construções gramaticais distintas com o mesmo verbo e com *frames* evocados diferentes. Assim, construções diferentes resultam em significados diferentes. Por essa razão, a construção deve abranger conhecimento linguístico que excede a valência simples de palavras simples (FILLMORE, 1999), não resultando, pois, da soma do conteúdo de suas partes.

Muitos linguistas (FILLMORE, 1988; GOLDBERG 1995, 2006 e CROFT, 2001) se dedicaram à conceituação do que seriam as construções linguísticas. Sendo a GC um modelo teórico recente, e tendo em vista as diferentes abordagens, obviamente algumas diferenças há entre os teóricos. Em Fillmore (1988), encontramos, por exemplo, o conceito mais clássico, que define construção como “qualquer padrão sintático ao qual é

atribuído uma ou mais funções convencionais em um idioma, juntamente com tudo o que é linguisticamente convencional sobre a sua contribuição para o significado ou para o uso de estruturas que o contêm”²⁵(FILLMORE, 1988, p. 36, tradução nossa). Após o trabalho de Fillmore (1999), que se dedica às construções lexicais idiomáticas, Goldberg (1995), a partir do estudo da estrutura argumental de verbos, traz suas contribuições para a GC, reformulando o conceito de construção, o qual passa a ser um dos mais utilizados nas pesquisas que se baseiam nos pressupostos da GC. Segundo a autora (*op. cit.*), uma construção pode ser concebida como uma associação entre forma e significado. Esse postulado, importante para a LC₁, se afasta, portanto, da teoria gerativa, por rejeitar a separação entre morfologia e sintaxe, colocando-as, assim, sob uma perspectiva de continuidade. Essa relação entre forma-significado permitiu que a ideia de *composicionalidade*, que afirma que “o significado do todo corresponde à soma dos significados de suas partes componentes” (FERRARI, 2014, p. 159), fosse questionada. Assim, opondo-se à ideia de *composicionalidade*, as construções são consideradas unidades básicas da linguagem e os padrões frasais são considerados construções se algo sobre sua forma ou sobre seu significado não pode ser previsível a partir das propriedades de suas partes componentes ou de outras construções (GOLDBERG, 1995). A língua é, nessa perspectiva, uma rede construcional formada pelas relações sintáticas, morfológicas, semânticas, etc., que permeiam as construções. Analisemos o exemplo a seguir, retirado do nosso *corpus*, para ilustrar a estrutura de uma construção no que diz respeito a sua forma e ao seu significado:

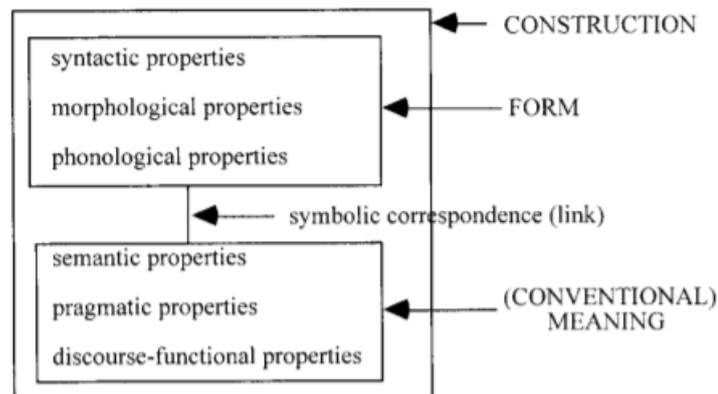
(52) “(...) e ultimamente então **deu para ficar nervoso** por tal forma, que não pregava olho durante toda a noite” (*Corpus do Português*, séc. XIX, grifos nossos)

A estrutura + SUJ + V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}, apresentada no exemplo acima, é uma construção nos termos de Goldberg (1995, 2006), por ser um conjunto de forma e significado, já que o valor aspectual da forma só pode ser determinado no conjunto e não advém da soma componencial de suas partes. Nesse contexto, o verbo DAR é semanticamente vazio, mas se junta aos elementos da construção para exprimir, simultaneamente, a ideia de início e de repetição da ação de “ficar nervoso. Além disso, temos um inventário estruturado de formas que se combinam para gerar um determinado significado, não podendo tais formas serem substituídas por outras, sob pena de se comprometer a funcionalidade da expressão.

²⁵ Do original: “any syntactic pattern which is assigned one or more conventional functions in a language, together with whatever is linguistically conventionalized about its contribution to the meaning or the use of structures containing it” (FILLMORE, 1988, p. 36).

As construções contêm, portanto, informações sintáticas e semânticas que não são identificadas em suas partes e que são, portanto, uma contribuição do todo, conforme esquematizado por Croft (2001):

FIGURA 1 - Estrutura simbólica de uma construção



Fonte: CROFT, 2001, p. 472.

Pelo esquema acima, percebemos que o pareamento entre forma e significado das construções é convencional e conectado por uma correspondência simbólica, o que não ocorre, por exemplo, no modelo gerativo de descrição das línguas.

Algumas construções carregam, ainda, informações veiculadas por itens lexicais, mas não se deve apenas ao léxico tais informações. Assim, a noção de composicionalidade, mencionada no início do capítulo, não é totalmente descartada, mas visa a demarcar que as construções são representadas como independentes, pois “as regras de interpretação semântica associadas com a construção são únicas dessas construções, não sendo derivadas de outro padrão sintático mais geral, conforme os gramáticos construcionistas salientam cuidadosamente”²⁶ (CROFT, 2001, p. 470, tradução nossa).

Croft (2001) nos ensina que a GC surgiu a partir do problema gerado pelas expressões idiomáticas no modelo composicional de estudos da língua²⁷, já que tais expressões são sintáticas e/ou semanticamente idiossincráticas, e maiores do que palavras. Além disso, as expressões idiomáticas não podem simplesmente ser incorporadas ao léxico sem algum tipo de mecanismo especial. É dessa idiossincrasia das expressões idiomáticas que surge o problema do modelo composicional, conforme verificamos em Croft (2001):

²⁶ Do original: “the semantic interpretation rules associated with the construction are unique to that construction and not derived from another more general syntactic pattern, as construction grammarians carefully note”.

²⁷ Tal problema foi inicialmente identificado por Fillmore (1988).

As expressões idiomáticas representam um problema para o modelo composicional porque a sua idiosincrasia requer a inclusão de informações de vários componentes, apesar de elas serem complexas e, muitas vezes, em parte, governadas por regras próprias; portanto, parecem pertencer a um componente individual, não ao léxico. Em outras palavras, não há um lugar apropriado, no modelo composicional, para as expressões idiomáticas (p. 466, tradução nossa²⁸).

Em Langacker (1987, *apud* CROFT, 2001), encontramos a informação de que as construções formam um inventário estruturado sobre o que o falante sabe das convenções da língua, o que, de acordo com Croft (2001), leva à hipótese fundamental da GC, segundo a qual existe uma uniformidade de todo o conhecimento gramatical, armazenado na mente do falante sob a forma de construções gerais. Essas questões levaram Goldberg (1995) a considerar que as construções são essenciais para a descrição da língua, podendo ser reconhecidas como entidades teóricas. Segundo acredita, o estudo da GC pode nos levar a generalizações e a simplificações de certos fenômenos que são considerados complexos, como é o caso de uma mesma estrutura, como $V_{\text{AUXILIAR}} + (\text{PREPOSIÇÃO}) + V_{\text{INFINITIVO}}$, formar construções com distintos verbos e valores aspectuais. Comparemos os exemplos (53a) e (53b) retirados de Coelho (2017), com os exemplos (54a), (54b) e (54c), retirados de nosso *corpus* de estudo;

(53a) “João **garrou(a) gritar** muito alto”. (p.3, grifos da autora)

(53b) “João **danou (a) falar** palavrão”. (p.3, grifos da autora)

(54a) “Justina a recolheu à alcova, ela assentou-se na cama e **deu para fitar** o seu crucifixo, indiferentando-se a tudo mais”. (*Corpus do Português*, séc. XIX, grifos nossos)

(54b) Justina a recolheu à alcova, ela assentou-se na cama e **deu de fitar** o seu crucifixo, indiferentando-se a tudo mais, (adaptado de *Corpus do Português*, séc. XIX, grifos nossos)

(54c)*Justina a recolheu à alcova, ela assentou-se na cama e **deu a fitar** o seu crucifixo, indiferentando-se a tudo mais*. (Adaptado do *Corpus do Português*, séc. XIX)

²⁸ Do original: “Idioms pose a problem to the componential model because their idiosyncrasy requires inclusion of information from multiple components, yet they are complex and often partly rule-governed and therefore appear to belong in an individual component, not the lexicon. In other words, there is no proper place in the componential model for idioms” (CROFT, 2001, p. 466).

Observamos que há certa uniformidade entre as construções apresentadas em (53a e 53b) e aquelas apresentadas em (54a, b e c). Todas são formadas por um V_{AUXILIAR} , seguido, ou não, de uma preposição, e um $V_{\text{INFINITIVO}}$. As construções com os verbos “danar” e “garrar” apresentam opcionalidade no uso da preposição “a” que, segundo Coelho e Paula (2016), é um legado da língua latina, reminiscência do acusativo de movimento e do acusativo de extensão. Já nas construções com o verbo “dar”, verbo bitransitivo, a preposição não pode ser elidida, embora haja variação entre as formas “de” e “p(a)ra”. Não foram encontrados dados da construção com o verbo DAR acompanhado da preposição “a”, motivo pelo qual a ocorrência em (54c.) foi assinalada como gramatical.

A coincidência do valor aspectual das construções ilustradas em (53) e em (54) nos deixa em condições de discutir o *princípio da não-sinonímia* (cf. BOLINGER 1968; GIVÓN 1985; HAIMAN 1985; LANGACKER 1987; GOLDBERG 1995). Segundo os autores consultados, construções sintaticamente distintas devem ser também distintas semanticamente ou pragmaticamente. Assim, comparando as construções com o verbo DAR com as construções com os verbos (A)GARRAR e DANAR, podemos afirmar que elas são sintaticamente distintas dada a opcionalidade da preposição para o segundo grupo. No tocante à distinção pragmática ou semântica, as construções ilustradas em (53) impingem maior intensidade ao evento verbal que aquela formada com o verbo DAR. Em se tratando dessas construções especificamente, ilustradas em (54), além de apresentarem a mesma estrutura sintática, também são semanticamente equivalentes, o que não configura nova construção, mas construções variantes.

Desse modo, dadas as generalizações apresentadas (tais como a possibilidade de marcação de valores aspectuais, a natureza do V_{AUXILIAR} , os resquícios dos casos latinos, etc.), podemos fazer uma simplificação desse tipo de construções aspectuais (+SUIJ + V_{AUXILIAR} + (PREPOSIÇÃO) + $V_{\text{INFINITIVO}}$) que nos possibilita gerar construções que apresentam simples, duplos e até triplos valores aspectuais. Nos termos de Fillmore (1988), estamos diante de um padrão sintático. Neste padrão, a possibilidade de cumulação de aspecto varia em decorrência da alteração dos elementos no eixo paradigmático. Dessa forma, alterando-se o verbo que se encontra na posição de V_{AUXILIAR} , o falante pode gerar construções que marcam distintos valores aspectuais, como ocorre com os verbos “começar”, “desatar”, “desandar”, “deitar”, “pôr”, “garrar”, “danar”, “dar” e etc., que, apesar de integrarem a mesma estrutura básica, apresentam valores e peculiaridades distintas.

Tal fato reforça o postulado da GC de que as construções, apesar de associadas a uma família de sentidos distintos, são correlatas (GOLDBERG 1995) e podem nos levar a

generalizações e a simplificações. Além disso, endossa a hipótese fundamental da GC, de acordo com a qual existe uma uniformidade em todo o conhecimento gramatical (CROFT, 2001), já que o falante faz escolhas paradigmáticas e sintagmáticas em uma mesma base estrutural, a fim de atender às suas necessidades linguísticas. São as regras comuns a tais construções, seu componente coletivo, que as diferem das expressões idiomáticas, que são governadas por regras próprias.

Goldberg (1995) discute a economia descritiva proporcionada pela teoria da GC, já que nos possibilita evitar a atribuição de vários sentidos a um mesmo verbo, o que gera uma economia semântica, uma vez que diferentes sentidos são concebidos como resultados de padrões construcionais distintos para um mesmo item lexical. A autora (*op. cit.*) ainda reforça que o verbo não é o único predicador da construção, uma vez que as palavras contribuem para a significação das sentenças, mas, sozinhas, não são capazes de veicular todo o significado das construções, como ocorre com as construções perifrásticas formadas com o verbo DAR, que dependem de outros elementos para marcar o aspecto inceptivo-incoativo e iterativo. Assim, em (54a) e em (54b), temos, além da mudança de estado, a repetição da ação. Em outros casos, podemos ter, ainda, a marcação do valor intensivo dessa ação, como exemplificado com as construções com os verbos (A)GARRAR e DANAR.

A abordagem construcionista assume, portanto, que as línguas contêm tanto generalização como idiossincrasias, possibilitando, dessa forma, generalizações e especificações de enunciados, uma vez que as questões relacionadas ao uso da língua são tidas como centrais para a análise. Definido o termo construções e justificada a escolha do quadro teórico da GC para o estudo, passaremos, no próximo capítulo, à descrição metodologia adotada para a condução da pesquisa.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

Ainda na graduação, no contexto da iniciação científica, foram nos apresentadas as teorias sobre gramaticalização e sobre aspecto verbal que nos ajudaram a explicar o processo de mudança do verbo DAR e a compreender suas nuances em relação à forma como a ação se dá no tempo. Após alguns estudos realizados naquele período, envolvendo o processo de gramaticalização do referido verbo, verificamos que ele possuía algumas peculiaridades ainda não exploradas, o que nos motivou, conforme já enunciamos, a continuarmos os estudos sobre ele e sobre suas construções. Desde as orientações recebidas por meio dos projetos de pesquisa, iniciados em 2010, e dos estudos de Coelho (2014) em relação à marcação aspectual, que ocorre com as perífrases verbais (a)garrar/danar/desandar/desatar a V2, verificamos a possibilidade de o verbo DAR também ocorrer com uma estrutura similar a essas, porém com valores aspectuais distintos. Assim, restringimos nosso estudo neste trabalho às construções da língua portuguesa formadas por - SUJ + V_{DAR} + p(a)ra + V_{INFINITIVO} + SUJ + V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO} que marcam, respectivamente a modalidade e os valores aspectuais inceptivo-incoativo e iterativo.

Delimitado o objetivo de estudo e aventadas às hipóteses das quais decorrem nossos objetivos, todos já apresentados nas considerações iniciais, optamos por um estudo de natureza diacrônica, a fim de tentar flagrar o processo de variação e mudança das construções com o verbo DAR. Adotamos, para a análise dos dados, as perspectivas *qualitativas* e *quantitativas*, tendo em vista sua natureza complementar: a perspectiva qualitativa nos possibilitou a elaboração de discussões e de análises interpretativas tendo em vista os dados obtidos com a pesquisa quantitativa. Esta, por sua vez, nos forneceu índices percentuais importantes para o tratamento estatístico dos dados, garantindo maior credibilidade às análises.

Na seção 3.1 apresentamos brevemente as contribuições da *Linguística de Corpus* para este trabalho. Em 3.2 apresentamos uma descrição do *corpus* selecionado para este estudo e, em 3.3, descrevemos os critérios e procedimentos adotados na coleta dos dados.

3.1 A LINGUÍSTICA DECORPUS

De acordo com Sardinha (2004), a Linguística de *Corpus* (LC) surgiu devido às necessidades de pesquisadores em se apoiarem em contextos de uso para realizarem generalizações e constituírem conhecimentos sobre o funcionamento da língua, tendo em vista suas estruturas linguísticas. Dessa forma, a LC ocupa um lugar importante na pesquisa linguística, uma vez que nos permite a localização automática de alguns fenômenos a serem estudados. O *corpus*, de acordo com Sinclair (2005), é uma coletânea de textos, em certo idioma, que esteja em formato eletrônico²⁹. Nesse *corpus*, os textos devem ser selecionados de acordo com critérios externos, ou seja, critérios que nascem a partir das necessidades da pesquisa na qual o *corpus* será usado. Também é necessário que os textos selecionados para a pesquisa sejam capazes de representar uma língua ou uma parcela dela. Neste sentido, muitos autores (KENNEDY, 1998; PEARSON, 1998; BIBER *et al.*, 1998; BERBER SARDINHA, 2004; SINCLAIR, 2005) se preocuparam em estabelecer uma definição de *corpus* que contemple características importantes para a credibilidade de uma pesquisa, resultando, assim, nos seguintes critérios: representatividade, amostragem, tamanho, autenticidade, diversidade e balanceamento. A representatividade e a amostragem podem ser garantidas pela construção de um *corpus* médio (de 250 a 1 milhão de palavras). A autenticidade é verificada pela coleta de textos genuínos e de fontes confiáveis. A diversidade pode ser garantida pela coleta de textos de gêneros diversos (os gêneros de conversação, de ficção, jornalístico, acadêmicos etc.) e o balanceamento, pela distribuição dos componentes do *corpus* em quantidades semelhantes.

A seguir, faremos a descrição do *corpus* selecionado para nosso estudo, apresentando suas principais características, tais como seu propósito, sua composição e sua extensão.

3.2 O CORPUS DO PORTUGUÊS

Criado pelo professor Mark Davies, BYU (2004), financiado pelo *National Endowment for the Humanities* (2004, 2015), o *Corpus do Português* faz parte da coleção *corpora* da BYU, que abrange vários idiomas. No idioma português, ele conta com duas partes distintas: um *corpus* (original e menor) que permite visualizar as mudanças históricas assim como as variações de gênero, e um *corpus* maior, criado em 2015-2016, que permite verificar as variações dialéticas (e tem 50 vezes mais dados do português moderno). Como nosso objetivo

²⁹ Esse conceito se refere a banco de dados eletrônicos, mas é possível compilar *corpus* em outros formatos, além do eletrônico, concebendo-o como amostragem linguística.

era realizar uma pesquisa diacrônica, adotamos o *corpus* original (Gênero/ Histórico), criado em 2004-2006. Ele está disponível *online* no sítio <http://www.corpusdoportugues.org> e contém cerca de 45 milhões de palavras em português, compreendidas entre os séculos XIV a XX, contemplando uma diversidade de tipos e de gêneros textuais. Ele apresenta autenticidade no que se refere à origem dos dados, tem como finalidade servir de objeto ao estudo linguístico e é composto de conteúdo criteriosamente escolhido. Além disso, trata-se de uma base de dados com extensão significativa e representativa, no que se refere aos dados da língua portuguesa (tanto português brasileiro como europeu), seus dados podem ser manipulados através de ferramentas computacionais, o que se alinha com o nosso objetivo: coletar a maior quantidade de dados possíveis, de forma direcionada.

Apesar de nos depararmos com dados repetidos e dados que não representavam o objeto de estudo deste trabalho, foi possível controlar esses dados, procedimento que será descrito no momento oportuno. Assim, creditando que o *corpus* selecionado atenda às necessidades desse estudo, seguimos com a descrição dos critérios e procedimentos para coleta de dados no *Corpus do Português*.

3.3 COLETA DE DADOS: O *CORPUS*, CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS

Segundo já antecipamos, adotamos um quadro teórico de interface entre a Variação Linguística, a Gramaticalização e a Gramática de Construções, por acreditarmos que tal quadro nos ajudará a interpretar a mudança categorial do verbo em questões e o consequente surgimento de novas construções que possibilitem ao falante a expressão de uma função que possa se estender a outras construções. Sendo assim, levando em conta os preceitos da Variação Linguística e da gramaticalização, empreendemos uma pesquisa diacrônica tomando como *corpus* ocorrências extraídas do banco de dados do sítio *Corpus do Português*, objetivando identificar as construções formadas com o verbo DAR.

Tendo como ponto de partida os resultados obtidos com as pesquisas diacrônicas realizadas durante a iniciação científica, as quais estão registradas em Coelho e Silva (2014), fizemos uma nova busca das construções com o verbo DAR no *Corpus do Português* a fim de flagrar, com um olhar mais amadurecido³⁰, todas as construções presentes no *corpus* formadas

³⁰ Além das alterações sofridas no *corpus* selecionado para este estudo, o trabalho de Coelho e Silva (2014) contemplou apenas a preposição “p(a)ra”, o que justifica uma nova busca no banco de dados.

pela estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$ ³¹, delimitando nosso estudo aos séculos XVIII, XIX e XX, já que as primeiras ocorrências da construção gramatical foram identificadas no século XVIII e a distância temporal satisfatória para uma análise em tempo real é de, no mínimo, três séculos (LABOV, 2008 [1972]; BAILEY, 2002).

Assim, para levantar as ocorrências das construções deste estudo, seguimos o procedimento de busca indicado no próprio sítio *Corpus do Português*, qual seja: [dar] [preposição] [vr*], conforme demonstrado na figura a seguir, que ilustra essa etapa de busca no banco de dados:

FIGURA 2 – Etapa de busca no *Corpus do Português*

Fonte: Imagem capturada do site *Corpus do Português*.

³¹ No trabalho de Coelho e Silva (2014), como nosso objetivo era flagrar o maior número possível de ocorrências no banco de dados, dado que o foco era o processo de gramaticalização do verbo e não as construções em si, foi utilizada, inicialmente, a ferramenta de busca disponível no próprio sistema, a saber: [dar]. Por meio desse código, selecionaram-se todas as ocorrências do verbo DAR, em todas as suas flexões, delimitando aos séculos XVIII, XIX e XX, já que as primeiras ocorrências da construção gramatical foram identificadas no século XVIII. Considerando-se a grande produtividade dessa forma verbal na língua portuguesa, fizemos um recorte aleatório em nosso *corpus*, para não favorecer ocorrências da forma em estudo. Desse modo, foram extraídas as ocorrências de apenas dez laudas de cada um dos três séculos.

Essa ferramenta de pesquisa nos permitiu localizar, em todo o *corpus*, todas as ocorrências do verbo selecionado, em todas as suas flexões, seguido de preposição e de um verbo no infinitivo. Fizemos uma rodada de busca para cada tipo de preposição, a saber: “a”, “de”, “p(a)ra”. Em seguida, fizemos a compilação do *corpus*, que consiste no armazenamento em arquivos predeterminados de todos os textos selecionados. Assim, recortamos as ocorrências encontradas, em seu contexto ampliado, e fizemos uma tabulação dos dados, utilizando o editor de planilhas *Excel* e as ferramentas de filtro e classificação nele disponíveis, objetivando identificar e eliminar dados repetidos ou que não representassem o nosso objeto de estudo. As construções em que o verbo DAR estava em seu sentido prototípico, o de transferência de posse, tal como em “o dinheiro que ele *deu pra comprar* os ingredientes”, apesar de formadas pela mesma estrutura: [dar] [preposição] [V_{INFINITIVO}], não preservavam o sentido de possibilidade ou de modalidade. No entanto, esses dados não foram descartados por nós, já que nos foram úteis na identificação de um possível contexto de reanálise da construção, conforme descreveremos na análise dos dados.

Tendo como apoioum critério baseado na funcionalidade da forma, classificamos as construções encontradas em dois tipos: modais e aspectuais, pois, apesar de apresentarem a mesma estrutura, possuem peculiaridades morfossintáticas, semânticas e, conseqüentemente, funcionais. Em seguida, no grupo das construções aspectuais, separamos aquelas que eram constituídas da preposição “p(a)ra”, daquelas que eram constituídas da preposição “de”. Não foram encontradas ocorrências modais nem aspectuais com a preposição “a” e só foram encontradas construções modais com a preposição “p(a)ra”. Além disso, observamos que as construções aspectuais apresentavam distintas colocações do pronome clítico, o que nos levou a classificar cada uma delas quanto à colocação de tal pronome.

Após essas classificações, procedemos com a comutação paradigmática das construções, a fim de verificar se se tratavam de formas variantes, isto é, se quando substituídas as preposições no paradigma, tendo em vista o contexto, as construções preservavam o mesmo valor de verdade, ou, contrariamente, apresentavam sentido ou valor funcional distinto. Assim, tendo em vista esse critério semântico, (cf. LABOV 2008 (1972)), procedemos à tabulação e à quantificação das ocorrências, separando-as por século e por tipo/funcionalidade para verificar o período de surgimento na língua de cada tipoconstrucional, bem como sua produtividade diacrônica.

De posse da quantificação e da classificação de dados (tokens) para cada type, construções modais e aspectuais e suas respectivas variações, referente a cada século, XVIII,

XIX e XX, passamos à normalização da frequência. A normalização é um procedimento que permite que as frequências compartilhem o mesmo parâmetro de comparação e é feita da seguinte maneira: divide-se o número de frequência pelo número de palavras do século e o resultado é multiplicado por 1000. Dessa forma, no século XIX, por exemplo, se tivermos 24 ocorrências de construções “Y”, teremos a frequência normalizada para 2,47. Em suma, se cada um dos corpora tivesse apenas 1000 palavras, a construção “Y” teria aparecido cerca de duas vezes no século XIX. No caso de nosso corpus, como cada século possuía uma quantidade distinta de palavras, para fins de comparação de frequência, as ocorrências nos três séculos foram normalizadas por 100032. Em seguida, para tornar os resultados mais significativos para o leitor, recorreremos à frequência relativa da pesquisa, transformando os dados absolutos em percentuais.

Posteriormente, passamos à delimitação do percurso de variação e mudança pelo qual passaram as construções analisadas. De acordo com Poplack (2012), a interpretação variacionista padrão de mudança envolve o aumento progressivo do conjunto de expressões variantes de um significado ou função, até que uma forma termine por eliminar sua forma concorrente. Isso, de acordo com a autora (*op. cit.*), resulta no fato de que a maneira mais simples de detectar a mudança é através das taxas de variação, como faz a maioria dos estudos de gramaticalização. Então, verificar o que acontece na estrutura da língua durante a competição entre as formas evidencia a mudança linguística, quando uma forma se sobrepõe a outra, ou então, a coexistência entre as formas em um mesmo período de tempo, conforme afirma o princípio da persistência de Hopper (1991). Há de se ressaltar, contudo, que a variação analisada não foi entre as construções aspectuais e modais, mais entre as construções aspectuais formadas por preposições distintas.

No que se refere à análise qualitativa, de posse da quantificação dos tipos de construções encontrados, traçamos um paralelo entre os elementos da construção: o verbo auxiliar, a preposição e o verbo no infinitivo. Assim, motivados pelo trabalho de Coelho e Paula (2016), tentamos estabelecer, conforme os ensinamentos de Goldberg (1995), as possíveis relações de herança por meio das quais as construções e os seus elementos se relacionam.

Partimos, então, para a investigação do verbo auxiliar presente nas construções, e da sua respectiva preposição, em seu sentido de origem, ou seja, seu sentido etimológico, quando possível, acreditando haver indícios históricos que justifiquemos seus usos em construções

³²Optamos por 1000 por ser a mesma metodologia adotada pelo *Corpus do Português* e para facilitar a leitura dos dados.

aspectuais, como a já mencionada hipótese do caso dativo latino. Também investigamos, segundo Poplack (2012), alguns aparatos variacionista que pudessem, ainda, contribuir com o estudo da gramaticalização, dentre os quais a seleção de formas derivadas da mesma fonte, já que o curso da mudança pode ser o mesmo.

Por fim, na busca por explicações a respeito da motivação para a incorporação de valor aspectual inceptivo-incoativo e iterativo, por meio dessas construções, fizemos um cruzamento dos dados quantitativos com os dados qualitativos, levando em conta as relações sintagmáticas e paradigmáticas entre os elementos das construções, buscando explicar a motivação para a expressão cumulativa desses valores aspectuais.

CAPÍTULO 4

OS VALORES ASPECTUAIS INCEPTIVO-INCOATIVO E ITERATIVO NO PORTUGUÊS

Dedicamos este capítulo à apresentação da análise dos dados obtidos por meio de coleta realizada no sítio *Corpus do Português*. Na primeira seção, descrevemos brevemente as categorias encontradas na coleta de dados, apresentando suas respectivas frequências e estabelecendo, quando necessário, comparação com o resultado de pesquisas anteriores, a fim de tentar flagrar o percurso histórico de variação e mudança das construções por nós analisadas. Na segunda seção, delimitamos nossa análise às categorias modal e aspectual encontradas em nossa coleta, verificando possíveis processos de variação e buscando traçar o percurso de mudança que envolve nossas construções na língua portuguesa. Na terceira seção, discutimos o uso da construção de valor aspectual inceptivo-incoativo-iterativa oriunda dessa coleta, a fim de testar as hipóteses aventadas. Nossa análise leva em conta questões morfossintáticas e semânticas dessas construções, além de questões pragmáticas e contextuais que envolvem a ocorrência das formas em estudo.

4.1. A MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO DAR

O verbo DAR é um verbo muito produtivo nas línguas românicas se comparada a sua frequência a de outros verbos mais recorrentes, tais como os verbos *ser, estar, ter, fazer, ir e haver*. Em uma pesquisa da frequência dos referidos verbos no *Corpus do Português*, tivemos como resultado 1.957,943 ocorrências do verbo “ser”, 375,149 ocorrências do verbo “estar”, 587,785 ocorrências do verbo “ter”, 353,973 ocorrências do verbo “fazer”, 253,595 ocorrências do verbo “ir” e 269,470 ocorrências do verbo “haver”. Para o verbo “dar”, o *corpus* contabilizou 122,020 ocorrências, sendo, portanto, de alta frequência se comparado com o verbo “ir”, por exemplo, que também possui muitas funcionalidades na língua portuguesa.

Em uma consulta a dicionário de Silva (1789), encontramos a seguinte definição para o verbo objeto de nosso estudo: “Passar gratuitamente o domínio do que é nosso a outrem”

(p. 510), sendo um verbo, prototipicamente, bitransitivo. No dicionário etimológico de Cunha (1986, p.329), encontramos a aceção de “doar” no século XIII, mas seu sentido como dativo parece ocorrer no século XVI:

FIGURA 3 – Entrada do verbo DAR no dicionário de Silva (1789)

dar *vb.* ‘doar, fazer presente de’ ‘produzir, soar, noticiar, abranger’ XIII. Do lat. *dāre* || **dação** 1873. Do lat. *datio -onis* || **dádiva** XIII. Do lat. med. *datīva*, fem. substantivado de *datīvus*, com deslocamento do acento, possivelmente por influência de palavras como *dívida* || **dadivoso** XVI || **dado**² 1813. Do lat. *datus*, part. pass. de *dāre* || **dador** *adj.* ‘liberal’ XIV. Do lat. *dator -oris* || **dativo**¹ *sm.* ‘(Gram.) caso latino que indica o objeto indireto’ XVI. Do lat. *datīvus (casus)* || **dativo**² *adj.* ‘nomeado por magistrado e não por lei’ XV. Do lat. *datīvus* ‘que é dado’.

Fonte: SILVA, 1782.

No decorrer de seu uso na língua, sendo ele um verbo tão frequente, passou por um processo de mudança incorporando outros sentidos e funções, o que resultou em outras nuances lexicais e, conseqüentemente, em novas funções gramaticais. Com o objetivo de flagrar o percurso de mudança gramatical do verbo DAR na língua portuguesa, Coelho e Silva (2014), por meio de um estudo diacrônico de 3.288 ocorrências do verbo selecionado, coletadas no sítio *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006), constataram que, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, esse verbo mudou de categoria, passando de predicador a auxiliar. Em sua análise, as autoras identificaram seis categorias distintas com o referido verbo, a saber: *predicador* (cf. 55), com a construção bitransitiva de transferência de posse; *verbo leve* (cf. 56), em que o verbo DAR é semanticamente vazio, marcado por pessoa e tempo, e se associa a um elemento nominal, responsável por expressar um evento ou ação; *expressão idiomática* (cf. 57), que se caracteriza pelo fato de o significado da construção não resultar na soma do significado dos termos que a compõem; *mesoconstrução* (cf. 58), que,

apesar de ser formada por $V1_{DAR} + PREPOSIÇÃO + V2_{INFINITIVO}$, está num estágio intermediário, já que estruturalmente se aproxima das construções, mas funcionalmente dos verbos leves, por também poder ser parafraseada por uma forma verbal simples; *auxiliador modal* (cf. 59), que indica modalidade deôntica, a ideia de possibilidade; e *auxiliar aspectual* (cf. 60), que, neste caso, se caracteriza por expressar um duplo valor aspectual em construções formadas por DAR seguido de preposição e de um verbo no infinitivo. Vejamos a seguir um exemplo para cada uma das categorias mencionadas:

(55) “Foi um apartamento que meu avô **deu** pra minha mãe morar quando ela casou.”
(COELHO E SILVA, 2014)

(56) “A menina **deu um grito** de angústia e pediu socorro; o rapaz procurou tranquilizá-la dizendo que nada era.” (*Corpus do Português*, grifos nossos)

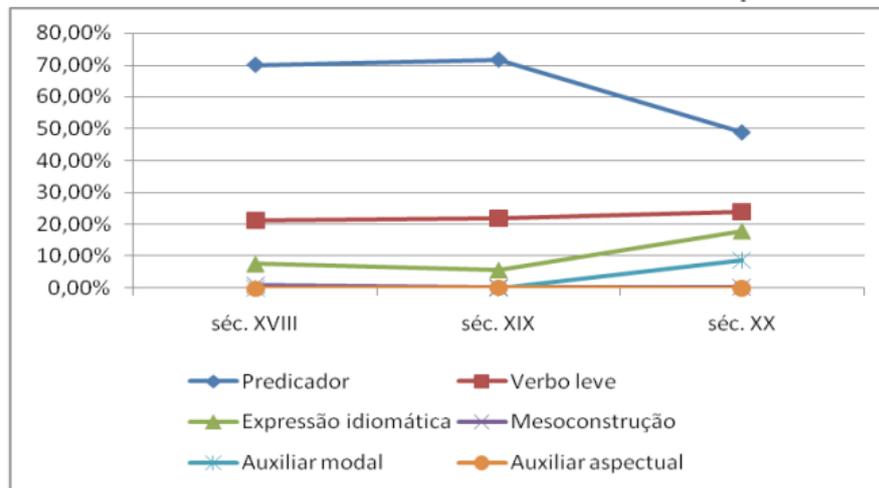
(57) “Era uma pessoa assim socialista tentando fazer uma indústria no Brasil. Evidentemente **deu com os burros n' água** de uma certa maneira, porque o Banco do Brasil aí corta o crédito.” (COELHO E SILVA, 2014)

(58) “Não quero de forma nenhuma **dar a entender** que a privatização (...).”
(COELHO E SILVA, 2014)

(59) “Não se podia dizer que fosse de mau modo, mas **dava pra ver** que era má vontade (...).” (COELHO E SILVA, 2014)

(60) “O sujeito já **deu pra beber**, está jogando, e, tolo, bem tolo, vendeu-se à Supi.”
(COELHO E SILVA, 2014)

Essa multifuncionalidade decorreu, segundo Coelho e Silva (2014), de um processo cognitivo de abstração semântica, o que fez com que o verbo DAR, ao longo de sua história, adquirisse a propriedade de expressar modalidade e aspecto verbal, mantendo, ainda, a sua capacidade de selecionar argumentos, comportamento típico dos processos de gramaticalização. O gráfico a seguir, extraído de Coelho e Silva (2014), mostra a tendência de uso de cada uma das categorias descritas acima no decorrer do tempo:

GRÁFICO 1 – Tendência de usos do verbo DAR no curso do tempo

Fonte: COELHO e SILVA, 2014, p. 31.³³

Coelho e Silva (2014) avaliam, a partir dos dados dispostos GRÁFICO 1, que, apesar de ocorrer uma redução da categoria de predicador e uma discreta ampliação na categoria funcional dos auxiliares, o aumento total da forma, ao longo dos séculos, se dá, também, no âmbito do léxico (compreendendo as categorias verbo leve, expressão idiomática e mesoconstrução) e evidenciam um processo de mudança em curso, pois se verifica um decréscimo do uso da forma do verbo como predicador. Na passagem do século XIX ao XX, ocorre uma expansão semântica no plano do léxico e surgem, lideradas pela expansão da função modal, ocorrências gramaticais. Segundo interpretação das autoras,

esses dados parecem sinalizar, ainda, que o processo de mudança, além de lento e gradual, se implementa no séc. XX, já que, conforme prevê a curva da mudança, nos primeiros momentos do processo, os índices da forma inovadora são mais baixos, tendendo a uma elevação no estágio intermediário do processo. (COELHO e SILVA, 2014, p.30)

Visando a empreender uma pesquisa de maior envergadura, especificamente sobre as construções aspectuais, coletamos um total de 1.141 ocorrências formadas pela estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$, o que nos possibilitou encontrar alguns usos distintos daqueles encontrados em Coelho e Silva (2014). Separamos essas ocorrências em quatro categorias

³³ Tais dados foram extraídos a partir das ocorrências de dez laudas de cada um dos três séculos selecionados. Além desse recorte feito no *corpus*, foi feita uma busca utilizando-se a fórmula [DAR], a qual seleciona as ocorrências do verbo em todos os tempos verbais, sem a delimitação de elementos em seu entorno, o que pode justificar a baixa frequência da categoria aspectual.

distintas, a saber: predicador (cf. 57), modal (cf. 58), aspectual (cf. 59) e *expressão fixa* (cf. 60). Veja um exemplo para cada uma dessas categorias a seguir:

(61a) “Os lençóis a sua comadre lavou-os e me **deu para guardar**”. (*Corpus do Português*, séc. XX, grifos nossos)

(61b) “Basta-me as Luzes que Deos me **deu para ir vivendo** com os meus sossios Ignorantes” (*Corpus do Português*, séc. XVIII, grifos nossos)

(61c) “Mrs. Oswald disse a baronesa, vá ver se já **deram de comer** aos passarinhos”. (*Corpus do Português*, séc. XIX, grifos nossos)

(62) “Tá escuro pra cacete. Não **dá pra ver** nada! Manguito manda abrir um pouco mais a porta”. (*Corpus do Português*, séc. XX, grifos nossos)

(63) “Que disse eu? - perguntou Margarida, com perturbação. - Alguma coisa, algumas palavras soltas, certo nome, de que eu ao princípio fiz pouco ou nenhum caso, mas em que depois me **deu para cismar**. E tanto cismeí, e tanto cismeí, que afinal descobri, minha pobre Guida.. - O quê? - Que esse teu coração não era, por fim, o que se supunha.” (*Corpus do Português*, séc. XIX, grifos nossos).

(64) “**Não se me dava de pagar** ainda mais juro para evitar a sua presença”. (*Corpus do Português*, séc. XIX, grifos nossos)

Em (61a), temos uma ocorrência do verbo como predicador na qual observamos a transferência de posse de um objeto concreto, “o lençol”. A construção prototípica desse verbo apresenta três argumentos: um externo (o sujeito “a sua comadre”), e dois externos (os complementos “os lençóis” e “me”, respectivamente). Em (61b), temos uma ocorrência como predicador, no entanto, apresenta um objeto menos concreto que o verificado em (61a), “a luz”. Também encontramos casos como (61c), em que o verbo DAR é ainda um predicador, num contexto de apagamento do objeto direto. Assim, temos “dar de comer aos passarinhos” e não “dar comida aos passarinhos”. O exemplo (61c) poderia, ainda, ser parafraseado da seguinte forma: “dar comida para que os passarinhos comam” ou “dar (comida) aos passarinhos para comerem”, evidenciando, assim, a ideia de finalidade da expressão, dada a intenção de se expressar um propósito final, que é o de alimentar os passarinhos. Desse modo, observamos que o que há de comum entre os três contextos de (61), além de DAR ser um

verbo predicador, é que em todos eles há uma relação de finalidade. A princípio, esses usos não entrariam na análise, pois fugiam, em um primeiro momento, de nosso objeto de estudo. Entretanto, foram identificados pelo sistema de busca, já que atendem a estrutura das construções de que nos ocupamos. Dessa forma, esses dados tiveram sua frequência computada e foram-nos úteis, no sentido de fomentar a reflexão acerca do contexto de reanálise do verbo DAR de predicador a auxiliar. Em (62), temos o verbo DAR empregado como auxiliar em uma construção modal indicando a impossibilidade de se “ver” dada à escuridão, o que levou Manguito a solicitar a abertura da porta. Em (63), temos o verbo DAR empregado como auxiliar em construção aspectual. O sujeito muda de estado e passa a cismar, ação que se repete no decorrer do tempo. Temos, então, o valor aspectual incoativo, que marca a mudança de estado do sujeito (de “não cismado” para “cismado”) e o aspecto iterativo, que marca a repetição da ação no tempo. Por fim, encontramos expressões fixas como em (64), em que “não se me dava” possui o sentido de “não me importava”. Tais expressões apresentam sentidos distintos e podem ser parafraseadas utilizando outros arranjos. Essas expressões fixas apareceram com relativa frequência e, apesar de algumas variações, indicavam valores semânticos que se repetiam, tais como: *ocorrer, importar, arriscar, apostar, ser capaz de, topar, acreditar (não duvidar)*. Essas construções não foram contempladas na nossa análise qualitativa por não representarem o nosso objeto de estudo, sendo as categorias *predicador, modal e aspectual* mais importantes para este trabalho; no entanto, sua frequência foi mantida na quantificação total das estruturas, por se tratarem de uma ocorrência do verbo DAR oriunda de um estágio mais antigo da língua, o que motivou a comparação da frequência dos tipos de estruturas por século, em busca da reconstituição do percurso da mudança.

A fim de tentar flagrar o percurso de mudança do verbo de nossas construções e de identificar quando tais construções surgiram na língua, fizemos o levantamento e a tabulação de cada categoria anteriormente descrita por século. O resultado pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 1 - Análise da frequência diacrônica da estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$

Categoria	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
Predicador	93,24 % (18,63)	53,49% (14,33)	12,42% (5,12)
Modal	0% (0)	15,75% (4,22)	75,76% (31,23)
Aspectual	2,25% (0,45)	18,07% (4,84)	11,70% (4,82)
Expressão fixa	4,51% (0,90)	12,69% (3,4)	0,12% (0,05)
Total	19,98	26,79	41,22

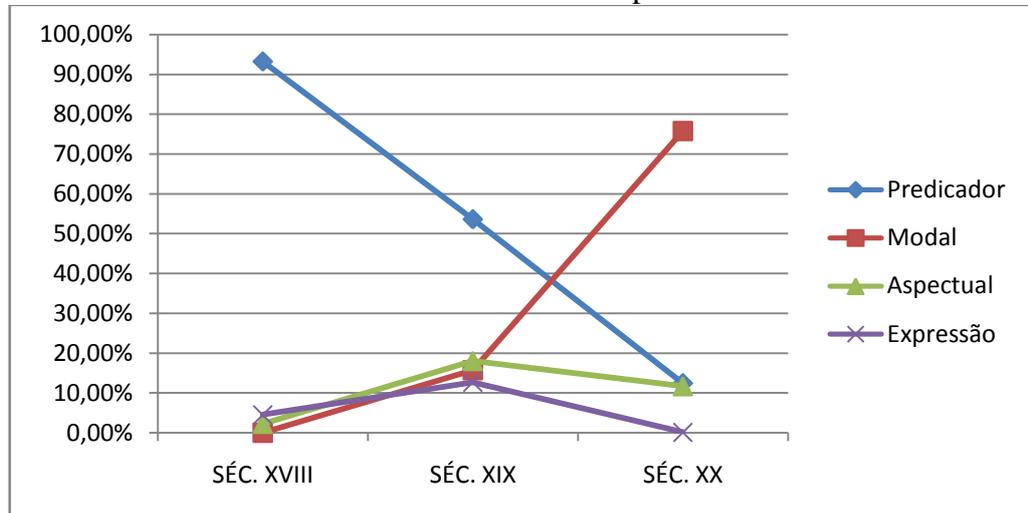
Fonte: Dados coletados no sítio *Corpus do Português*³⁴

Por meio da TABELA 1 podemos observar que a ocorrência do verbo DAR na estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$, na categoria de predicador, foi reduzindo com o passar dos séculos. Também verificamos que, simultaneamente, houve um aumento da categoria *modal*, que surge no século XIX e faz um movimento oposto ao da categoria *predicador*, tendo um significativo aumento no século XX. Na amostra analisada, a categoria *aspectual* surgiu no século XVIII, obteve um significativo aumento no século XIX e se manteve no século XX, o que nos faz inferir que a função aspectual é anterior à função modal. Já a categoria *expressão fixa* também parece ter surgido no século XVIII, têm seu ápice do século XIX, mas não mantém sua frequência no século XX, sofrendo um decréscimo significativo em sua frequência³⁵, o que fica mais bem representado no gráfico a seguir:

³⁴ Os números abaixo das porcentagens se referem ao valor absoluto dos dados, resultantes da frequência normalizada.

³⁵ O processo de lexicalização, segundo Marques (1999 [1990]), decorre da transferência de sentidos metafóricos proporcionada por semelhanças mentais que se estabelecem entre o sentido de origem e o sentido novo. Assim, o verbo DAR passa a sofrer um processo de abstração, incorporando outras funções, como a de verbo auxiliar, e a abstrair o seu sentido. Ocorre, então, um processo de recategorização de itens, em que o sentido da forma do verbo DAR pleno vai se abstraindo até que, em um determinado momento, esvazia-se, acoplado-se a outras formas linguísticas, assumindo funções gramaticais. Quando esse verbo pleno não é substituído no sistema linguístico, ao mesmo tempo e quem perde algumas de seus semas para se tornar um elemento gramatical, ele ganha outros, aumentando suas possibilidades semânticas e sua permanência no léxico. (Hopper, 1991). Assim, o surgimento de novas formas, assim como o seu decréscimo e extinção decorrem desse processo de gramaticalização, que impacta não só a gramática, mas também o léxico.

GRÁFICO 2 – Tendência de usos da estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$ No curso do tempo.



Fonte: Dados coletados no sitio *Corpus do Português*

Tais dados reforçam a tese de Coelho e Silva (2014) de que o processo de gramaticalização parece ter se consolidado no século XX, quando temos uma redução do uso como predicador e uma expansão dos usos como auxiliar em construções, tendo sido já reanalisado. Ressalvadas as diferenças metodológicas, ao verificamos o GRÁFICO 1, de Coelho e Silva (2014), o GRÁFICO 2, e os dados da TABELA 1, verificamos que o movimento da categoria modal se processou de forma similar nas duas coletas. A categoria *verbo predicador* também teve movimento similar; no entanto, na coleta atual, o decréscimo da forma no século XX foi mais evidente, o que pode ter ocorrido devido à reanálise desse verbo num contexto próprio das construções aspectuais e modais, conforme passaremos a demonstrar e das diferenças metodológicas adotadas.

4.2. O VERBO DAR: DE PREDICADOR A MODAL

A consulta ao *Corpus do Português* buscando a estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITIVO}}$ levou-nos à identificação de 285 ocorrências do verbo DAR como predicador. A despeito de não se tratar do verbo na função de auxiliar, a análise dessas estruturas foi relevante para nosso estudo, porque nos permitiu recuperar o possível contexto de reanálise do verbo DAR de predicador a auxiliar. Na tentativa de sermos o mais fiel possível à

descrição das estruturas identificadas, separamos as ocorrências que ocorriam com as preposições “para” e “pra”, (cf. 61a, 61b e 65) daquelas que ocorriam com a preposição “de”, (cf. 62c e 66), a fim de contabilizar a frequência de cada uma das formas no decorrer dos séculos. Vejamos os exemplos a seguir e, em seguida, a tabela de frequência para cada *type* da categoria *predicador*:

(65) “Não vos quero envergonhar, tirando **essa armaque vos dei para combater** pelo vosso rei (...)” (*Corpus do Português*, séc. XIX)

(66) “Dizem que Jesus Cristo, com cinco pães, **deu de comer a cinco milpessoas**” (*Corpus do Português*, séc. XIX)

TABELA 2 - Análise da frequência diacrônica dos *types* da categoria *predicador* na estrutura $\text{DAR} + \text{PREPOSIÇÃO} + \text{V}_{\text{INFINITIVO}}$

Categoria Predicador	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Total
de	75,63% (14,09)	64,76% (9,28)	87,5% (4,48)	73,14% (27,85)
p(a)ra	24,37% (4,54)	35,24% (5,05)	12,5% (0,64)	26,86% (10,23)
Total	18,63	14,33	5,12	38,08

Fonte: Dados coletados

Pela análise da frequência por *type* de predicador, é possível observar que o *type* com a preposição “de”, no contexto aqui analisado, teve uma queda com o passar dos séculos, sendo muito produtivo no século XVIII, o que pode ser um indício de que ele é o mais antigo nesta função. Já o *type* com a preposição “p(a)ra” teve um aumento do século XVIII para o XIX, mas no XX teve sua frequência reduzida. O cômputo total desses *types* mostra que, apesar de ambas as preposições ocorrerem ao longo dos séculos, a preposição “de” é muito mais frequente que a preposição “para”. Ao buscar entender o que motivaria essa maior frequência, já que, contemporaneamente, a preposição “para” é muito mais produtiva em contextos de finalidade, como os que identificamos, percebemos que o *type* com a preposição “de” funciona como uma estrutura cristalizada, ocorrendo apenas com um número limitado de $\text{V}_{2\text{INFINITIVO}}$, mas que é muito produtivo no corpus, a saber: “dar de comer”, “dar de beber”, “dar de mamar”. Identificamos, ainda, duas restrições para essa combinação: V_1 também ocorre, normalmente, em forma infinitiva etais construções, geralmente, correspondem a um único verbo, aos moldes das mesoconstruções identificadas por Coelho e

Silva (2014): dar de comer (= alimentar), dar de beber (= saciar), dar de mamar (= amamentar). O que distingue tal uso daqueles considerados na literatura como verbos leves é o fato de que, em se tratando dessa categoria, o complemento do verbo DAR é um nome, o que não ocorre no caso das mesoconstruções. Estamos assumindo que, no caso dessas construções, houve um apagamento do complemento do verbo DAR, determinado por aquilo que Bechara (1999, p. 413) denomina de “emprego absoluto” da forma verbal:

[...] em razão de nosso saber sobre as coisas do mundo extralinguístico é que podemos fazer o chamado ‘emprego absoluto’ de vários verbos, desacompanhados de seus argumentos ou complementos, implícitos na oração designada pelo verbo, mas que a nossa experiência recupera: enchi o copo [sabe-se que se trata de um líquido].

Estamos propondo, pois, que essas mesoconstruções provêm do emprego absoluto do verbo DAR num contexto de finalidade, tal como demonstramos no quadro a seguir:

QUADRO 3 - Verbo em contexto de finalidade

Jesus	deu	de comer	a cinco mil homens
Sujeito	V		Objeto indireto
↓	↓	↓	↓
Agente	V	Finalidade	Beneficiário

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do QUADRO3 acima nos permite entender que Jesus deu alimento para cinco mil homens comerem. Dado que nosso conhecimento de mundo nos permite recuperar o complemento acusativo do verbo DAR (alimento), ele foi omitido no contexto, o que fez com que esse predicador se justapusesse à oração de finalidade, formando a estruturadar de comer.

O type com a preposição “p(a)ra” traduz mais claramente a ideia de finalidade, como pode ser visto no exemplo (65), em que o objeto “arma” foi dado a fim de ser utilizado no combate em favor do rei. No caso específico desse exemplo, o contexto que originou a construção não decorre de um apagamento de objeto em função do uso absoluto do verbo DAR, como o anteriormente analisado. Em (65), o complemento acusativo (vos) se antepôs ao verbo, atraído que foi pelo pronome relativo em função de sua natureza clítica. Com a anteposição, o verbo DAR predicador se justapõe à oração final, originando a estrutura da

construção que estamos investigando, embora não se trate nem do uso modal, nem do aspectual. Observemos que, no caso dessas estruturas de predicador, o sentido de transferência de posse do verbo DAR é mantido. Ademais, em se tratando da preposição “p(a)ra”, a ideia de finalidade é mais perceptível, ao passo que, no caso da preposição “de”, tal noção é mais opaca. Essas estruturas nos permitem, assim, postular que o contexto de reanálise do verbo DAR de predicador a auxiliar em construções aspectuais e modais é um contexto de finalidade, quer com apagamento de objeto acusativo, quer com anteposição de tal objeto.

Como a reanálise envolve um contexto de ambiguidade, em que a forma ora é interpretada em um sentido, ora em outro, identificamos em nossos dados alguns contextos limítrofes, ou de transição, entre a função como predicador e a de marcador de modalidade, conforme ilustramos a seguir.

(67) “ (...) Não contão os Evangelistas mais da vida de Christo dos doze annosatè os trinta de sua idade; & este silencio fallamuyto, no muytoque nos dá para considerar quam escondida esteve a Omnipotencia Divina; ensinava, que antes de ensinar henecessario humilhar, &callarmuyto. Em parte deste tempo fallou o Bautista do Senhor, & quando fallou voz taõ grande, (9) se escusava outra (...)” (Corpus do Português, séc. XVIII, grifos nossos).

Segundo nossa análise, o exemplo (67) suporta mais de uma leitura: (i) o silêncio nos fornece muita informação a fim de avaliarmos quão escondida esteve a onipotência divina ou, ainda, (ii) o silêncio nos dá a possibilidade (ou nos permite) avaliar quão escondida esteve a onipotência divina. Sendo assim, estamos propondo que foi o contexto de finalidade com a preposição “para” que permitiu a reanálise do verbo DAR de predicador a marcador de modalidade, hipótese que se reforça em face da presença categórica dessa preposição nos contextos de modalidade.

Outra generalização que pudemos extrair dos dados acerca da função modal diz respeito a uma neutralização da marca referencial de sujeito, quando este é foneticamente realizado, conforme ilustram estes dados:

(68) “Na hora, eu até quis fazer, mas não dava. Não dá pra fazer tudo.” (Corpus do Português, séc. XX)

(69) “Estavam tendo seca verde, quando chove sem chover. A água não dá pra cobrir a ilha que fica no meio do açude.” (Corpus do Português, séc. XX).

Observamos que, no exemplo (68), o enunciador se propõe a justificar o fato de não ter realizado alguma ação. No entanto, a fim de não se assumir como o sujeito de uma ação “não cumprida”, o que implica admitir algum fracasso, ele se vale do recurso da modalidade para construir a sentença, não marcando, assim, o sujeito da ação expressa pela construção modal, o que o torna generalizado e, conseqüentemente, desconhecido, porque não é passível de identificação referencial.

No caso do exemplo apresentado em (69), observamos também uma tentativa de generalização, embora os motivos não sejam os mesmos do exemplo anterior. O sujeito sintático da construção *dá para cobrir* é a água, mas seu papel semântico é de instrumento. Logo, entende-se que não é possível cobrir a ilha que fica no meio do açude com a água. Não há, pois, um sujeito específico incapaz de tal feito, mas uma generalização acerca da impossibilidade de fazê-lo, independentemente do sujeito sintático.

Identificado o possível contexto de reanálise das construções modais, bem como apresentadas as generalizações acerca da função de tais construções, a saber, permitir uma leitura mais generalizada e menos referencial acerca do evento, passamos, na próxima subseção, à análise das construções aspectuais.

4.3 A CATEGORIA ASPECTUAL E SEUS *TYPES*

As construções aspectuais encabeçadas pelo verbo DAR marcam tanto a mudança de estado e o início da ação, como a repetição do evento, como em “deu para mentir”. A estrutura “deu para”, seguida de V2_{INFINITIVO}, denota que o ser objeto do enunciado passou a fazer algo que não fazia antes, indicando, assim, a noção aspectual de incoação, conforme pode ser verificado no exemplo a seguir, em que o sujeito Faísca passava por uma mudança de estado na qual passa a chorar, repetindo essa ação no decorrer do tempo:

(70) OFaísca, que era fraco da cabeça e do estômago, **dava para chorar**espetaculosamente, lamentando-se com ânsias e suores frios dizia sentir um desgosto tremendo (...) (*Corpus do Português*, séc. XIX)

Tal leitura aspectualdecorre do fato de termos um verbo e uma preposição que indicam movimento (dar + para). Ademais, o uso do advérbio “espeticulosamente” reforça o valor intensivo da ação. O valor “início da ação” se verifica em todas as construções analisadas, sendo reforçado, muitas vezes, pela presença de algum circunstancial que demarque o ponto inicial do evento. De todo modo, as noções de mudança de estado e de iteratividade só podem ser verificadasno conjunto da estrutura, ou seja, decorre da coesão do verbo DAR com uma preposição de movimento e com um VINFINITIVO num dado contexto.

Como era nosso objetivo verificar o tipo de restrição presente nas construções analisadas, até mesmo para tentar melhor descrevê-las, fizemos um levantamento de todos os verbos que ocorreram nas construções aspectuais, o que nos levou a perceber a importância da (a)telicidade na combinação, conforme já sinalizara Castilho (1968). A relação dos verbos principais (V2) identificados nas construções aspectuais de nosso corpus encontra-se sistematizada, no quadro que se segue:

QUADRO 4 -Ocorrência com o verbo auxiliar DAR em construções aspectuais

<p>DAR + PREPOSIÇÃO</p>	<p>falar, fazer, andar, ficar, beber, chorar, ter, ir, meter, sair, berrar, cair, cismar, dizer, emburrar, gostar, morrer, olhar, passear, pensar, rir, ser, achar, acompanhar, adivinhar, alvejar, armar, arranjar, arribar, assobiar, atirar, brincar, cantar, catequizar, chegar, comprar, conversar, correr, cortejar, criar, dar, desconfiar, desprezar, discorrer, economizar, (se) emborrachar, engordar, escrever, espalhar, espumar/contorcer, evitar, (se) fechar, folhear, frequentar, fumar, garimpar, gritar, implicar, inchar, insinuar, investir, jogar/beber, juntar, labutar, largar, limpar, maginar, malhar, morder/espátifar, morrer, namorar, nascer, passarinhar, pedir, piorar, preferir, procurar, (se) queixar, querer, repara, rever, rezar, cantar, roubar, surpreender, tomar, trabalhar, tremer, varrer, virar,</p>
-----------------------------	--

Fonte: Dados coletados

Nossos dados acusam uma frequência maior de verbos atéllicos na posição de V2, o que, de certo modo, era previsível. Não é de se esperar que construções como “deu para decidir”, “deu pra fazer uma cadeira”, “deu para morrer/nascer”, “deu pra explodir”, “deu pra engolir” sejam interpretadas como conotadoras dos valores aspectuais inceptivo-incoativo e iterativo, já que decidir, por exemplo, é uma ação que tende a um fim, a um ponto terminal natural, não sendo,

pois, condizente com a repetição. Nesse caso, a leitura prototípica tende a ser a de modalidade, no sentido de ser possível.

A despeito dessa prototipia, a análise dos dados permitiu-nos identificar que as construções aspectuais aqui analisadas, apesar da menor produtividade, podem ocorrer com alguns verbos télicos em determinados contextos específicos: (i) quando a ação recai sobre sujeitos distintos (Cf. 71); (ii) quando temos um novo evento, geralmente licenciado por uma expressão adverbial (Cf. 72); (iii) quando temos um sentido figurado (Cf. 73):

(71) “(...) teve uma época que os colegas dele **deram para morrer**, quando eu perguntava, de que morreu esse seu amigo? Ele dizia que foi de repente” (*Corpus do Português*, séc. XX, grifos nossos)

(72) Ele **deu pra fazer bolo** toda vez que recebe visitas.

(73) Ultimamente ele **dera para engolir** todos os insultos que recebia.

Ao analisarmos as construções aspectuais, buscando identificar as restrições de combinação entre V1 e V2, percebemos que, na própria estrutura, havia nuances que precisavam ser consideradas na descrição. Assim, procedemos à distinção estrutural dessas construções, o que resultou em três *trêstypes*, os quais apresentamos a seguir:

1. DAR + PREPOSIÇÃO + VERBO INFINITIVO

(74a) “Às vezes ficava amarelo e com fastio, que Deus nos acuda! - "Desta mesmo não me levanto" eram as suas palavras de todo o instante; e ultimamente então **deu para ficar nervoso** por tal forma, que não pregava olho durante toda a noite. Foi nessa época que aquele malvado o despediu do emprego! ” (*Corpus do Português*, séc. XIX)

(74b) “Acuda! Acuda! - **deu de gritar Crispim**. Foi quando no portão do cemitério pararam vários automóveis (...)” (*Corpus do Português*, séc. XX)

2. (CLÍTICO PRONOMINAL) + DAR + CLÍTICO PRONOMINAL + P(A)RA + VERBO INFINITIVO

(75) “Depois daquela cena violenta com Amâncio, a pobre criatura se quedara mais apreensiva e mais triste. Eram suspiros sobre suspiros e nem uma palavra durante o dia

inteiro; às vezes, **dava-lhe para chorar** e não havia meio de a conter.” (*Corpus do Português*, séc. XIX)

(76) “Tua sogra é delicadíssima... - É ciumenta! e os ciumentos chegam a praticar desatinos! Lembras-te de Maria? Um anjo; mas quando lhe **dava para ter zelos**, perdia a cabeça!” (*Corpus do Português*, séc. XX)

3. CLÍTICO PRONOMINAL+ CLÍTICO PRONOMINAL + DAR + P(A)RA + INFINITIVO

(77) “Esse não me agrada, esse eu não gosto por alto ser, aquele por pernas ter curvas como arcos, o outro por usar monóculo. E, sentindo como uma pressão enorme no peito, **se lhe deu para tremer o ventre**. Por onde andaria Manoel Henriques, seu grande amor? Sem saber o que fazia, tentou atear fogo às vestes”. (*Corpus do Português*, aspectual, séc. XX)

Todas essas três estruturas, ou *types*, marcam tanto o início da ação seguido da mudança de estado (inceptivo-incoativo), como a repetição da ação (iteração). Quando da análise dos dados, observamos que as construções com clíticos seguem as regras de colocação pronominal, o que justifica as diferentes estruturas identificadas. Destacamos ainda que em (77) temos a ocorrência de dois pronomes clíticos. Neste tipo de ocorrência, o pronome “se” vem primeiro, já que é um uso pronominal do verbo (dar-se) que, segundo o dicionário Micaellis, como pronominal, pode ter o sentido de *sacrificar-se por algo, reunir-se com alguém ou suceder, acontecer*. Este último sentido parece evocar a nuance incoativa da construção, já que no sentido de *acontecer* também podemos prever uma mudança.

A partir da identificação de tais ocorrências e visando à reconstituição de possíveis estágios do percurso de mudança da construção aspectual, já que o uso pronominal do verbo não nos soa natural, o que nos faz pressupor que seja um uso mais antigo na língua, procedemos à tabulação da frequência das estruturas aspectuais identificadas, por século, o que resultou na tabela a seguir:

TABELA3- Análise da frequência diacrônica por *type* aspectual

Type aspectual	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Total por Type
1. DAR + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO	-	51,03% (2,47)	76,55% (3,69)	60,93% (6,16)
2. CLÍTICO PRONOMINAL + DAR + CLÍTICO PRONOMINAL + P(A)RA + INFINITIVO	100% (0,45)	46,90% (2,27)	22,41% (1,08)	37,59% (3,8)
3. CLÍTICO PRONOMINAL + CLÍTICO PRONOMINAL + DAR + P(A)RA + INFINITIVO	-	2,07% (0,10)	1,04% (0,05)	1,48% (0,15)
TOTAL	0,45	4,84	4,82	10,11

Fonte: Dados coletados no sítio *Corpus do Português*

Como podemos observar na TAB. 3, no século XX, parece ter ocorrido uma competição entre as formas, sendo o *type* 1 “**dar + preposição + infinitivo**” a forma vencedora em termos de frequência, tanto no século XIX quanto no XX. Sua frequência aumentou significativamente com o decorrer dos séculos, quando comparado aos demais tipos da construção, que tiveram um movimento oposto. O *type* mais antigo na língua foi aquele em que o clítico pronominal antecede o verbo auxiliar, frequente desde o séc. XVIII. Esse é um dado curioso, no sentido de que sinaliza uma possível tendência proclítica da língua, contrariando, pois, a norma europeia de colocação pronominal. Outra questão evocada por esse dado diz respeito à antiguidade do *type* 2, o que nos faz supor que ele seja o mais antigo. Não podemos descartar a hipótese de que o *type* 3 seja um estágio anterior cujo uso já está se extinguindo da língua desde o séc. XVIII. Tal hipótese se justifica por, ao menos, três motivos principais: (i) sua frequência residual nos séculos XIX e XX, (ii) sua pouca naturalidade para o falante contemporâneo da língua e (iii) a perda de clíticos atestada por vários trabalhos linguísticos.

A análise dos *types* ora descritos nos permitiu perceber uma semelhança estrutural entre as construções modais e as construções aspectuais cujo liame preposicional é *para*. O exame das construções destacadas nos exemplos ilustrativos de cada *type*, se extraídas do contexto maior em que se encontram, acusa ambiguidade, já que elas suportam tanto uma leitura modal, quanto uma leitura aspectual. Tal ambiguidade só se desfaz em face do contexto ampliado. Tais fatos nos levam a propor que as construções aspectuais se originaram, assim como as construções modais, de um contexto de finalidade. Como

normalmente o processo de mudança linguística se dá de forma encaixada, estamos assumindo, a partir da análise dos *types* com clíticos pronominais, que o processo de mudança linguística que desencadeou a reanálise de tais construções se relaciona ao fenômeno da perda de clíticos pronominais. Assim, nos períodos em que o clítico pronominal ainda era produtivo da língua, ele era preservado nas construções, subjugando-se às normas de colocação da categoria, o que justifica sua presença, por exemplo, em construções do XVIII e do XIX, como verificamos na TAB. 3. Após esse período, os dados da TAB. 3 mostram que o clítico se enfraquece, tendendo a um apagamento com o decorrer dos séculos.

Outro fator que acreditamos ter contribuído para essa coincidência estrutural e consequente ambiguidade foi o apagamento do complemento exigido pelo verbo DAR predicador justaposto a orações de finalidade. Essa coincidência estrutural demandou, pois, do falante alguma especificidade que permitisse reconhecer as funcionalidades distintas da construção $V1_{\text{DAR}} + \text{Preposição} + V2_{\text{INFINITIVO}}$. Acreditamos que foi a necessidade de responder a essa demanda que levou à neutralização dos traços referenciais do sujeito nas construções modais, o que permite uma leitura indeterminada e generalizada.

Assim, para satisfazer às necessidades pragmáticas do falante, o verbo DAR passa por um processo de reanálise que desencadeia uma reordenação no eixo sintagmático. Em função do estatuto categorial das formas envolvidas no processo de mudança, temos um processo de gramaticalização no qual “itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (HOPPER & TRAUGOTT, 1991, p. 15). Nessa perspectiva, o verbo DAR predicador (categoria lexical) passou por um processo de abstração, transformando-se em verbo auxiliar modal e aspectual (categorias funcionais)³⁶. Não constitui objetivo deste estudo determinar qual das duas funções gramaticais – aspectual ou modal – encontra-se mais gramaticalizada na língua, mas a redução do escopo referencial da construção modal, rumo a uma estrutura indeterminada, leva-nos a crer que seja este o uso mais gramatical da forma. Reiteramos, contudo, que se trata apenas de uma hipótese, a ser investigada futuramente.

Comprovado o processo de gramaticalização do verbo DAR e identificado o contexto de reanálise, buscamos extrair dos dados mais alguma restrição para além daquela relativa ao tipo de V2. Essa busca foi motivada pelo princípio da especialização (HOPPER, 1991), o qual prevê que, ao se gramaticalizar, a forma tende a se especializar em determinados contextos e a

³⁶ Castilho (1997, p.29) chama de “auxiliação” o processo de passagem de um verbo pleno a verbo auxiliar.

apresentar algumas restrições sintagmáticas. Em se tratando das construções aspectuais, identificamos que elas ocorrem, na maioria dos casos, no tempo passado, conforme demonstramos na tabela a seguir:

TABELA 4- Análise da frequência diacrônica dos tempos verbais das construções aspectuais com o verbo DAR

Verbo	Tempo	Séc.XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Total
DEU, DERAM, DADO, DEI, DERA, DAVA, DAVAM	Pretéritos	0	46,79% (3,72)	53,21% (4,23)	78,64% (7,95)
DÁ, DOU, DÃO	Presente	22,39% (0,45)	50,75% (1,02)	26,86% (0,54)	19,88% (2,01)
DER	Subjuntivo	0	0	100% (0,05)	0,49% (0,05)
DANDO	Gerúndio	0	100% (0,10)	0	0,99% (0,10)
Total					10,11

Fonte: Dados coletados no sítio *Corpus do Português*

Em Travaglia (2016 [1981]), encontramos que a flexão verbal é um dos elementos que atuam na expressão do aspecto e que o pretérito perfeito do indicativo, com o auxílio de outros elementos, pode marcar “o durativo (com verbos de estado, pela influência de adjuntos adverbiais e orações adverbiais temporais e pela repetição do verbo); o iterativo e o habitual (pela influência de adjuntos adverbiais) (...)” (p. 291 – 292). Além disso, o aumento das formas do pretérito, com o passar dos séculos, pode nos indicar, segundo os princípios de Hopper (1991), uma *especialização* de uso, que prevê que, quando ocorre a gramaticalização, as possibilidades de escolha se estreitam, tendendo a um uso cada vez mais específico, sendo, portanto, convergente com as noções de obrigatoriedade e de fixidez características do processo de gramaticalização.

É, ainda, importante salientar que os adjuntos adverbiais envolvidos na expressão do aspecto em Português possuem, segundo Travaglia (2016 [1981], p.298), três funções: “a. evitar ambiguidades; b. marcar o aspecto por si ou em combinação com outro elemento; c. reforçar o aspecto expresso por outro elemento, tornando-o mais patente.”. Frente a tal informação, analisemos o exemplo a seguir, extraído de nosso *corpus*:

(78) “Agora **deu para falar** com o demo. Leva a noite resmungando.” (*Corpus do Português*, séc. XX)

Neste contexto, o adjunto adverbial de tempo é fundamental para autorizar a leitura aspectual da construção, desfazendo qualquer possibilidade de dúvida em relação à construção modal. Além disso, nas construções aspectuais em que ocorrem adjuntos adverbiais de tempo, temos não apenas a noção aspectual de incoação, mas o aspecto inceptivo-incoativo, já que é possível precisar o momento em que um evento se inicia, ou seja, sua fase inicial, para além da mudança de estado. Em (78), o adjunto adverbial evidencia, portanto, o ponto inicial do evento “falar com o demo”, o que não pode ser verificado em todas as construções aspectuais deste trabalho, uma vez que nem todas são acompanhadas de tais advérbios, marcando, por sua vez, apenas a mudança de estado sem a possibilidade de se precisar a fase inicial do evento.

4.3.1 A variação entre as preposições “de” e “para”

Durante o processo de coleta e de análise de dados, verificamos que as construções aspectuais, com o verbo DAR, formadas respectivamente com as preposições “de” e “para” são formas variantes, mas que não havia construções aspectuais formadas, por exemplo, com a preposição “a”. Visando a identificar qual das preposições era mais frequente na construção aspectual, tabulamos a frequência dos dois tipos de liames preposicionais identificados ao longo dos séculos selecionados para este estudo e o resultado está disposto na tabela a seguir:

TABELA 5 - Análise da frequência diacrônica das preposições em construções aspectuais

Preposição	Séc.XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Total
de	0	4,13% (0,20)	19,29% (0,93)	11,18% (1,13)
p(a)ra	100% (0,45)	95,87% (4,64)	80,71% (3,89)	88,82% (8,98)
Total	0,45	4,84	4,82	10,11

Fonte: Dados coletos do sítio *Corpus do Português*

Os resultados obtidos acusam que a preposição “p(a)ra” é a mais frequente, desde o século XVIII. Além disso, o envelope da variação é composto por dois tipos preposicionais, a saber: “de” e “p(a)ra”. Frente ao resultado apresentado na tabela acima, podemos supor que a preposição “p(a)ra” é mais antiga na construção, o que reforça nossa tese de que o contexto de reanálise seja um contexto de finalidade introduzido por essa preposição. Entretanto, uma afirmativa mais segura a esse respeito só poderá ser feita a partir da coleta de dados em

séculos anteriores, o que foge ao escopo de nosso estudo. Os dados acusam, ainda, uma oscilação de frequência entre as preposições “de” e “p(a)ra” do século XIX para o séc. XX, o que, no nosso entendimento, sinaliza um processo de variação com concorrência entre as formas. Analisemos os exemplos a seguir, a fim de averiguar tal variação:

(79a). “O fato é que ela **deu de juntar dinheiro** para ir ao menos a um espetáculo, sempre que havia companhia.” (*Corpus do Português*, séc. XX)

(79b). O fato é que ela **deu p(a)ra juntar dinheiro** para ir ao menos a um espetáculo, sempre que havia companhia. (*Corpus do Português*, séc. XX, adaptado)

Notamos que as preposições “de” e “p(a)ra” são intercambiáveis no contexto, já que preservam o mesmo valor de verdade. São, portanto, formas variantes, apesar de a forma “p(a)ra” nos parecer mais prototípica nas construções analisadas, o que avaliamos como uma persistência do contexto de finalidade que permitiu a reanálise. Entretanto, tal variação não é possível com as construções modais, que só ocorrem, como demonstrado, com a preposição “p(a)ra”.

Segundo o princípio de *especialização* de Hopper (1991), quando uma forma se gramaticaliza, ela tende a um uso cada vez mais específico, mais restrito, decorrente da redução da possibilidade de escolha em virtude da especialização semântica da forma, o que converge com um dos princípios de gramaticalização, segundo o qual quando mais um item se gramaticaliza, mais se reduz a sua variabilidade sintagmática, mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e agramatical em outros. O verbo DAR, em seu sentido pleno, pode ocorrer tanto com a preposição “de”, quanto com as preposições “p(a)ra” e “a”. Após seu processo de gramaticalização, na função de auxiliar em construções aspectuais, ele passa a ocorrer apenas com as preposições “de” e “p(a)ra” e, nas construções modais, apenas com a preposição “p(a)ra”³⁷. Essa restrição maior de contexto da construção modal é, também, um indício de que esta está mais gramaticalizada que a construção aspectual.

Identificada a variação entre os liames preposicionais nas construções aspectuais e sua fixidez ou especialização nas construções modais, resta-nos ainda tentar explicar o motivo por que, ao contrário de outras construções aspectuais, como, por exemplo, “João pegou (a) beber depois que perdeu o emprego”, em se tratando de construções cujo auxiliar é DAR, a preposição não é opcional, mas obrigatória. Acreditamos que a variação entre as preposições

³⁷ A preposição “a” só permaneceu nas mesoconstruções.

“de” e “para” e a impossibilidade de apagamento das mesmas nas construções aspectuais, seja um resquício das construções finais, que, no nosso *corpus*, ocorrem com as mesmas preposições, conforme explicaremos na subseção seguinte, na qual, apoiando-nos em Coelho (2017), buscaremos ainda explicar a não opcionalidade da preposição nessas construções.

4.3.2 As construções com o verbo DAR e a memória latina

Segundo nos ensinam os gramáticos latinos, as preposições foram, inicialmente, empregadas nessa língua para subordinar o complemento ao seu verbo e, posteriormente, passaram a ser mais utilizadas com o objetivo de dar clareza a alguns valores semânticos empregados no discurso, devido à redução dos casos latinos, que foi ocasionada pela indistinção dos casos pelas flexões. Poggio (2002) explica que

o desenvolvimento do uso da preposição foi paralelo à redução da declinação. Esse desenvolvimento teve seu início em relações concretas (de lugar, de tempo, de instrumento, de causa, de origem etc.) e os casos que as expressavam se enfraqueceram, chegando a desaparecer (p. 93).

Coutinho (1973) avalia que tais mudanças, ocorridas no latim vulgar, influenciaram o uso das preposições. Houve reduções nos casos, tendo-se igualado o vocativo com o nominativo; e o genitivo, o dativo e o ablativo. Esses últimos casos, segundo o autor, já não eram mais necessários, dado o uso das preposições com o caso acusativo, o que ocorreu com o verbo de que nos ocupamos, já no latim, conforme demonstraremos.

No latim, as partículas adverbiais que se antepunham, obrigatoriamente, aos verbos eram chamadas de “preverbos”. No curso da língua, elas sofreram um processo de aglutinação com os verbos ao se juntarem a seu complemento, o que, neste caso, deu origem à categoria preposição, sendo empregadas tanto as preposições como as desinências do caso acusativo ou ablativo, definindo a relação estabelecida entre o complemento e o seu verbo. Essa estrutura pleonástica, típica do latim clássico, modifica-se no português com a eliminação das desinências de caso (CÂMARA JUNIOR., 1969). Faria (1958) explica que, no latim, “não são propriamente as preposições que regem os casos, mas, ao contrário, estes é que passaram a exigir-las para maior clareza da expressão” (p. 255). Dessa forma, necessitando de novos recursos para exprimir com maior exatidão algumas nuances em decorrência da mudança na estrutura (preposição + caso) da língua, eliminou-se a desinência de caso no português, restando apenas o uso da preposição.

No que toca ao nosso objeto de estudo, Coelho (2017) defende que as construções aspectuais cujo auxiliar é o verbo DAR são oriundas do caso *acusativo de fim*, o que justificaria a variação entre as preposições “de” e “p(a)ra”. Teríamos, pois, neste caso, uma espécie de memória da língua latina atuando no português, o que se explica, no caso de processos de gramaticalização, via princípio da persistência. Analisemos, a seguir, as glosas apresentadas por Coelho (2017), para defender sua tese:

(80) “[...] dona bona **dare** filiis vestris [...]” (dar coisas boas a vossos filhos) (p. 8)

[don-	-a	bon-	-a	da-	-re	fill-	-is	vestr-	-is.]
coisa/	acusativo	bom	Acusativo	dar	infinitivo	filho	dativo	vosso	dativo
presente							masc.		masc.
							plural		plural]

(81) “[...] Cibum esurientibus **dare** [...]” (Dar comida aos famintos) (p. 10)

[cib-	-um		esurient-	-ibus		da-	-re]
comida	acusativo masc. pl.		faminto	dativo masc. pl.		dar	Infinitivo

(82) “[...]potum sitientibus **praebere**[...]” (dar de beber aos sedentos) (p. 10)

[pot-	-um		sitient-	-ibus		praebe-	-re]
beber	supino acusativo		sedento	dativo masc. pl.		fornecer	infinitivo

(83) “[...] **dare** ad habendum [...]” (dar para possuir) (p.9)

[da-	-re	ad	habe-	-ndum]
dar	infinitivo	preposição	possuir	gerúndio acusativo (finalidade)

Em (80) e em(81), temos o verbo DAR na função de predicador empregado em seu sentido de transferência de posse com complementos do caso acusativo e do caso dativo sem a presença de preposição, o que atesta a suficiência do caso para traduzir as funções sintáticas e semânticas. Em (82), temos um emprego similar ao de (81); no entanto, o complemento direto do verbo foi apagado, permanecendo apenas o dativo num contexto de finalidade. Esse contexto é reforçado pela presença do supino ativo (*potum*), que é, originalmente, a forma verbo-nominal do acusativo que indica finalidade. Segundo Comba (2004, p.276), o supino é

usado “para traduzir o infinitivo presente que acompanha verbos de movimento”, como é o caso do verbo DAR³⁸. Notamos, já nesse uso latino, uma similaridade com o uso contemporâneo em que, conforme demonstramos, o complemento direto foi apagado por se tratar de emprego absoluto da forma, promovendo a justaposição do predicador à construção de finalidade que, neste caso, é introduzida pela preposição “de”.

Em (83), temos um gerúndio seguido de acusativo, agora acompanhado da preposição *ad*. Essa preposição, segundo Pereira (1916), surge no latim clássico com a função de reger o objeto, mas, desde esse período, demonstra certa variação, podendo ser usada tanto com objetos animados quanto com objetos inanimados, indicando, neste caso, o ponto a que a ação se dirige. O autor ainda orienta que a evolução sintática e semântica das preposições é notada desde o latim, passando pelo português antigo, até o atual, o que indicia a variação sincrônica de tais preposições. Assim, para dar proeminência ao objeto, surge a preposição “para”, que é o resultado da adição de *per* + *ad*, indicando a ideia de “demora” ou “permanência” (BECHARA, 2009). Essa noção de “permanência”, que persiste na memória da preposição, parece favorecer a conotação da ideia de duração e o traço iterativo das construções aspectuais com o verbo DAR, motivo pelo qual ela tende a ser também a mais prototípica que a preposição “de”, que, conforme demonstramos, já ocorria no latim em contextos de finalidade.

Faria (1958 *apud* COELHO, 2017) afirma, ao tratar desse contexto, que “quando o gerúndio vem em acusativo, construído como complemento de verbos que significam **dar**, confiar, entregar, encarregar-se, ocupar-se, não tem propriamente a ideia de obrigação, e antes serve para exprimir uma intenção” (p. 462, grifos nossos), a qual traduziu como a finalidade. Väänänen (1971, p. 181-182, grifos nossos), ao tratar do uso das preposições no latim clássico, reforça que “desde as origens, usos tais como o **acusativo de movimento** e o ablativo de separação necessitam do apoio de uma preposição, à exceção de algumas formas sobreviventes”³⁹, o que justifica, segundo nossa análise, a obrigatoriedade da preposição nas construções apresentadas.

Os dados por nós examinados e as glosas do latim analisadas por Coelho (2017) corroboram a hipótese de que o verbo DAR passou por um processo de abstração semântica que teve como consequências a perda de funções lexicais e um ganho de funções gramaticais,

³⁸De acordo com Coelho (2017, p. 10), “considerando-se que o verbo DAR, em seu sentido lexical, perfila um movimento figurado, já que implica deslocamento de um tema (complemento) em direção a um alvo” e, ainda, a relação de finalidade, justifica-se o emprego do supino acusativo no contexto.

³⁹Do original: “[...]desde losorigenes, usos tales como el acusativo de movimiento y el ablativo de separación necesitaban el apoyo de una preposición, a excepción de algunas formas supervivientes.” (VÄÄNÄNEN, 1971, p. 181-182)

sendo o contexto de acusativo de fim na língua-mãe e o contexto de orações finais no português o gatilho para a gramaticalização das construções modais e aspectuais, abstraindo-se as noções de transferência de posse e de finalidade, favorecidas pelo apagamento do objeto ou do pronome clítico. No caso das construções modais, como demonstramos, existe ainda uma tendência à neutralização dos traços referenciais do sujeito.

Por fim, cabe ainda uma observação acerca das construções aspectuais, já que, a despeito de todas elas marcarem a incoação, nem todas traduzem a inceptividade, conforme demonstram os exemplos a seguir:

(84) João **deu para beber** vinho tinto antes do jantar.

(85) João **deu para beber** depois que a mulher o abandonou.

Segundo nossa análise, em (84), não é possível marcar o ponto inicial da ação de beber, mas tão somente o início da ação seguido de uma mudança de estado do sujeito, já que João passou a beber vinho tinto antes do jantar, hábito que não apresentava. Diferentemente de (84), em (85), a presença da oração adverbial (depois que a mulher o abandonou) marca o ponto inicial do evento, seguida de uma mudança de estado. Dessa feita, temos, em (85), tanto a inceptividade quanto a incoação, o que nos leva à generalização de que a inceptividade será determinada pelo contexto, quer pelos circunstanciais temporais, quer pelo próprio complemento, já que o apagamento do objeto em (84) permite uma leitura de início de um evento, quer em seus momentos iniciais quer não.

No que tange ao valor aspectual de iteratividade dessas construções aspectuais, segundo Coelho (2017), “decorre de um prolongamento no curso do tempo interno do evento verbal, noção assegurada pela persistência de traços sintáticos do acusativo de extensão” (p. 14). Além disso, as relações entre forma e função dos elementos da construção favorecem esse valor aspectual, tais como a junção de um verbo e de uma preposição de movimento somados a um V2 atélico, conforme já demonstramos.

Em face das análises empreendidas, confirmamos a nossa hipótese de que, em se tratando do verbo DAR, está ocorrendo na língua um processo de especialização de usos, o que permite que uma “nova” função se manifeste devido à necessidade comunicativa do falante para traduzir tanto a modalidade, quanto noções aspectuais que transcendem a mera inceptividade, função para a qual já dispomos de formas canônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propusemos a investigar as construções gramaticais formadas pela estrutura $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSIÇÃO} + V_{\text{INFINITO}}$ no Português, tendo como base teórica um quadro de interface entre Variação Linguística, Gramaticalização e Gramática de Construções. A princípio, pretendíamos ater-nos às construções aspectuais formadas com o verbo DAR na língua portuguesa, mas, no decorrer dos estudos, verificamos que seu uso na função predicador e na função de auxiliar em construções modais também poderiam nos fornecer informações sobre o processo de mudança categorial desse verbo ao longo dos séculos, sobretudo diante da similaridade estrutural entre tais construções. Dessa forma, feita a análise diacrônica dos dados compilados no sítio *Corpus do Português*, listamos, a seguir, os objetivos propostos e os resultados obtidos com a pesquisa

(i) *Verificar se as construções aspectuais analisadas ainda se encontram em processo de gramaticalização*: a análise da frequência computada das construções nos permitiu propor que as construções aspectuais estejam em processo de gramaticalização, estando os índices das construções aspectuais mais baixos no século XVIII, período em que essa função parece ter surgido na língua, tendendo a uma elevação no século XIX. Ocorre então, neste período, uma expansão de formas sintáticas e semânticas e o contexto de reanálise, desencadeando uma reordenação no eixo sintagmático e fazendo com que a construção aspectual pudesse ocorrer, tanto com a preposição “p(a)ra” como com a preposição “de”. Neste processo, a construção passa a desenvolver novas funções, possibilitando a incorporação de distintos valores aspectuais, tais como o inceptivo-incoativo, o iterativo e o intensivo. Além disso, a variação do tempo verbal, na posição de V1 no decorrer dos séculos, com a predominância do pretérito nesta posição, pode nos indicar, segundo os princípios de Hopper (1991), uma *especialização*, que sinaliza uma tendência a um uso cada vez mais específico, sendo, portanto, uma característica do processo de gramaticalização da forma.

(ii) *Analisar as motivações para a incorporação dos valores aspectuais inceptivo-incoativo e iterativo nas construções analisadas*: a leitura como inceptivo-incoativo é possível em decorrência de termos um verbo e uma preposição que indicam movimento (*dar + para*), valor que poder ser reforçado por alguns advérbios, tais como “agora”. A noção semântica de

incoação das construções aspectuais formadas com o verbo DAR é um resquício de sua forma lexical, cujo significado prototípico envolve o movimento abstrato de um tema, entidade que sofre mudança de estado, a um alvo. A análise dos verbos na posição V2 nos levou a perceber a importância da telicidade, mais especificamente do valor atélico do V2, na combinação dos elementos da estrutura, uma vez que ela atualiza o aspecto iterativo da construção, conforme já sinalizara Castilho (1968). Ademais, de acordo com os estudos apresentados, a preposição “para”, que é o resultado da adição de *per* + *ad*, indicava, ainda no latim, a ideia de “demora” ou “permanência” (BECHARA, 1999), o que parece favorecer a ideia de duração e o traço iterativo das construções aspectuais com o verbo DAR, tendendo a ser mais prototípica que a preposição “de”, que já ocorria no latim em contextos de finalidade.

(iii) *Identificar a motivação para a existência de variação entre as preposições “de” e “p(a)ra” em construções aspectuais e por que tal variação não ocorre com a construção modal:* o processo de reanálise do verbo DAR, de predador a auxiliar, em construções aspectuais e modais, se deu por meio de um contexto de finalidade, o que justifica a existência de ambas as preposições em construções aspectuais, sendo que a forma “p(a)ra” parece ser a mais prototípica. Tal variação não é possível com as construções modais, que só ocorrem com a preposição “p(a)ra”, o que parece indicar, segundo o princípio de *especialização* de Hopper (1993), que a forma está em um processo mais avançado de gramaticalização, tendendo a um uso cada vez mais específico, em virtude da especialização semântica da forma, o que converge com um dos princípios de gramaticalização, segundo o qual quanto mais um item se gramaticaliza, mais se reduz a sua variabilidade sintagmática. Acreditamos que a variação entre as preposições “de” e “para” e a impossibilidade de apagamento das mesmas nas construções aspectuais, seja um resquício das construções finais, que, no nosso *corpus*, ocorrem com as mesmas preposições.

Coelho e Paula (2017), ao tratarem da opcionalidade da preposição na construção aspectual contemporânea com o verbo *danar*, como em “João *danou* (a) *falar* de religião”, afirmam que tal opcionalidade se dá devido ao fato de o emprego da preposição com esse verbo não ser, na língua latina, uma exigência sintática, mas um preciosismo semântico, uma reminiscência do caso acusativo. Coelho (2017), por seu turno, observa que essa opcionalidade não ocorre com as construções com o verbo DAR e que, no caso das construções encabeçadas por este verbo, a preposição é sintática e não semântica.

(iv) *Investigar a origem das preposições presentes em tais construções:* no latim, as partículas adverbiais que se antepunham, obrigatoriamente, aos verbos eram chamadas de “preverbos”, quais, num processo de aglutinação, se juntaram ao complemento do verbo, o que originou as preposições, que passaram a ser exigidas para proporcionar clareza às expressões. Coelho (2017) defende que as construções aspectuais cujo auxiliar é o verbo DAR são oriundas do caso *acusativo de fim*, o que justificaria a variação entre as preposições “de” e “p(a)ra” e o processos de gramaticalização, via princípio da persistência, em decorrência de uma espécie de memória da língua latina atuando no português.

Assim, a nossa hipótese de que parece ocorrer na língua um processo de especialização de usos, o que permite que uma dada função surja devido à necessidade comunicativa do falante, num estágio posterior para cumprir determinados fins, parece se confirmar, dado que o verbo DAR passou por um processo de gramaticalização que perdura até hoje.

Conscientes de que as generalizações aqui formuladas podem ser ainda exploradas, acreditamos, contudo, que os resultados obtidos trazem uma relevante contribuição para a descrição da categoria de aspecto nas línguas românicas, para o processo de variação e mudança das formas linguísticas até formarem construções, constituindo preâmbulo para pesquisas futuras no âmbito de um projeto maior ligado à investigação da categoria aspectual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João de. **Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo**. Assis, São Paulo: ILHPA – HUCITEC, 1980.

AULTE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Dicionário Caldas Aulete Digital. *Online*. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/dar/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

BAILEY, Guy. Real and apparent time. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2002.

BARROSO, Henrique. **O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional/sincrónica**. Porto: Porto Editora, 1994.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. **Corpus linguistics: Investigating language structure and use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BIBLE VULGATA, C na 1598. Lucan. Cap. 11. v.13. **With Glossa Ordinaria Migne edition 1880 in Latin.**: Translation by: Jerome, 1598. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/bible/nova_vulgata/documents/nova-vulgata_nt_evang-matthaeum_lt.html>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

BOLINGER, Dwight. **Entailment and the meaning of structures**. *Glossa*, 2, 1968. p.119-127.

BRUGMANN, Karl Brugmann. *Abrégé de Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes*, tr. fr. Paris, 1905 *apud* CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

BUTT, Miriam. The Light verb jungle: still hacking away. In: AMBERBER, M., HARVEY, M.; BAKER, B. (Eds.) **Complex Predicates in Cross-Linguistic Perspective**. Cambridge University Press, 2010. p.48-78.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

CASTILHO, Ataliba de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968. (Coleção de Teses, 6).

COELHO, Sueli Maria. A gramaticalização das formas verbais (a)garrar, danar, desandar e

desatar para expressão das categorias aspectuais incoativa, cursiva e iterativa na Língua Portuguesa. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 12, p. 1-24, 2014.

_____. **O legado da língua latina no processo de gramaticalização de construções aspectuais inceptivo-iterativas na Língua Portuguesa**. IV Congresso Internacional de Linguística Histórica (IV CILH), Portugal, 2017. *E-Book*.(no prelo).

COELHO, Sueli Maria; PAULA, Thaís Franco de. The metaphor in the grammaticalization process of the verb DANAR to Express inceptive aspect with extension of the action in Brazilian Portuguese. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 15, nº 2, p. 453-473, Belo Horizonte, abr./jun. 2015.

_____. Gramaticalização do verbo danar como marcador aspectual: um legado latino. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, v. 21, p. 21-48, 2017.

COELHO, Sueli Maria; SILVA, Silmara Eliza de Paula. **de gramaticalização do verbo DAR**: de predicador a auxiliar. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 23-40, 2º sem. 2014.

COHEN, Marcel. **Le Système Verbal Sémitique et l'expression du Temps**. Paris, 1924 B, *apud* CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral**: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro:Livraria Acadêmica, 1973.

CROFT, William A. **Radical Construction Grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

COMRIE, Bernard. **Aspect**: na introduction to the study of verbal aspect and related problems. New York: Cambridge University Press, 2001 [1976].

CUNHA, Luís Filipe Alvão Serra Leite da. **Semântica das predicções estativas para uma caracterização aspectual dos estados**. 2004. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2004.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

CROFT , William A. Construction Grammar. In.: GEEREARTS, D.; CUYCKENS, H. **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DAR. In: DICIONÁRIO Priberam. Disponível em:<<https://www.priberam.pt/dlpo/dar>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

DAR. In: SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da língua portugueza** - recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antônio, Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. *Corpus do Português: 45 milhões de palavras, 1300s a 1900s*. 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>> Acesso em: 23 jan. 2016.

FARIA, Ernesto. **Gramática elementar da língua latina**. Primeira e segunda série. 3.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1958.

FERRARI, Lilian. Gramática de Construções. In: FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, p. 129-146, 2014.

FILLMORE, Charles; KAY, Paul. Grammatical constructions and linguistic generalizations: the what's X doing Y? construction. **Language**. nº 75, p. 1-34, 1999.

FILLMORE, Charles. The mechanisms of construction grammar. **Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 1988. p. 35-55.

GIVÓN, Talmy. **Function, structure, and language acquisition**. In: Dan Slobin (ed.). *The crosslinguistic study of language acquisition*, Vol. 2. Hillsdale: Lawrence Erlbaum. 1985.

GOLDBERG, Adele. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. **Constructions at Work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Anabela et al. **Propriedades predicativas dos verbos leves dar, ter e fazer: estrutura argumental e eventiva**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 25., 2009, Lisboa. Textos selecionados. Porto, APL, 2010. p. 449-464.

GRIMSHAW, Jane; MESTER, Armin. **Light verbs and theta-marking**. In: *Linguistic Inquiry*, v. 19, 1988. p. 205-232.

HAIMAN, J. **Natural syntax: iconicity and erosion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/317106d0>. <https://doi.org/10.1038/315115a0>>. Acesso em 26 jun. 2017.

HOLT, Jens. **Études d'aspect**. Aarhus-Kobenhavn, Ejnar Munksgaard, 1943 [Acta Jutlandica, XV, 2].

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. **A approaches to grammaticalization**. v.1. Amsterdam: Benjamins, 1991. p. 17-37.

KENNEDY, Graeme D. **An Introduction to Corpus Linguistics**. London: New York, Longman, 1998.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos** (Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LANGACKER, Ronald. 1987. **Foundations of cognitive linguistics**, Vol. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press.

LEHMANN, Christian. Thought to grammaticalization. 2.ed. **ASSIDUE**. n. 9. Seminar für Sprachwissenschaft der Universität. Erfurt, jul 2002.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.

MATEUS, Maria Helena Mira; FIXCHER, Glória; PEREIRA, Dulce (Org.). (2006) **Diversidade Linguística na Escola Portuguesa**, CD-Rom 1 (2005); CD-Rom 2 (2006), Lisboa: ILTEC. <<http://www.iltec.pt/divling/index.html>>. Acesso agosto de 2017).

MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. 5.ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003.

MEILLET, A. Meillet. Linguistique Historique et Linguistique Générale I. Paris, 1921. *Apud*

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral**: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

NEF, Frédéric. Encore. Langages; Le temps grammatical: logiques temporelles et analyses et analyse linguistique. Paris, Larousse, n°64, dez. 1981, *apud* COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990

NEVALAINEN, T.; PALANDER-COLLIN, M. *Grammaticalization and sociolinguistics*. In:

NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1-8, *Online*.

PEARSON, Jennifer. **Terms in context**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998.

PEREIRA, E. C. **Grammatica historica**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1916.

POPLACK, Shan. Grammaticalization and linguistic variation. In: HEYNE, B.; NARROG, H. **Handbook of grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 209-224. Disponível em: <<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199586783.001.0001/oxfordhb-9780199586783>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português**: uma abordagem funcionalista. Salvador: EDUFBA, 2002.

POTTIER, Bernard. «Sobre el concepto de verbo auxiliar>>>>». In: **Linguística Moderna y Filología Hispánica**. (Versión española de Martín Blanco Á J Varcz). Biblioteca Románica Hispánica. Madrid: Editorial Gredos, 1976, p. 194-202. *apud* BARROSO, Henrique.

Expressão perifrástica da categoria gramatical verbal aspecto em português contemporâneo (I). *Diacrítica*, Braga, nº 5, 1994.

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

SALOMÃO, Margarida. Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. **Veredas**: revista de estudos linguísticos, v. 6, n. 1, 2002. p. 63-74.

SINCLAIR, John. Corpus and text: basic principles. In: Wynne, M. (Ed.). **Developing Linguistic Corpora: a guide to good practice**. Oxford: Oxbow Books, 2005. p.1-16. Disponível em: <<http://ota.ox.ac.uk/documents/creating/dlc/>>. Acesso: em 23 jan. 2017.

SMITH, Carlota S. **The parameter of aspect**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. 5.ed. Uberlândia: EDUFU, 2016 [1981]. 316 p.

VÄÄNÄNEN, Veikko. **Introducción al Latín vulgar**. Madrid: Gredos, 1971.

VITRAL, Lorenzo Teixeira; COELHO, Sueli Maria. A gramaticalização de “danar a”, “destampar a” e “garrar a” + infinitivo e a expressão cumulativa de aspecto. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 177-198, 2011.

VLACH, Frank. “La sémantique du temps et de l’aspect na anglais”. **Langages; Le temps grammatical**: logiques temporelles et analyses linguistique. Paris, Larousse, nº64, dez. 1981. *apud* COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.

VENDLER, Zeno. **Linguistics and Philosophy**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1967.